

SIMPÓSIO 54

DESCRIÇÕES FUNCIONALISTAS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO E SUAS VARIEDADES

De conformidade com Castilho (2010), a língua como substância é um conjunto ordenado de itens ou classes linguísticas que estabelecem entre si relações e desempenham funções identificáveis pelos contrastes entre eles. Como sistema, a língua constitui-se num conjunto de unidades distribuídos em níveis hierárquicos. Numa perspectiva funcional, a colocação dessas unidades no uso contribui para que elas variem e possam mudar de função frente às necessidades comunicativas do falante. Diferentes estágios de variação e mudança compõem um *continuum* no qual determinado item ou construção assume, conseqüentemente, multifunções na língua. Em vista disso, este simpósio tem o objetivo de agregar trabalhos descritivos sobre o Português contemporâneo falado no Brasil e em outras partes do mundo em que se analisam fenômenos sintáticos como transitividade, valência, variação na representação do sujeito, objeto anafórico, objeto nulo, modalidade, evidencialidade, construções de voz, fluidez de categorias como verbos, preposições, conjunções, pronomes etc. Trabalhos comparativos que envolvem a Língua Portuguesa e suas variedades ou a Língua Portuguesa e outras línguas também podem ser inscritos no simpósio proposto.

COORDENAÇÃO

Leosmar Aparecido da Silva
Universidade Federal de Goiás
leosmarsilva@hotmail.com

Elisandra Filetti
Universidade Federal de Goiás
elisandra.filetti@yahoo.com.br

A FUNÇÃO PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM COMO MAIS UM FATOR A DIFERENCIAR O APOSTO E A ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA

Érica PORTAS (FFP-UERJ)⁹⁹²
Nara Soares dos SANTOS (FFP-UERJ)⁹⁹³

Resumo: O trabalho almeja constatar o fator intencionalidade como sendo mais um elemento a diferenciar os apostos das orações adjetivas explicativas.

Palavras-chave: Aposto. Oração subordinada adjetiva explicativa. Pragmática

1. Agradecimento

Ao Professor Doutor Mário Botelho, expressamos nossa profunda gratidão por ter sido nosso orientador e agradecemos a dedicação ao trabalho, ao compromisso conosco e disponibilidade dispensada na análise deste trabalho.

Ser Mestre é ter sabedoria, inteligência e conhecimento, mas, sobretudo, ter humildade ao guiar seu discípulo, ou seja, ser Mestre é ser o Professor Doutor José Mário Botelho.

2. Introdução

A linguagem já não é considerada primariamente como sistema de signos, denotativo, mas como sistema de atividades ou de operações, cuja estrutura consiste em realizar, com a ajuda de um repertório aberto de variáveis e um repertório fechado de regras, determinadas operações ordenadas, a fim de conseguir um determinado objetivo.

(KOCH, 1997, p. 18 apud SCHMIDT, 1971, p.33)

Este trabalho pretende analisar a relação existente entre fragmentos de textos e os contextos discursivos em que são usadas as estruturas apositivas e as estruturas subordinadas adjetivas explicativas. Para tanto, usamos artigos da revista VEJA, selecionando apostos e orações adjetivas explicativas introduzidas por verbos conhecidos como de ligação. Percebemos, então, que, ao optar pelo uso de uma estrutura e não, de outra, o autor demonstra determinada intencionalidade, e que, ao fazermos uma troca entre elas, o valor semântico e discursivo do fragmento textual em que se deu a substituição é alterado, porquanto cada uso atende a determinados objetivos do escritor, que busca criar relações diferentes com o seu interlocutor.

Logo, o objetivo do escritor diante de seus estímulos determina a escolha de uma ou outra estrutura. Então, o presente artigo aponta que a diferença pragmática das estruturas analisadas influencia diretamente no valor semântico e discursivo dessas e dos fragmentos em que se apresentam.

Destarte, na visão da linguagem como ação intersubjetiva, de acordo com a Teoria da Enunciação, a da Teoria dos Atos da Fala e a da Teoria da Atividade Verbal, encontramos respaldo para analisar a relação, em casos estritos, entre as partes textuais e contextos de uso das

⁹⁹² Uerj, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: portasrj@hotmail.com

⁹⁹³ Uerj, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: narasaqua@yahoo.com

estruturas apositivas e das estruturas subordinadas adjetivas explicativas, constatando que existem diferenças semânticas e discursivas substanciais entre elas.

3. As diferenças pragmáticas entre o aposto e a oração subordinada adjetiva explicativa

As funções fundamentais da linguagem, organizadas de acordo com seus processos, mostra-nos que, ao poder demonstrar compreensão das coisas que o cercam, o ser humano sente a necessidade de exteriorizar seus pensamentos, e, quando o faz, automaticamente se comunica com o intuito de sugerir o outro; destarte, podemos concluir que a linguagem é sempre apelativa. Dessa forma, estamos sempre submetidos ao interesse do outro, o qual pode nos convencer, persuadir ou nos manipular.

Leontiev (1974) ressalta que as ações e operações constituintes da atividade verbal estão inseridas em um processo sócio- histórico, o que nos permite considerar a linguagem como atividade determinada por fatores sociais. Essas ações, que presidem a estruturação ou a atividade e que possuem também determinação social, articulam-se em operações específicas que são os meios de realização das ações individuais em virtude da motivação própria de cada uma delas. Ou seja, o uso de determinadas estruturas tem motivação própria, por conseguinte há casos em que determinadas estruturas não têm como substituir outras, pois toda atividade humana teria os seguintes aspectos fundamentais, os quais as individualizam. Seriam estas: a existência de uma necessidade/ou interesse, estabelecimento de uma finalidade, estabelecimento de um plano de atividade, formado por ações individuais, realização de operações específicas para cada ação e dependência constante da situação em se que se realiza a atividade.

A atividade verbal, portanto, é a atividade na qual o ser humano constrói uma expressão linguística para alcançar um objetivo prefixado.

Assim, da teoria da atividade verbal nos interessa seu objetivo específico que é o estudo das formas de organização da linguagem para a realização de fins sociais, isto é, seu objetivo é verificar como se consegue realizar determinadas ações ou interagir socialmente através da linguagem, que é também a preocupação da teoria dos atos da fala.

Conforme nos demonstrou o professor Mario Botelho⁹⁹⁴, ao falar sobre as três funções fundamentais da linguagem – representação mental, exteriorização psíquica e interação social (apelo)⁹⁹⁵ –, o fato de o ser humano demonstrar a sua compreensão das coisas que o cercam é sempre um ato de apelo, já que o ato de sugerir é recíproco entre os membros de sua comunidade. Portanto, na exteriorização de seus pensamentos, além da intenção de se fazer compreender, e, assim, participar com os outros da vida comum, o indivíduo sempre exige uma reação do seu interlocutor. Assim, por estar o falante integrado em uma sociedade, nessa interação social, o ato de sugerir seu interlocutor se sobrepõe ao ato de se fazer compreender. Logo, “O falante sempre espera sugerir o seu interlocutor”.

Compreende-se por interação social, por conseguinte, o fato de o ser humano estar integrado em uma comunidade, na qual o ato de sugerir é recíproco entre os seus membros. (BOTELHO, 2013, p. 3)

Podemos, portanto, compreender que a simples manifestação da linguagem vem acompanhada de certa intenção, expressa pelo uso de signos linguísticos e não linguísticos, pois é na linguagem que se pode não somente expressar ideias e conceitos, mas significar como um comportamento a ser compreendido que provoca relações e reações. Sem os fatos de situação de fala, contexto, intenção, comportamento verbal, circuito de comunicação, efetividade do dito e

⁹⁹⁴ Em aulas no Curso de Especialização em Língua Portuguesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

⁹⁹⁵ Cf. As três funções fundamentais da linguagem, segundo Bühler (*Apud* CÂMARA Jr., 1978, p. 10-1).

do dizer, não há linguagem. Logo, o processo de semiose não restringe a linguagem a apenas uma reprodução automática das coisas, ou seja, as escolhas linguísticas não são aleatórias. Dessa maneira, a intersubjetividade linguística faz parte do ato de fala, como nos mostra Inês Lacerda Araújo:

Com a virada pragmática, no paradigma da intersubjetividade linguística, a questão da relação entre significar e referir, ou seja, a proposição com função denotativa e verificativa, passa a ser considerada um ato de fala entre outros. (ARAÚJO, 2004, p. 20)

Todo texto é carregado de argumentação, porém, como nosso estudo trabalha com as estruturas apositivas e oracionais adjetivas explicativas, observamos que as microestruturas textuais possuem, em determinados textos, valores diferenciados. Em alguns, o aposto, em relação à macroestrutura textual, não funciona como marca linguística da enunciação ou da argumentação, isto é, funciona como informações que orientam o leitor ou interlocutor no assunto – cabendo aos demais elementos estruturais sugerir o leitor ou o interlocutor.

Tomemos, como exemplo, o seguinte trecho de uma notícia da revista *VEJA*:

(01) O ministro Joaquim intercala um estilo de vida simples com hábitos sofisticados. Seu Carro é um Honda Civic fabricado em 2004. É amante de música clássica, adora Zeca Pagodinho e prefere os ternos importados. Ele mora em um apartamento funcional e, controlado, consegue economizar metade do que ganha (26.700 reais). Atribui muito do seu perfil à influência da mãe, Benedita.

(2012, p.72)

(01') O ministro Joaquim intercala um estilo de vida simples com hábitos sofisticados. Seu Carro é um Honda Civic fabricado em 2004. É amante de música clássica, adora Zeca Pagodinho e prefere os ternos importados. Ele mora em um apartamento funcional e, controlado, consegue economizar metade do que ganha (26.700 reais). Atribui muito do seu perfil à influência da mãe, que é a Benedita.

(2012, p.72)

Percebamos que há diferença sintática, semântica e pragmática entre esses usos dos termos destacados nos exemplos acima. No caso do aposto em (01), há um valor informativo; já, a oração adjetiva em (01') “chama a atenção do” leitor para uma informação já compartilhada. Especificaremos melhor o caso, no decorrer do trabalho.

Então, ao levar em consideração os fatores que determinam a intervenção verbal – fatores como motivação, situação, prova de probabilidades, tarefa-ação –, podemos concluir que apostos e orações adjetivas não são elementos de uma mesma natureza semântico-pragmática.

Também na visão funcionalista, os enunciados e os textos mantêm relações com as funções que esses desempenham na comunicação interpessoal; isto é, essa corrente trabalha com dados reais da fala e da escrita retirados de contextos efetivos de comunicação. Por isso, o funcionalismo pretende explicar a língua com base no contexto linguístico e extralinguístico.

Assim, há um poderoso vínculo entre discurso e gramática. De fato, a sintaxe é apresentada de determinada forma em razão das estratégias de organização empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva – observa-se a intenção do falante no decorrer de seu discurso.

Diante das informações oferecidas, podemos concluir que a teoria funcional é assim chamada, porque explica as estruturas gramaticais em relação ao significado e às funções que a linguagem desempenha nos textos.

Logo, o foco linguístico deixa de estar centrado na forma para dar ênfase ao significado. Para exemplificar, tomemos a visão de Halliday em relação à teoria funcionalista:

Toda língua funciona em contextos de situação e pode vincular-se a esses contextos. A questão não consiste em saber quais peculiaridades de vocabulário de gramática ou de pronúncia podem considerar-se diretamente por referência à situação; a questão é que tipos de fator de situação determinam quais tipos de seleção do sistema linguístico.

(FUZER, 2010, p.30 apud HALLIDAY, 1994)

Em relação às características da superfície linguística, Halliday nos conscientiza de que, ao usarmos a linguagem, fazemos uma série de escolhas possíveis, as quais o sistema linguístico nos oferece. O autor também nos faz pensar que precisamos desenvolver nossa consciência sobre os significados que as palavras e suas combinações em textos geram para alcançarmos efetivamente nossos propósitos em textos específicos.

Dessa maneira, podemos afirmar que em frases como no trecho:

(02) A acusação petista ao STF é que o tribunal é conservador. Mentira. O STF validou o casamento gay e autorizou as pesquisas com células-tronco embrionárias. A insatisfação daquela ala do PT com o STF é de outra natureza. Ela tem a ver com a decisão do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, de negar o pedido de reabertura do julgamento do mensalão. Relator do caso, Barbosa rejeitou os embargos infringentes apresentados...

(VEJA, 2012)

se o apostos for substituído pela oração adjetiva explicativa, o fragmento terá as funções semântica e discursiva alteradas, uma vez que, no discurso, as intenções que motivaram esses usos foram diferentes.

(02') A acusação petista ao STF é que o tribunal é conservador. Mentira. O STF validou o casamento gay e autorizou as pesquisas com células-tronco embrionárias. A insatisfação daquela ala do PT com o STF é de outra natureza. Ela tem a ver com a decisão do presidente do STF, que é o ministro Joaquim Barbosa, de negar o pedido de reabertura do julgamento do mensalão. Relator do caso, Barbosa rejeitou os embargos infringentes apresentados...

(VEJA, 2012)

No exemplo (02), o aposto apresenta uma informação que pode ser nova para o leitor, a fim de que haja plena interação entre o texto e ele. Nesse caso, o autor demonstra não ter interesse em trazer um assunto compartilhado em determinado momento, ou não teria esse conhecimento a compartilhar; já a oração adjetiva explicativa em (02'), que o substituiria, traz ao texto um conhecimento compartilhado, em algum momento, sobre o possível predicativo do sujeito “ministro Joaquim Barbosa”, como se quisesse lembrar ao leitor informações sobre o sobre o referido ministro.

Essa estrutura adjetiva tem a função de recuperar o conhecimento enciclopédico ou o conhecimento de mundo do leitor – que são conhecimentos alusivos a vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos, conforme nos mostra Koch (2011).

Com isso, compreendemos que não há sinonímia perfeita, pois ao optar pelo uso de uma estrutura, o produtor do texto demonstra que esse é baseado em critérios de precisão – já que uma, em determinados momentos, não consegue suprir os efeitos da outra. Concluímos, então, que nenhuma escolha é inocente, como nos mostra Ilari e Geraldini:

“Como no caso da sinonímia lexical, a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente.”

(ILARI e GERALDI, 2001 , p. 15)

No entanto, devemos considerar que esse fato fica evidente mais na oralidade do que na escrita, uma vez que o contexto de realização da escrita é diferente do contexto da fala. Na fala, os falantes estão presentes e o enunciado se estabelece no momento de interação entre os interlocutores. Dessa maneira, na fala, grande parte do sentido dos textos se encontra no ritmo, na entonação e nas pausas, por conta de um conhecimento compartilhado, criando contextos diversos (KOCH; ELIAS, 2011).

Ao entrar em uma interação, cada um dos parceiros já traz consigo sua bagagem cognitiva, ou seja, já é, por si mesmo, um contexto. A cada momento da interação, esse contexto é alterado, ampliado, e os parceiros se veem obrigados a ajustar-se aos novos contextos que se vão originando sucessivamente.

(2011, p. 61)

Já, na escrita, conquanto haja a pontuação para tentar reproduzir esses recursos rítmicos e melódicos da linguagem falada, essa relação é imperfeita e precária – motivo pelo qual ressaltamos que o comentário acerca dos sentidos dos apostos e orações adjetivas, feitos anteriormente, seria melhor entendido, se os trechos destacados fizessem parte de uma situação oral.

Como nos mostra Azeredo (2000), as orações adjetivas podem acumular conteúdo circunstancial de causa, concessão, condição, finalidade resultado. E no *corpus* analisado, reportagens, os apostos não o mantêm, e, na maior parte das vezes, ao serem substituídos por orações adjetivas, nota-se a diferença entre esses elementos, pois essas criam uma relação circunstancial com a oração chamada principal.

Figueiredo e Almendra (1977), em seu estudo sobre a língua latina, desenvolvem um capítulo sobre as relativas e apresentam as diferentes circunstâncias das orações relativas com verbo no conjuntivo (subjuntivo). Além das relativas comuns, os autores enumeram os seguintes tipos de relativa adverbiais, com exemplos, conforme as circunstâncias expressas: causais, concessivas, consecutivas, condicionais e finais.

Logo, esse caráter circunstancial das orações subordinadas adjetivas do português já se verificava na língua latina, da qual certamente a língua portuguesa herdou.

Outros autores, como Cart *et alii* (1986) e Faria (1995), exploraram tal tema em seus compêndios sobre a gramática latina. Faria (*Ibidem*, p. 395), esclarece a principal função da subordinada relativa latina – a de explicar, qualificar ou determinar uma palavra como o faz um aposto – e apresenta o seguinte exemplo, no qual também se pode observar um caráter circunstancial de causa, ainda que secundário:

(03) “*Considius, qui rei militais peritissimus habebatur... cum exploratoribus praemittitur* (Cés., B. Gal., 1, 21, 4)” – “P. Consídio, que era considerado habilíssimo em questões militares, é enviado na frente com os batedores”.

Também Faria (1995, p. 395-7), depois de apresentar a principal função da relativa latina, ressalta, a sua natureza adverbial, quando ela se estrutura com um verbo no subjuntivo. Nesse caso, as circunstâncias de causa, finalidade, consequência, concessão e condição, comuns às subordinadas adverbiais, podem ser observadas. As orações relativas adverbiais latinas equivaliam às subordinadas adverbiais, como em:

(04) “*magna culpa Pelopis, qui non erudierit filium nec docuerit quaternus esset quidque curandum* (Cíc., Tusc., 1, 107)” – “grande a culpa de Pélops, que não instruiu o filho nem lhe ensinou que em tudo se deveria guardar uma média”

(05) “*quae tam firma civitas est, quae non odiis funditus possit everti?* (Cíc., Lael., 23)” – “que nação há tão firme que não possa ser abalada em seus fundamentos pelos ódios?”

Podem-se observar as circunstâncias de causa em (04) e consequência em (05), posto que a primeira equivale a uma oração adverbial introduzida pela conjunção “*cum*” ou “*ut*” (cuja tradução seria “porque/uma vez que/como não instruiu o filho...”), e a outra, a uma oração adverbial introduzida pela conjunção “*ut*”, mantendo-se a mesma tradução.)

Vejamus que as orações adjetivas acumulam um conteúdo circunstancial nos casos abaixo e que, ao fazermos as substituições- pondo-as no lugar dos apostos-, percebemos, mais uma vez, as alterações semântica, discursiva e argumentativa dos fragmentos:

(06) “Mas não foi por nada disso que, na sexta-feira passada, o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de prisão imediata dos réus do mensalão condenados a penas de privação de liberdade”.

(VEJA,2012)

(06’) “Mas não foi por nada disso que, na sexta-feira passada, o ministro Joaquim Barbosa, que é relator do processo e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de prisão imediata dos réus do mensalão condenados a penas de privação de liberdade”

(VEJA,2012)

(07) “Numa eleição desse tipo, em linhas gerais, o Brasil seria dividido 513 distritos – que é o número de cadeiras existentes hoje na câmara de deputados.”

(VEJA,2012)

(07’) “Numa eleição desse tipo, em linhas gerais, o Brasil seria dividido 513 distritos – número de cadeiras existentes hoje na câmara de deputados.”

(VEJA,2012)

Logo, as construções apositivas e oracionais adjetivas explicativas apresentam funções distintas, as quais atendem a determinados objetivos do escritor, que busca criar relações diferentes com o seu interlocutor.

Porém, percebemos que, em alguns casos, as orações adjetivas não têm valor circunstancial, mantendo, como o aposto, apenas seu valor informativo, colocada em um segundo plano, como é o caso de (08) – do texto original – e (08’) – com a substituição da relativa pelo aposto. Contudo, ainda se diferem dele pela intenção do autor, pois, nessas situações, se o autor tem a intenção de enfatizar a informação sobre o possível elemento fundamental, coloca essa acompanhada de um verbo de ligação.

Assim, o valor oracional permite que tanto a principal quanto a subordinada sejam elementos que merecem destaque por parte do produtor do texto.

Observamos que, nos casos abaixo, ao realizarmos a troca de estruturas, o que era um aposto passa a ter um valor enfático após ser transformado em uma oração subordinada adjetiva explicativa, isto é, a informação se torna tão importante quanto a dada pela oração principal:

(08) “O que aconteceria se um belo dia, de passagem por São Paulo, o dr. Aldemir Bendine, presidente do Banco do Brasil, recebesse um grupo de voluntários empenhados em alguma causa com mérito indiscutíveis.

(08') "O que aconteceria se um belo dia, de passagem por São Paulo, o dr. Aldemir Bendine, que é presidente do Banco do Brasil, recebesse um grupo de voluntários empenhados em alguma causa com mérito indiscutíveis."

Todavia, em alguns casos, observa-se nos apostos um valor diferenciado- com o exemplo abaixo reconhecemos que o aposto, em determinados casos, tem caráter persuasivo nítido, que leva o interlocutor a refletir sobre o que está em segundo plano no arranjo discursivo. A diferença entre os apostos analisados vai depender principalmente da presença de modalizadores:

(09) "Quem considera que isso é um insulto ao povo fica convidado a demonstrar como é possível algum país ter, ao mesmo tempo, três quartos da sua população adulta vivendo no analfabetismo funcional e eleitores capacitados a identificar com clareza seus interesses. Não dá. 'seria demagógico supor que a qualidade das decisões que uma pessoa toma muda com melhorias radicais de instrução', escreve o economista Gustavo Ishop, um dos mais competentes especialistas brasileiros na área de educação."

4. Consideração final

Observamos que estudos funcionalistas, que apoiam-se na tese de que a função explica a forma, preocupando-se com a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas, generalizam a classificação dessas estruturas, sem levar esses contextos de que falam em consideração.

Com isso, esperamos propor um novo olhar para esses elementos, de modo a entendê-los sob as suas diferentes particularidades discursivas e estruturais.

Logo, ainda que analisadas as estruturas sob uma perspectiva sistêmico-funcional, não temos, inicialmente, a nosso ver, motivos para igualar apostos a orações adjetivas explicativas, pois a própria corrente nos permite, como vimos, analisar e descrever os diferentes modos como as palavras são selecionadas, organizadas e sequenciadas dentro de um texto a fim de produzir significados específicos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BOTELHO, José Mario. *Estudos de Estilística*. Rio de Janeiro: FFP-UERJ, 2013. (Trabalho inédito)

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CART, A. *et al. Gramática latina*. Trad. e adap. de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: EDUSP, 1986.

FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2. ed., ver. e aum. Brasília: FAE, 1995.

FIGUEIREDO, José Nunes; ALMENDRA, Maria Ana. *Compêndio de gramática latina*. Porto: Porto Editora, 1977.

FUZER, C. ; CABRAL, S. R. S. ; Introdução à Gramática Sistemico-Funcional em Língua Portuguesa. Caderno didático; Santa Maria; Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. v.V. 8. 2.ed. São Paulo: Ática, 1985.

KOCH, Ingedor G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 14-8.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

LEONTIEV, Alexei. 1974

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

A FUNCIONALIDADE DAS EXPRESSÕES CRISTALIZADAS FORMADAS COM O PRONOME SE: UM FENÔMENO EM VIAS DE GRAMATICALIZAÇÃO NO DIALETO GOIANO

Déborah Magalhães de BARROS (UEG/PG-UFG⁹⁹⁶)

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa doutorado, que se encontra em fase inicial, que se destina à análise e descrição de construções que envolvem verbos e pronome clíticos quais se encontram possíveis situações de gramaticalização na língua falada do dialeto goiano. Construções, como **dane-se, se vire, se manda** estão sendo analisadas sob uma perspectiva da teoria funcionalista e da Gramática de Construções. No limite da elaboração deste texto, são apresentadas algumas proposições que nortearam as hipóteses levantadas e também orientarão a condução dos trabalhos futuros.

Palavras-chave: construções; expressões cristalizadas; funcionalismo.

1. Introdução

Este estudo se propõe a análise e descrição da fala goiana observando o fenômeno das “Expressões Cristalizadas” construídas por verbo e pronome se. Essas construções sempre se configuram com a presença do pronome clítico, e nelas não é possível perceber ou analisar os seus constituintes (verbo e pronome) de modo isolado. Eles assumem um significado conjunto na expressão, assinalando um processo de gramaticalização.

A hipótese de que tais construções estão em processo de gramaticalização surgiu a partir de estudos realizados por Barros (2011), que visavam esclarecer quais as situações em que ocorriam o uso do pronome clítico em função reflexiva na fala goiana. Nesta pesquisa verificou-se que as “Expressões Cristalizadas” eram responsáveis por uma parte significativa dos usos do pronome. Elas ocuparam o segundo lugar dentre as funções sintáticas que mais favoreciam o uso. Assim, a fim de se compreender a dinâmica da investigação proposta neste momento, é feita uma explicação sobre os resultados objetivos na pesquisa de 2011.

2. O emprego do clítico se em expressões cristalizadas

Em pesquisa anterior Barros (2011) objetivou analisar o uso pronominal clítico na língua falada do estado de Goiás a partir da integração dos níveis de análise sintático, semântico e pragmático. No nível sintático observou-se a função sintática da forma anafórica exercida pelo pronome clítico. Conforme Dik (1997), uma estrutura argumental organiza-se pela abertura de casas na predicação e pelo preenchimento dessas casas pelos argumentos requeridos pelo predicado (Arg1 à direita do verbo, e Arg2 à esquerda). O pronome átono clítico integraria o *frame* verbal, preenchendo a casa do Arg2 para desempenhar funções como a de objeto direto, indireto e outras. Formalmente, a sentença teria uma configuração como:

$$\begin{array}{c} \text{SNI} + \text{V} + \text{SN2} \\ \text{Arg1} + \text{V} + \text{Arg2} \end{array}$$

Uma estrutura como a que consta acima é perfeitamente adequada para um caso em que o pronome exerce a função de um objeto. Essas ocorrências são mais comuns em verbos que

⁹⁹⁶ Universidade Estadual de Goiás, Goiás, Brasil / Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil (aluna do doutorado em estudos linguísticos). E-mail: deborah_barros@hotmail.com

indicam ação, caracterizando, conforme Camacho (2002), a voz reflexiva, pois é nessa voz que há um grau mais alto de transitividade. Camacho apresenta como exemplos dessas situações:

1. a) João cortou o bolo.
- b) João cortou-se.

Em 1b há a presença do pronome clítico em função reflexiva ocupando a casa do Arg2 e exercendo a função de objeto do verbo. Essa é uma construção verbal que apresenta uma transitividade mais alta em que é possível definir as funções sintáticas e os papéis semânticos de cada um dos componentes integrantes.

Sentenças da natureza como as de 1b, pela maior facilidade de percepção dos componentes e de suas funções sintáticas, são as que, cognitivamente, seriam mais prováveis de aparecerem com o pronome reflexivo, entretanto elas não foram as que apresentaram maior índice de presença do pronome. Em primeiro lugar esteve a “marca redutora do Arg2”, que ocorre junto a verbos de natureza cognitiva, tais como “sentir-se”, “lembrar-se”, e, em segundo lugar, “as expressões cristalizadas”. As “expressões cristalizadas” foram verificadas em ocorrências como:

2. a) Inf... *agora eu vou trabalhá... ainda mais depois que eu comecei a trabalhar aqui... falei ahmãhm... se vira... nem...* (Fala Goiana, Inf. Fem. Gr2)

b) Inf. ... *num... fico sossegada... mais quando ele sai... porque tem dia ele tem... ele se manda pra rua... aí pega...* (Fala Goiana, Inf. Fem. Gr1)

Nas expressões cristalizadas, diferentemente do que se verifica, por exemplo, na voz reflexiva (conforme consta em 1b) ou na marca redutora do Arg2, o clítico deixa de ter a função de substituto do Arg2 e integra o verbo, assumindo conjuntamente, um único significado, e, portanto, promovendo uma alteração na estrutura sintática. Essa alteração na significação da estrutura estaria ocorrendo em função de uma gramaticalização pela qual, possivelmente, essas construções estariam passando. E, é sobre esse fenômeno de gramaticalização em expressões cristalizadas que este projeto pretende pesquisar.

3. Expressões Cristalizadas em uma perspectiva da Gramaticalização e da Gramática de Construções

As Expressões Cristalizadas a que nos referimos, são construções formalmente elaboradas por um verbo e por um pronome clítico que deveria ter um sentido de reflexividade. Esse pronome seria o Arg2 na estrutura argumental e completaria o sentido do verbo, entretanto, nas expressões cristalizadas o clítico não exerce a função de substituto do Arg2, mas sim integra o verbo, assumindo com ele, um único sentido.

Para Neves (2002), há um esvaziamento do sentido lexical tanto do pronome quanto do verbo. O pronome torna-se indissociável do verbo e eles constroem um único sentido, que é diferente dos sentidos assumidos pelos dois termos de forma isolada, ou seja, ocorre uma dessemantização dos termos em função do significado único. O “vire” da expressão “se vire” em 2a não significa “virar” em acepção de movimento translacional, que seria o sentido prototípico do verbo. E, nem o clítico *se* indica uma reflexividade.

Os dois termos empregados juntamente podem significar: “resolva”; “tome providências”; “faça alguma coisa”. E, mais ainda, em um sentido pragmático-discursivo essa expressão indica: “transferência de responsabilidade”, “descomprometimento” da parte do locutor.

Nessas circunstâncias, nenhum falante irá dizer somente “vire”, a exemplo do que ele faz com outros verbos que exigem a presença de um clítico. Isso demonstra que ele tem consciência da necessidade do pronome nessa expressão para produzir o sentido que deseja. E, como ele não emprega o pronome em outras situações semelhantes exigidas, constata-se a configuração de um processo de mudança linguística pelo qual essas expressões estão passando.

A hipótese é de que as expressões cristalizadas com pronomes críticos têm seu uso favorecido na língua falada do dialeto goiano porque podem estar em processo de gramaticalização, assumindo assim novos significados discursivos que são produtivos e funcionais para o aspecto interacional.

Observa-se, então, que se trata de um fenômeno de linguagem complexo que envolve questões das relações entre os itens lexicais, da configuração na estrutura argumental e dos sentidos que podem ser assumidos no âmbito discursivo. Por isso, para verificar de fato o que está ocorrendo nessas construções do dialeto goiano, recorrer-se-á às teorias clássicas da Gramaticalização e à Gramática de Construções.

A Gramaticalização, conforme Gonçalves et al (2007), consiste em um processo de mudança linguística pelo qual itens autônomos (lexicais) assumem funções gramaticais. Ela é um dos processos de mudanças mais comuns observados na língua, sobretudo, pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes. Para isso, considera-se a língua como uma atividade em tempo real e a gramática como um produto sempre inacabado, pois está em constante gramaticalização.

Para Bybee et al (1994), existem mecanismos de mudança que operam nos diferentes estágios da gramaticalização, tornando-a dinâmica, refletindo o movimento contínuo da estrutura e a atividade cognitiva que reflete na estrutura. Tudo isso pode ser representado em um *continuum* que envolve variação conceptual e contextual. Dentre os mecanismos apresentados por Bybee et al (1994) está a *extensão metafórica* (do domínio mais concreto para o mais abstrato), e essa ideia aplica-se ao fenômeno da gramaticalização das expressões, pois o verbo “virar” é mais concreto e “vire” (de se vire) já é mais abstrato.

A *extensão metafórica* justifica-se nos dados analisados por Casseb-Galvão (1999) sobre gramaticalização do verbo *achar*. A autora conclui que a metáfora é um dos mecanismos atuantes no processo de gramaticalização de *achar*, pois pela metáfora, domínios mais lexicais tornam-se mais abstratos ocorrendo a abstratização metafórica, em que entidades mais concretas, metaforicamente, expressam funções mais abstratas. Esse processo de metaforização explica como o clítico e o verbo assumem outra significação, e estão se encaminhando para um processo de gramaticalização.

Castilho (2010, p. 480) entende que os reflexivos estão perdendo seu traço de pessoa, ou seja, o estatuto categorial. Isso ocorre quando um pronome é utilizado para qualquer pessoa, como ocorre com o *se*, que tem se sobressaído para formação de expressões cristalizadas, e, isso pode, na opinião do autor, assinalar o fim de uma categoria, uma vez que o falante não tem noção do que o pronome significa.

A perda do sentido dos termos é explicada por Neves (2002) pelo envolvimento de questões do nível gramatical e do nível lexical, tanto na colocabilidade quanto da gramaticalização. Geralmente são duas unidades lexicais, em que uma se despe mais de seu estatuto lexical e caminha em direção ao gramatical. Então, o significado não pode mais ser calculado a partir dos componentes do todo significativo.

Nas expressões cristalizadas verificadas é possível observar uma perda da autonomia morfossintática em que há uma dependência das formas e, nestes casos, o clítico, tem se tornado um afixo. Sobre isso, Mateus et al (2003, p. 847) esclarecem que

a tendência de gramaticalização dos clíticos no português europeu parece ir no sentido de os considerar a todos, independentemente do seu conteúdo semântico, como quase afixos-flexionais, exibindo, em particular, marcas de pessoa.

A perda da autonomia morfossintática sugere uma flexibilidade de categoria que poderá ser melhor analisada com base na proposta de Hopper (1991, 1996) sobre alguns parâmetros de análise para estágio de gramaticalização, dentre eles, destaca-se aqui a *descategorização* em que a estrutura passa de um caráter verbal para um caráter mais textual, perdendo suas propriedades

categoriais originais. Ainda serão observados, sob o princípio da unidirecionalidade (conf. Hopper & Traugott, 1993), alguns mecanismos com os quais esse processo de gramaticalização poderá ser entendido, tais como a *recategorização*, a *reanálise* e a *dessemantização*.

Nas expressões cristalizadas, o clítico (especialmente *se* e *me*) em vez de um sentido de reflexividade, assume uma função de reforço e de ênfase ao conteúdo comunicado pelo verbo, configurando um novo enunciado que não se limita ao fato de um elemento lexical que tem seu estatuto mudado de lexical para gramatical. Essas expressões carregam também um valor enfático no plano semântico-discursivo, haja vista que revelam traços de intersubjetividade, pois elas podem significar “descomprometimento”, “apelo”, “ordem” etc. Essa é também uma hipótese de análise que poderá auxiliar no processo de compreensão da gramaticalização.

O traço de intersubjetividade é tratado por Traugott; Dasler (2002) que correlacionam formação do sistema semântico, gramaticalização, e organização pragmática a fim de explicarem os fenômenos subjetivos e intersubjetivos que se manifestam na linguagem. Recorreremos também a Heine et al (1991), Hopper e Traugott, (2003) que fazem apontamentos sobre gramaticalizações que se configuram do léxico para o discurso.

Como se observa não trata de uma gramaticalização de itens e sim de uma estrutura, o que envolve as relações sintáticas, semânticas e discursivas. Para esse tipo de gramaticalização, há teorias destinadas às estruturas, tais como as propostas por Hopper; Traugott (1993; 2003) e Bybee, Perkins e Pagliuca (1994). Esses trabalhos vão ao encontro das propostas da gramática de construções, notadamente o que consta em Goldberg (1995; 2006).

A Gramática de Construções proposta, sobretudo, por Goldberg (1995, 2006) conferirá ao trabalho o entendimento sobre como as relações cognitivas se manifestam na estrutura da língua, sobretudo, porque se trata de uma construção, e, como tal, implica relações.

Reconhece-se aqui a dificuldade existente para caracterizar construção pelas várias configurações estruturais que elas podem assumir, ainda assim, assume-se construção a partir da proposta de Langacker (1987), para quem a construção é um par de forma e sentido, em que a forma é fruto da organização de um conjunto de fatores dos elementos e fonológicos e sintáticos e o sentido é um conjunto de significados e uso.

A Gramática de Construções ou Teoria das Construções foi efetivamente desenvolvida por Goldberg (1995, 2006) e Croft e Cruse (2004). Com uma base cognitivista ela analisa as estruturas linguísticas e os processos cognitivos a partir da integração entre a forma e o sentido, utilizando para isso a “*mesclagem*” dentre outros processos cognitivos.

Para Goldberg (1995) as construções podem ser morfemas, palavras sintagmas e sentenças e o critério para conferir se de fato elas são construções é se correspondem ao par forma-significado. As construções são configuradas a partir dos verbos que as compõem, pois são eles que definem os papéis argumentais dos participantes das construções. Eles perfilam os participantes na construção que são propícios para a semântica do verbo. Pela integração das partes de uma construção é que se obtém o significado da sentença, e é via significado que a estrutura é moldada.

A intenção da Gramática de Construções é compreender a estrutura além das regras predeterminadas, chamadas de “regras da sintaxe regular”, mas sim por meio de regras construídas pela dinamicidade da língua e dos processos cognitivos. Para Goldberg (1995) as “regras da sintaxe regular” não são suficientes para entender uma sentença como “*Spillthebeans*”, pois o sentido das partes, ou seja, dos itens lexicais isolados não correspondem ao sentido da sentença como um todo. Pela mesma forma não é possível interpretar de modo regular uma construção como “*dane-se*”. Essas construções são produtos de motivações cognitivas que se manifestam em uso linguístico, e uma das possíveis explicações para entendê-las seria pela proposta de *projeção entre categorias*, que é uma noção semelhante ao que ocorre com a *mesclagem* nos processos de metáforas.

Os dados em análise serão provenientes do projeto O Português falado em Goiás - “Fala Goiana”. Este é um projeto de pesquisa de orientação funcionalista que objetiva analisar e descrever a língua falada em Goiás por meio da integração de um conjunto de projetos articulados, verificando diversos fenômenos na língua falada a partir da variante falada em Goiás. A concepção de língua adotada pelos integrantes do projeto é de que ela é constituída em uma atividade interativa e, por isso, as categorias linguísticas são articuladas e estão a serviço da produção de sentidos, e, portanto a língua é um sistema inacabado, dinâmico, fluido e em constante processo de constituição. O tratamento dos fenômenos observados está sob a perspectiva da Gramática Funcional, da Gramática Funcional do Discurso, da Teoria da Gramaticalização e da Gramática de Construções. Os dados do projeto são obtidos com informantes com até nove anos de escolaridade em situações interativas de um discurso informal. Este projeto é sediado pela UFG, Faculdade de Letras sob a coordenação da professora doutora Vânia Cristina Casseb Galvão com vistas em documentar e analisar o português falado em Goiás.

Pelo que foi explicado, pretende-se com esta pesquisa descrever e analisar a existência de um processo de gramaticalização em construções do tipo expressões cristalizadas com pronomes reflexivos, atentando para as correlações discursivas de intersubjetividade relevantes nesse processo, a fim de conferir a funcionalidade do uso dessas construções no português falado em Goiás.

Referências Bibliográficas

BARROS, D. M. *Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo na fala goiana*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar. Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. 170 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1999.

CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Part. 1: The structure of the clause. 2. ed. Revisada. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1989.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, S. C. L. ET AL. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: Chicago University Press, 1991

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*. Volume II, Descriptive Application. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. (Cambridge Studies in Linguistics, 97). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003a. p.624-647.

_____. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, R. *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 124-139.

HOPPER J.P.; THOMPSON, S.A. Transitivity in Grammar and Discourse. Source: *Language: Linguistic Society of America*. 56. n. 2 (jun, 1980) p. 251-299. Disponível em <: <http://www.jstor.org/stable/413757>.> Acesso em 28 mai. 2011.

MATEUS. M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática. História, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

A MULTIFUNCIONALIDADE DO ITEM LINGUÍSTICO *ONDE* NOS TEXTOS JURÍDICOS: UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA

Tadeu Luciano Siqueira ANDRADE (UNEB – Campus IV) ⁹⁹⁷

Resumo: A Linguagem do Direito tem uma peculiaridade que diferencia das demais. No texto jurídico, o ONDE apresenta diversas funções. Trata-se, portanto, de uma multifuncionalidade analisada à luz da Linguística Funcional. Considerando a gramática como um processo de criação e renovação, emergente das necessidades discursivas do falante, percebe-se que o onde está migrando para outras categorias gramaticais, passando por um processo de metaforização e abstratização. Essas funções são influenciadas pelo uniformitarismo laboviano, segundo Andrade, (2009), Portela (2001), Oliveira (1997), Coelho (2000). Para a análise, adotamos como fundamentos teórico-metodológicos os estudos de Neves (1999). Martelotta (2000), Furtado da Cunha (2000), Tavares (2008).

Palavras-Chaves: gramaticalização; funcionalismo; discurso; gramática; função.

1. Introdução

A língua é um sistema de signos à disposição do falante para usá-los em situações concretas, seja na modalidade falada, seja na escrita. Nessas situações, há um mecanismo que propicia diversas funções e, por intermédio dessas, um item ou estrutura podem apresentar uma diversidade de usos, atendendo às necessidades comunicativas do falante. Tomamos como exemplo, as várias funções que o *onde* assume na língua portuguesa. Na própria norma gramatical em que oscila na classe de pronome relativo, advérbio e pronome indefinido. Mas essa oscilação não ocorre apenas na gramática, e sim na própria história, do latim ao português e nas diversas sincronias do português, o *onde* exerceu várias funções na língua e na escrita.

Neste trabalho, faremos uma análise do comportamento multifuncional do *onde* nos textos escritos usados no âmbito jurídico, uma vez que, em convivência com esses textos, percebemos que este item assume outras funções além das previstas pela norma padrão. Adotamos, para embasar esta análise, a perspectiva funcionalista defendida pelos teóricos Givon (1991), Hopper (1991), Furtado da Cunha (2003) e outros. Seguimos essa teoria linguística porque o Funcionalismo estuda a língua nas situações comunicativas. As formas e funções estão sempre em mobilidade, havendo uma forma assumindo várias funções, como também várias formas para uma função.

A pesquisa foi estruturada em dois blocos. No primeiro, fizemos um esboço diacrônico, perseguimos os caminhos do *onde* do latim ao português, recorremos a textos arcaicos. Em seguida, discorreremos sobre o Funcionalismo e seus pressupostos, comentando a gramaticalização e a iconicidade como princípios que propiciam a multifuncionalidade. Os pressupostos funcionalistas foram usados na análise do *corpus*. Para isso, traçamos objetivos mais específicos que fundamentam, em um contexto mais amplo, essa descrição: (i) elaborar uma sinopse dos usos do *onde* no latim era nas diversas fases do português; (ii) analisar as diversas funções sintático-semânticas do *onde* encontradas nos textos; (iii) comparar os usos do *onde* no português atual com os usos de tempos pretéritos.

⁹⁹⁷ Professor de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade do Estado da Bahia – Campus IV – Jacobina – Bahia – Brasil, mestre em Linguística – UFPB, especialista em Português Jurídico, Linguística, Diversidade Linguística, Gramática, graduado em Letras e Bacharelado em Direito - Universidade Católica do Salvador. E-mail: tadeu.luciano@bol.com.br

2. Estudo diacrônico

2.1. Os Caminhos do *ONDE*: Do Latim ao Português Contemporâneo

1.1.1. *O onde no Latim*

O estudo de uma língua abriga diversas pesquisas e, muitas vezes, escassas para as quais temos a necessidade de analisá-las a fim de traçar o perfil histórico de determinados itens. Para conhecer os usos de uma determinada língua no seu estado atual, precisa-se considerar as transformações por que ela passou durante sua existência. É impossível o estudo da língua em períodos estanques. Não se pode, portanto, falar, por exemplo, em português específico do século XXI, uma vez que a língua não se compartimenta. É histórica, porque é um fato social. A língua é força em movimento. Suas alterações são inevitáveis, porém imprevisíveis. Merece destaque é o uso do *onde* na escrita de textos jurídicos sem ater ao que diz a prescrição gramatical, usado com referência à noção de lugar.

Andrade (2009), fazendo um recorte diacrônico do *onde*, elencou as diversas funções desse item, partindo do latim ao português. No Latim, o relativo *ubi* (lugar onde) substituíra, às vezes, o advérbio *quo* (para onde) e *unde* substituíra *ubi*. Os pronomes relativos foram conservados no latim vulgar, embora desapareceram algumas formas. O *onde*, no Latim, era usado como advérbio de lugar, interrogativo e relativo, incluído na categoria dos advérbios pronominais e apresentava duas formas *übi* e *unde*.

No latim vulgar, *ubi*, às vezes, para substituir *quo* (para onde) e *unde* para substituir frequentemente *übi* (lugar onde). Existiam duas formas para o advérbio *onde*: *ubi* e *unde*. Esses advérbios podiam apresentar dois sentidos espaciais: espaço físico e espaço temporal, como nos brocardos:

Ubi lex voluit, dicit; ubi tacuit, noluit – Quando a lei quer, fala; quando não quer, silencia.

Ubi Petrus, ibi Ecclesia – Onde está Pedro, está a Igreja.

No latim clássico, havia uma série de formas para as circunstâncias expressas pelo advérbio-relativo.

O advérbio *ubi* responde à pergunta em que lugar se acha alguém? (*lugar onde*.)

Quo – responde à pergunta para onde? Advérbio de lugar (para que lugar).

Unde – responde à pergunta de que lugar alguém saiu? (advérbio de lugar donde).

Qua – responde à pergunta por onde? Advérbio de lugar por onde alguém passa.

O valor semântico temporal (quando) atribuído ao advérbio *u* (*ubi*), foi eliminado no latim clássico, mas encontramos textos que nos atestam a permanência de *ubi* em frases latinas como:

Ubi numerus testium non adjicitur, etiam duo sufficiunt. – Quando a lei não exige maior número de testemunhas, até duas bastam.

O *onde*, no latim clássico, ocupava diversas categorias gramaticais, como advérbio, advérbio-relativo, advérbio interrogativo. Além dos vários aspectos semânticos, há diferentes funções do *onde*:

- No lugar onde – *Ubi loci*;

- Em qualquer lugar que seja, onde quer que: (*ubi*);
- Onde? Em que lugar? Em que estado? Em que circunstâncias (advérbio interrogativo);
- Quando, depois que, apenas, logo, que, tanto que;
- Empregado como substituto do *qui*, *quod* e *quae* (com respeito às pessoas), em quem, junto a quem, ao pé de quem, com, em, sobre o qual, por meio de quem ou de que;

O *onde* apresenta uma função majoritária – locativa, embora exercesse também outras, conforme extraímos dos exemplos arrolados por Saraiva (op. cit. 1237), a saber: tanto que – consequência; senão – exceção, por meio de quem/que – agente intermediário e outros. Na morfologia, o *onde* flutua em categorias diversas, a saber: advérbio de lugar – relativo e interrogativo, conjunção (logo que, quando) preposição (*senão*) e ainda substituía o relativo *que/quem*. Não há um consenso entre os gramáticos analisados no que tange à sua classificação.

1.1.2. O *onde* no Português:

Analisando alguns textos do português, em suas diversas fases, encontramos: o *onde* (**u**) referindo-se a um lugar não-explicito, como um advérbio-relativo, e como um advérbio-relativo, expressando a ideia de tempo, substituindo *quando*, entre outras funções semânticas, por exemplo, *causa*, *explicação*, *instrumento*, *modo*, *posse*, *lugar virtual*, *direção*, em *que*, *quem*.

J.J. Nunes (*Crestomatia Arcaica*), em textos jurídicos e eclesiásticos, registra casos de *onde discursivo*⁹⁹⁸, ou seja, o *onde* exerce uma dupla função: retoma argumentos e introduz no discurso uma relação de conclusão. Dessa forma, dizemos que, no português arcaico, o *onde* já exercia uma função de marcador argumentativo.

Outras funções do *onde* no português atual, chamadas de funções discursivas, elencadas por Andrade (2009):

1. Uma relação de tempo (**quando**);
2. Uma relação de **finalidade**;
3. Uma função discursiva, como um anafórico causal, conclusivo ou explicativo, equivalendo a **pois**;
4. Uma relação de concessão: não importa o lugar, equivale a *onde quer que seja*.

O caráter polissêmico do *onde* é resultado da multifuncionalidade que ocorreu no latim, passando pelas diversas fases da história da língua portuguesa, e algumas funções permanecem no português atual. O *onde* seguiu o mesmo caminho tanto no latim como no português no que se refere à variedade de grafias e funções. No português contemporâneo, subsistiram as duas formas: *onde* e *aonde*.

2. O funcionalismo linguístico

Os estudos da linguística estrutural se desenvolveram e cujas pesquisas desenvolvidas são baseadas na descrição da linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependência interna, seja numa palavra, seja numa estrutura (cf. MARTELOTTA e AREAS, 2003, p. 17). No início, os estudos linguísticos estavam fundamentados nas dicotomias saussurianas, desconsiderando as mudanças que a estrutura gramatical poderia sofrer por influência dos aspectos pragmático-discursivos. A década de 1970 marca a eclosão dos estudos

⁹⁹⁸ Consideramos *onde discursivo*, o *onde* cujas funções são descritas no discurso, e não na gramática normativa.

funcionalistas nos Estados Unidos. O termo funcionalismo rotulou as pesquisas de linguistas, como Thompson, Hopper Givón e outros, cujos trabalhos tinham como ponto de partida a língua em uso.

2.1. A Gramática no Funcionalismo

A gramática de uma língua, na perspectiva funcionalista, apresenta um caráter dinâmico. Novas estruturas morfossintáticas estão surgindo, outras se tornam arcaicas, outras são tidas como padrão, outras em competição com as já existentes. Isso prova que a gramática de uma língua se constrói no dia a dia. O surgimento de novas estruturas é motivado por fatores de natureza comunicativo-cognitiva (cf. FURTADO DA CUNHA, 1999). O falante, ao produzir seu discurso, opera o conhecimento existente no seu interior sobre a língua, adequando-o à situação discursivo-pragmática, ou seja, uma gramática adaptável. Defendemos, portanto, a concepção de uma gramática emergente (HOPPER, 1987) e uma sintaxe advinda do discurso (GIVÓN, 1991). Adotamos a concepção de uma gramática cognitivo-funcional por considerar que a linguagem reflete um conjunto complexo de atividades comunicativas, sócio-cognitivas. As estruturas linguísticas são consequências de processos gerais do pensamento que os indivíduos elaboram na criação de significados em contextos interacionais com os seus interlocutores. (cf. MARTELOTA, 2008, p. 62). As regras gramaticais são motivadas e icônicas.

2.2. A Gramaticalização

A gramaticalização, nos seus primórdios, preocupava-se com a origem e a evolução dos itens linguísticos. Tinha um caráter essencialmente diacrônico. Não se descartou a abordagem histórica, porém a gramaticalização seguiu outros caminhos, por exemplo, os estudos de Lehmann, Hopper e Traugott. Lehmann (1991) que, concordando com a definição clássica de Kurilowicz, consideravam a gramaticalização como um processo que pode levar o item à mudança de estatuto. Essa mudança não ocorre da gramática para o léxico, mas do menos gramatical para o mais gramatical. Hopper e Traugott (1993) admitem que uma forma gramatical apresenta um *cline* de mudança, em que os elementos partem do léxico para a gramática, tornando-se mais gramatical, por exemplo, o verbo pleno que passa a auxiliar, podendo chegar ao um afixo, conforme a trajetória do verbo *haver* na formação do tempo futuro:

Hei (pleno) > ***Hei*** de cantar (auxiliar) > ***cantarei*** (afixo)

Com o ***onde***, podemos apresentar a seguinte trajetória:

Espaço → tempo → discurso:

Conforme podemos ver nos exemplos analisados por Andrade (2009) no falar de João Pessoa (capital do Estado da Paraíba):

- (1) é Mangabeira eu gosto mais [man] **onde** eu nasci me criei e tal.
- (2) [...] medir esse terreno num tempo de chuva **onde** era cercado com muita madeira aqui.
- (3) [...] o que era visto nas vistas do prefeito e do governador e a orla marítima, **onde** lá eu tenho certeza que tem serviço de limpeza.

No exemplo (1), o *onde* assume a função locativa, em (2), a função de espaço-temporal, equivalendo a *quando*. Já em (3), o *onde* assume uma função argumentativa, denominada por Andrade (2009) de *onde argumentativo*, por estar indicando uma relação de causa/explicação.

No processo de gramaticalização, segundo Hopper (1991, p. 22), dentro de um domínio funcional, novas camadas estão surgindo continuamente. Assim, as formas podem coexistir, se especializarem ou, até mesmo, ficar estáveis, como mostra a trajetória do *onde*: surgiram novas funções, outras coexistiram, mas a função locativa permaneceu.

Os estudos atuais da gramaticalização não se restringem apenas à passagem dos itens do léxico à gramática ou ao processo histórico das formas linguísticas, preocupam-se também com o comportamento que os itens assumem no discurso. Linguistas, como Genetti, Haimar, Herring, Hook, Hopper, veem a gramaticalização como um fenômeno sintático-discursivo e pragmático a ser analisado a partir dos padrões fluidos da língua. Para Castilho (2002), a gramaticalização é um processo multissistêmico, por a língua ser um conjunto de sistemas interligados. A língua é um sistema integrado que abrange a gramática, o discurso, a semântica e o léxico. Na análise da funcionalidade de um item, partimos da gramática em uso, ou seja, o discurso. Trata-se, portanto, de uma análise discursivo-pragmática.

Uma forma inovadora passa a integrar a gramática de uma língua, quando preenche três requisitos importantes: o primeiro diz respeito ao propósito comunicativo, dizer algo, o segundo, à saliência cognitiva, e o terceiro, à frequência de uso, que garante sua fixação no sistema da língua (cf. OLIVEIRA, 1997. p. 13). Castilho (2002) chama esses requisitos de gatilhos da gramaticalização e considera dois gatilhos: o gatilho cognitivo (codificação de categorias cognitivas em formas linguísticas) e o gatilho pragmático (o uso dessas formas).

Tendo em vistas as diversas funções que um item assume na língua, não podemos considerar a gramática como um produto concluído, mas sim uma gramaticalização como um processo contínuo. Sendo assim, a gramaticalização é um dos vários processos de mudança linguística que consiste no surgimento de novas formas para funções já existentes, como também o contrário, por exemplo, a variedade de funções discursivas que o item *onde* apresentou nas diferentes sincronias do português; umas ainda permanecem, outras estão em processo de *uniformitarismo*, em que novas funções são reflexos de formas e funções que já existiram.

2.3. O Princípio da Iconicidade

Um dos princípios adotados pelo funcionalismo é a iconicidade, que é a correlação natural entre forma e função, ou seja, a correlação entre o código linguístico e seu significado. Segundo Hopper & Traugott (1993), a iconicidade é a propriedade de similaridade entre um item, é também o princípio que fundamenta a não-arbitrariedade. Em outras palavras, podemos dizer que há uma motivação icônica entre uma palavra e o significado que ela transmite. Para os funcionalistas, a estrutura da língua reflete, de certo modo, a experiência de vida de seus usuários.

A iconicidade opera no nível cognitivo. Por intermédio do processo de metaforização, os elementos do mundo concreto (léxico) migram para o mundo abstrato, o mundo da gramática. O falante cria um sentido novo para o item, baseando-se em significados mais velhos. Exemplo:

Por unanimidade, a 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou o recurso à autora⁹⁹⁹, **onde** ela pediu um aumento de R\$ 287 mil na indenização que move contra a Editora Abril. (substituição nossa)

⁹⁹⁹ Por razões éticas, retiramos do texto o nome da parte que interpôs o recurso.

O termo *recurso* não corresponde a *lugar* na linguagem jurídica, mas a uma nova fase do processo após a sentença. O falante, operando o cognitivo, associou recurso a uma sessão, um lugar, um determinado espaço de tempo em que se reúnem vários magistrados para proferir a decisão do recurso. Há, portanto, a criação de uma nova função ou uma extensão por metáfora ao que já existe.

3. A multifuncionalidade do *onde*

3.1. Analisando o *corpus*

O *corpus* desta pesquisa constitui um banco de textos jurídicos escritos de gêneros diversos, como sentenças, pareceres, despachos, denúncias, relatórios e outros. Todos na modalidade formal da língua, produzidos por pessoas portadoras de Curso de graduação em Direito e pós-graduação, no nível de especialização, mestrado e doutorado. Analisamos 20 textos, porém, tendo em vista as várias funções repetidas do *onde*, selecionamos dez amostras. Por se tratar de usos que fogem à norma gramatical, e por questões de princípios ético-profissionais, não identificamos os autores do texto e suas respectivas comarcas de atuação.

3.2. Amostras e análise:

Dividimos as funções do *onde* em dois grupos e os classificamos em *onde gramatical e onde discursivo*. Atribuímos o título *onde gramatical* àquelas funções que são descritas pelas normas da gramática normativa, e *onde discursivo*, para as funções que são descritas pela gramática dos usos, ou seja, no discurso. Não analisamos os casos do *onde gramatical*, uma vez que não nos interessa nesta pesquisa, e cujos usos estavam como determina a tradição gramatical, exercendo a função de advérbio, pronome relativo ou pronome indefinido.

Interessamo-nos em descrever a multifuncionalidade do *onde* que está na gramática do discurso. Gramática neste grupo, considerada como as regras que natural e sistematicamente faz o falante a usar o que denominamos de língua materna.

O *onde* nas amostras exerce a função de um elemento coesivo que exerce uma dupla função: une argumentos e estabelece relações semântico-discursivo-pragmáticas. A seguir, as amostras com seus respectivos comentários e análises:

1. Durante uma discussão entre a vítima e o réu, **onde** o réu, com uma faca, golpeou a vítima correndo lesões corporais graves, conforme demonstra o laudo médico fls. 24.

O *onde* une as duas sentenças, exercendo uma função anafórica, retomando um espaço de tempo ou uma circunstância temporal. Por isso, denominamos de **onde temporal**. A função gramatical coincide com a que os manuais gramaticais apresentam, porém, a função semântica reporta-se a um aspecto temporal, ou mesmo um espaço abstrato e não locativo. Permutando por um conectivo de natureza temporal, o enunciado não muda de sentido:

Durante uma discussão entre a vítima e o réu, **quando** o réu, com uma faca, golpeou a vítima correndo lesões corporais graves, conforme demonstra o laudo fls. 24.

2. No auto de interrogatório, **onde** o réu confessa que a vítima o teria agredido com ofensas à sua moral.

No exemplo, temos o *onde* ainda com a função anafórica, introduz uma oração relativa, retomando um ato processual, que pode ser permutado por *em que, no qual*:

No auto de interrogatório, **em que (no qual)** o réu confessa que a vítima o teria agredido com ofensas à sua moral.

3. A jornada do trabalhador rural apresenta diferenças, conforme Lei 5.889 de 08/06/1973 e Decreto 73.626 de 12/02/1974. Nas atividades rurais, é considerado noturno o trabalho executado na lavoura entre 21h00min horas de um dia às 05h00min horas do dia seguinte, **onde** na pecuária, entre 20h00min horas às 04h00min horas do dia seguinte.

Nessa ocorrência, já não se fala mais em elemento anafórico, pois não há retomada ou substituição de elementos, mas de elemento coesivo argumentativo. O *onde*, ao mesmo tempo em que une os dois argumentos, estabelece uma relação de comparação, conforme mostra a permuta:

A jornada do trabalhador rural apresenta diferenças, conforme Lei 5.889 de 08/06/1973 e Decreto 73.626 de 12/02/1974. Nas atividades rurais, é considerado noturno o trabalho executado na lavoura entre 21h00min horas de um dia às 05h00min horas do dia seguinte, **ao passo**, na pecuária, entre 20h00min horas às 04h00min horas do dia seguinte.

4. De acordo com o Artigo 107 do CP, das causas de extinção de punibilidade, temos a decadência e a preempção e prescrição. A prescrição é mais debatida, **onde** trata de uma causa de extinção que consiste na perda do poder/dever de o Estado-Juiz punir o acusado.

O *onde* no exemplo (4), exerce uma função típica de um item conjuncional, estabelecendo uma relação de causa/explicação. A troca por um conectivo de natureza explicativo/causal mantém o mesmo aspecto semântico:

De acordo com o Artigo 107 do CP, das causas de extinção de punibilidade, temos a decadência e a preempção e prescrição. A prescrição é mais debatida, **porque** trata de uma causa de extinção que consiste na perda do poder/dever de o Estado-Juiz punir o acusado.

5. Todos estavam no Clube da associação dos moradores do Bairro **onde** sediava os campeonatos de jogo aos domingos. Nessa ocasião surgiu uma discussão entre o querelante e o querelado.

Em (5), o *onde* exerce a função de um elemento coesivo, anafórico, que chamamos de *onde universal*, pois substitui o relativo (que). Explica-se esse uso do *onde* pela iconicidade ou motivação semântica. Temos no fragmento a palavra *clube* que dá a ideia de lugar. Observe a permuta pelo pronome **que**:

Todos estavam no Clube da associação dos moradores do Bairro **que** sediava os campeonatos de jogo aos domingos. Nessa ocasião surgiu uma discussão entre o querelante e o querelado...

O mesmo ocorre em:

De acordo com Artigo 301 do CPC, há coisa julgada quando se repete ação **onde** já foi julgada por sentença de que não caiba recurso.

Substituindo o **onde** pelo relativo **que**, percebemos:

De acordo com o Artigo 301 do CPC, há coisa julgada quando se repete ação **que** já foi julgada por sentença de que não caiba recurso.

6. É na denúncia, **onde** constam as circunstâncias jurídicas processuais que fundamentam todo o processo judicial seja para a defesa, seja para a acusação.

O *onde* continua exercendo a sua função de lugar, atua como elemento anafórico. A mudança ocorre na função semântica, uma vez que *denúncia* é uma peça processual, e não um espaço físico, mas o processo de metaforização ou extensão semântica justifica tal uso. A substituição pode ocorrer por **em que**, mantendo a mesma função que a norma gramatical determina:

É na denúncia, **em que** constam as circunstâncias jurídicas processuais que fundamentam todo o processo judicial seja para a defesa, seja para a acusação.

7. Na oitiva das testemunhas arroladas na denúncia, confirma que o querelado imputava fatos ao querelante **onde** maculavam a sua reputação na sociedade.

Neste exemplo, há a persistência de o *onde* em substituir o **que**. A permuta pelo relativo explica esse uso:

Na oitiva das testemunhas arroladas na denúncia, confirma que o querelado imputava fatos ao querelante **que** maculavam a sua reputação na sociedade.

8. Eram atividades perigosas durante a jornada de trabalho com produtos químicos **onde** os efeitos provocavam tonturas aos trabalhadores com fortes reações.

Na amostra (08), há uma função do *onde* ainda não encontrada nos textos. Porém na análise em peças processuais de autores diferentes, encontramos ocorrências do *onde* com a função de um possessivo. Esse fato nos chamou a atenção, uma vez que encontramos essa função, no esboço diacrônico em períodos remotos da língua. A permuta pelo relativo possessivo **cujo** mostra esse uso, tendo em vista, os pressupostos do funcionalismo:

Eram atividades perigosas durante a jornada de trabalho com produtos químicos **cujos** efeitos provocavam tonturas aos trabalhadores com fortes reações.

9. Os argumentos constantes da defesa prévia foram bem defendidos pelo advogado do réu, **onde** o Ministério Público conseguiu ainda fundamentar as acusações.

Nesta amostra, o *onde* também funciona como um item conjuncional adversativo, os argumentos se opõem. A permuta por um elemento coesivo de natureza adversativa ou concessiva confirma a nossa argumentação:

1. Os argumentos constantes da defesa prévia foram bem defendidos pelo advogado do réu, **mas** o Ministério Público conseguiu ainda fundamentar as acusações.

Alterando para uma concessão, temos:

1. **Embora** os argumentos constantes da defesa prévia fossem bem defendidos pelo advogado do réu, o Ministério Público conseguiu ainda fundamentar as acusações.

A partir dos dados, podemos dizer que está ocorrendo uma categorização do *onde*, nos usos do português e também alteração de ordem semântico-gramatical influenciada por aspectos discursivo-pragmáticos, podendo ser visto como um indício do processo de gramaticalização

por que o *onde* está passando. Esse processo desencadeou no português arcaico, continuando no português atual, ocorrendo também na língua escrita.

4. Considerações finais

Analisando o comportamento de um item ou estrutura linguísticos à luz do Funcionalismo, concluímos que o falante cria novos usos, ativa outros a partir dos já existentes porque, na língua, nada surge por acaso. Isso ocorre porque a língua está sempre em processo de mutação. Não se pode justificar os usos atuais sem analisar a evolução de sua forma e sua relação com os usos, levando em conta também os processos que propiciam o surgimento de novas funções para velhas formas ou vice-versa, por exemplo, a gramaticalização e a iconicidade. Outro processo que justifica a multifuncionalidade de itens é o uniformitarismo (Labov) em que formas e funções atuais já existiram e voltam a existir, como mostramos as várias funções do *onde* existentes no latim e nas diversas sincronias do português. Isso nos leva a crer que a multifuncionalidade do *onde* nos textos jurídicos é um retorno à história da própria palavra, como também à própria base do nosso ordenamento jurídico, o Direito romano. A variedade de funções do *onde* também está ocorrendo na língua escrita, conforme verificamos nas análises, visto que, a cada momento, novas funções semânticas estão surgindo.

Dessa forma, justificamos nossas considerações, fundamentando-nos nas duas tendências que emergem no funcionamento da língua a **externalista** que se apoia nos contextos discursivo-pragmáticos, e a **internalista**, em que, os processos mentais são responsáveis pelo surgimento de novas estruturas, tomando por base as experiências linguísticas. Assim, o externo é resultado das operações cognitivas que o falante efetua no interior da língua.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Tadeu Luciano Siqueira. O item linguístico *ONDE* na Comunidade de Fala de João Pessoa – Paraíba: uma abordagem funcionalista. João Pessoa (2009) 94 p. Dissertação de Mestrado (Variação Linguística). Universidade Federal da Paraíba.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA; Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística Funcional: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, Talmy. Serial Verbs d Mental Reality of “Event”: Grammatical vs. Cognitive Packaging. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (orgs). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamim, 1991. p. 81-127. v. 1.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem Funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1996.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma nova gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1988.

SOUZA, Emilia Helena Portella Monteiro de. *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*. Salvador – BA, 2003. 284 p. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

AS MODALIDADES FACTUAL, CONTRAFACTUAL E EVENTUAL COMO POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DO MODO SUBJUNTIVO

Graziela Jacques PRESTES (UFRGS)¹⁰⁰⁰

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve panorama sobre nossas pesquisas em torno do Pretérito Imperfeito do Subjuntivo (PIS). Em Prestes (2003), exploramos os conteúdos temporais (Teoria do Tempo Relativo) e modais do PIS, com base, entre outros, em Neves & Souza, 1999 e Neves, 2000. Em Prestes (2012b), cruzamos temporalidade e modalidade apenas nas condicionais contrafactuais. Os resultados das pesquisas anteriores estão sendo confirmados e refinados pelas atuais.

Palavras-chave: Factualidade. Contrafactualidade. Eventualidade. Temporalidade. Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.

1. Ah, se não fosse a realidade!

O objetivo deste artigo é traçar um panorama sobre nossa pesquisa realizada em torno da temporalidade e da modalidade do Pretérito Imperfeito do Subjuntivo (PIS). Tudo começou no ano de 1995, quando do ingresso, como bolsista FAPERGS, no Programa de Português para Estrangeiros da UFRGS, onde lecionávamos os cursos de Conversação, Leitura e Produção Textual e Intermediários I e II. Em todas essas disciplinas, em especial nas duas últimas, verificávamos, por um lado, que a compreensão dos tempos verbais do modo subjuntivo estava, naturalmente, em processo de aquisição, ou seja, os alunos estavam levantando hipóteses sobre seus usos; ora bem sucedidas, ora não. Por outro lado, verificávamos nós a nossa própria fragilidade em mal saber explicar o que, afinal, regia seus usos. E esta é mesmo uma questão complexa. Acreditamos que, embora tenhamos trilhado um caminho seguro e consistente, ainda há muito a ser pesquisado, inclusive sobre o PIS. Em outras palavras, este artigo encarrega-se de mostrar os avanços e de apontar, em função destes, novos horizontes.

O livro com o qual trabalhávamos na época, de base comunicativa, trazia, na primeira lição sobre o PIS, em uma mesma página, sua “forma” e seu “uso”. Eram considerados, sobretudo, os contextos sintáticos “oração principal + oração subordinada” e os contextos em expressão de desejo, sentimento, dúvida e fato improvável, como, por exemplo, indica Ramalhete (1989). Dessa maneira, seguiam, em uma mesma caixa, exemplos especificamente elaborados para essa lição, como: a) – Você foi na biblioteca ontem? – Fui, mas não encontrei nada que me *ajudasse* no trabalho para a faculdade; b) – Fiquei tão feliz que você *pudesse* vir. – É, faz anos que não nos vemos; c) – Por que vocês foram à Argentina no inverno? – Para que o Paulinho *brincasse* na neve. A indeterminação parecia ser a chave-mestra para “esclarecer” o PIS.

Como se ensina quando nem mesmo o professor está convencido sobre as explicações encontradas, na ocasião, em gramáticas e em artigos científicos? Expressão de desejo, sentimento, dúvida, etc não nos parecia suficiente; pensávamos, sim, no que determinaria seu uso, em quais eram as exigências contextuais (sintáticas, semânticas e pragmáticas) e em como suas características se arranjavam dentro do paradigma dos tempos verbais da língua portuguesa do Brasil. Muitas perguntas. Uma demanda de anos de pesquisa.

¹⁰⁰⁰ UFRGS/CAPES, Porto Alegre, Brasil, grazielajp@gmail.com

O primeiro recorte possível, em 1999, consistiu em uma comparação entre o PIS da língua espanhola e o da língua portuguesa. Tratava-se do projeto para ingresso no mestrado da PUC/RS, apresentado no I Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras (I FILE), promovido, em parceria, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Assim, em Prestes (2001), valendo-nos de estudos semântico-discursivos, como Lunn (1995), Meyer e Medeiros (1995), Ramalhete (1992), Wherritt (1978), e de estudos sociolinguísticos, como Corvalán (1989) e Lavandera (1975), buscamos, em síntese, sugerir a elaboração de tarefas, considerando o processo de aquisição do PIS, na relação de uma estrutura sintática com uma função comunicativa. Para a função comunicativa *aconselhar*, por exemplo, exploramos as sentenças do tipo *Seria bom se/que você falasse inglês*, *Seria conveniente se/que ~sse...* e *Seria uma pena se/que ~sse...*. Assim, relacionamos também *expressar indignação* com *Como se não fosse suficiente...*, *Como se não bastasse...*¹⁰⁰¹, e *sugerir* com *E se a gente desse um jeitinho? E se ~sse?*, entre outros, em seus diferentes contextos interacionais, em seus diferentes registros de formalidade (BRITTO, 2003).

2. E se cruzássemos temporalidade com modalidade?

Os fatos cotidianos da sala de aula aguçaram nossa curiosidade de encontrar uma semântica para o PIS. O primeiro sinal disparado, ainda no final da década de 1990, ocorreu quando estávamos trabalhando com o texto *Sumido*¹⁰⁰², de Luis Fernando Verissimo, cujo primeiro parágrafo está repleto de Futuro do Pretérito Simples e Composto, de PIS e de Pretérito Mais-Que-Perfeito do Indicativo¹⁰⁰³. Como trouxemos em Prestes (2001), em língua espanhola, o PIS também se apresenta em alternância com a forma *~ra*, que, em língua portuguesa, como sabemos, marca, preferencialmente, temporalidade passada, não modalidade eventual, hipotética. Dessa maneira, quando lia o enunciado *A última vez que me vira fora, deixa ver...*, o aprendiz não interpretava os tempos verbais *vira* e *fora* como eventos mais passado no passado, como, respectivamente, *tinha/havia visto* e *tinha/havia sido*. Ao contrário, a busca¹⁰⁰⁴, tal como em língua espanhola, era pela expressão da irrealidade. Interessante lembrar que, em português arcaico, essa alternância também ocorria:

“Nos enunciados de caráter condicional, em que a hipótese condicionante se refere a um fato inexistente e cuja realização não se espera ou não parece provável, serve o imperfeito do conjuntivo para exprimir a dita hipótese, empregando-se na oração principal o futuro do pretérito: ‘Se a guerra se declarasse, estaríamos perdidos’. Tais formas verbais podem todavia ser substituídas. *Em português antigo e em linguagem da Renascença preferiam-se geralmente formas como as do mais-que-perfeito no indicativo, quer numa, quer noutra oração: ‘Se assim fizera, andara mais avisado*’¹⁰⁰⁵. Na linguagem familiar do português hodierno costuma-se substituir ao futuro do pretérito o imperfeito do indicativo: ‘Se pudesse, andava mais depressa’.” (ALI, 2001, p. 245)

¹⁰⁰¹ Vide também Prestes (2012).

¹⁰⁰² Publicado no jornal Zero Hora, em 28 de março de 1999.

¹⁰⁰³ Segue o primeiro parágrafo do texto *Sumido*, de Luis Fernando Verissimo: “O amigo me disse ‘Você anda sumido e me dei conta de que era verdade. Eu também fazia tempo que não me via. O que *teria acontecido* comigo? Não me encontrava nos lugares em que costumava ir. Perguntava por mim e as pessoas diziam que havia tempo não me viam. E faziam a pergunta: ‘Que fim você levou?’. Eu não tinha a menor ideia. A última vez que me *vira fora*, deixa ver... Não me lembrava! Não lembrava a última vez em que me *vira*. Eu *teria morrido*? Impossível, na última vez em que me *vira* eu estava bem. Não tinha, que eu *soubesse*, nenhum problema grave de saúde. E mesmo eu *teria visto* o convite para o meu enterro no jornal. O nome fatalmente me *chamaria* a atenção.”

¹⁰⁰⁴ Transferência, nos termos da Aquisição da Linguagem.

¹⁰⁰⁵ Grifo nosso.

A constatação de que há ou havia traços em comum entre tais tempos verbais é apresentada e discutida por Back e Coan (2012). Anteriormente, Back (2008) havia realizado uma pesquisa funcionalista sincrônica sobre o PIS e Coan (2003), uma pesquisa funcionalista diacrônica sobre o Pretérito Mais-Que-Perfeito do Indicativo. Relacionando os achados de ambas as pesquisas, Back e Coan (2012, p. 418) orientam que “a modalidade parece ser a chave para a mudança”.

A modalidade, nos termos de Givón (1993) e de Neves e Souza (1999), também consistiu em um importante elemento a organizar a temporalidade do PIS, conforme Prestes (2003). Com dados de língua escrita¹⁰⁰⁶, percebemos que, em proposições factuais, o PIS tende a expressar ideia de passado, em proposições contrafactuais, o PIS tende a expressar ideia de presente e, em proposições eventuais, ideia de futuro. Toda a pesquisa encontra-se esclarecida em releituras em Prestes (2011) e em Prestes (2012a).

Atualmente, doutorado em andamento, com novo *corpus*¹⁰⁰⁷, estamos concentrados nas orações condicionais contrafactuais, como em “(89)¹⁰⁰⁸ Se não *soubesse* que a cafeína tem vida longa no organismo, (...), *seria* daqueles que só vão para a cama depois de tomar o último”. Em Prestes (2012b), procuramos especificar a definição de condicionais contrafactuais e encontramos em Bunge (2010) o entendimento das condicionais contrafactuais em nômicas e anômicas. Para o filósofo, aquelas “sugerem” apenas um não-fato, como em *Se você tivesse chegado a tempo, o acidente não teria acontecido*, isto é, nas nossas palavras, somente uma inferência é construída, qual seja: *Você não chegou a tempo, o acidente aconteceu*. Já condicionais contrafactuais anômicas, Bunge (2010, p. 335) as define como aquelas que “sugerem” a violação de uma lei, norma ou tendência, a remoção de uma condição de sistema fechado, como em *Não fosse por causa de tais normas, poderíamos apossar-nos desse pedaço de propriedade*, isto é, nas nossas palavras, duas inferências são construídas, quais sejam: a) *É por tais normas, não podemos nos apossar* e b) *Sem tais normas, podemos nos apossar*. A compreensão de Bunge (2010), conforme detalhadamente discutido em Prestes (2012b), permite-nos enxergar que, nas anômicas, uma inferência opera no nível semântico da língua, enquanto a outra opera no nível pragmático, ou seja, (a) é produzida imediatamente e (b) requer uma certa operação que envolve conhecimentos não exclusivamente linguísticos, como, por exemplo, conhecimento enciclopédico e conhecimento de mundo (nos termos da Linguística Textual). Brevemente, trazemos as ocorrências (115) e (116) como exemplos de nômicas.

(115) (116)¹⁰⁰⁹ A família estava na sala de espera de uma clínica de fisioterapia nos EUA para a pequena Clara, então com dois anos, realizar um tratamento médico, quando foi surpreendida. Um garotinho do lado se comunicava descontraidamente com seus pais. Seria algo comum se o menino não *tivesse* paralisia cerebral e não *estivesse* fazendo isso com um tablet. (Pai cria aplicativo que ajuda filha a se comunicar, Luisa Pessoa. Folha de São Paulo, 03.6.12)

¹⁰⁰⁶ O *corpus* foi composto por textos extraídos de jornais e revistas como Veja, Superinteressante, Viagem & Turismo, Elle, Show Biss, Folha de São Paulo, Correio do Povo e O Sul, durante os anos de 1999 e 2002. No total, 128 dados, todos integrados à dissertação.

¹⁰⁰⁷ O *corpus* foi coletado em uma semana, de 30.5.12 a 05.6.12, do jornal Folha de São Paulo. Escolhemos tal veículo de comunicação porque dele participam profissionais de diferentes áreas, não somente do jornalismo, de diferentes regiões do país, não somente de São Paulo. Importante dizer que o PIS ocorreu em todos os cadernos do jornal (Poder, Ilustrada, Mercado, etc.) e nos mais variados gêneros do discurso, indicando ser um fenômeno linguístico que merece atenção. Todos os dias, encontramos, pelo menos, dez ocorrências do PIS. No final da coleta, para nossa própria surpresa, alcançamos um total de 182 ocorrências. Nosso estudo é balizado pela língua escrita, e sobre isso, em outro momento, refletiremos.

¹⁰⁰⁸ Dado (89), texto O café e a longevidade, de Drauzio Varella, FSP, 02.6.12, p. E14, Ilustrada.

¹⁰⁰⁹ Dados 115 e 116, texto Pai cria aplicativo que ajuda filha a se comunicar, Luisa Pessoa. Folha de São Paulo, 03.6.12, p.C6, Cotidiano.

Apenas uma inferência é produzida em cada um: em (115), *o menino tinha paralisia cerebral*, e em (116), *o menino estava se comunicando com os pais por meio de um tablet*. O mesmo se dá em:

(188)¹⁰¹⁰ Decidi cursar gestão de negócios a distância. Foi mais puxado do que eu imaginava. Ficava vários dias sem interagir com os demais alunos por causa do meu trabalho. Aí tinha de tirar o atraso no fim de semana, às vezes assistindo às gravações das discussões entre os colegas. Se eu não *fosse* disciplinado, não teria conseguido. O resultado superou minhas expectativas. Adquiri mais conhecimento e tive contato com pessoas de várias partes do Brasil e de outras profissões.

Novamente, apenas uma inferência é produzida: *sou disciplinado, consegui*. Já, nas anômicas, não é assim, duas inferências se colocam em oposição, como em:

(183)¹⁰¹¹ Hoje tenho dois filhos de idades, feições e mães diferentes. E os amo por igual. Pedro, o caçula, prestes a trocar suas fraldas por cuecas, é de uma timidez cativante. Paulo, por sua vez, o mais velho, é o adolescente padrão: hormônios, inconstância, doçura, ansiedade... Cada um é um, mas, repito, eu os amo por igual. Se *tivesse*, porém, de dizer qual deles mais me entenece, escolheria o primogênito. A razão? Bem, antes de mais nada, por ter sido ele o primeiro. Paulo levantou o véu. Fez de mim um pai.

Nessa contrafactual, podemos perceber a violação a que se refere Bunge. No nível semântico, podemos perceber o não-fato *não tenho de dizer*; porém, no nível pragmático – naquele em que se pode perceber o que se está “fazendo”, claramente podemos compreender que a proposição *tenho de dizer/estou dizendo* está valendo. Em outras palavras, no trecho supracitado, a “subversão” pode ser sintetizada em *não tenho de dizer, mas estou dizendo qual dos meus dois filhos mais me entenece*.

O exemplo (191) a seguir reitera a característica “subversiva” das contrafactuais anômicas.

(191) Assim como não cabe citar números, é difícil falar das ações, pois foram diversificadas – abrangentes e específicas a um só tempo. Se *tivéssemos* que sintetizar a ideia presente em toda ação social ainda hoje praticada nas organizações criadas por Ruth Cardoso, diríamos que para ela não há excluídos. (Ruth Cardoso – passado, presente e futuro. Manoel Félix Cintra Neto e Regina Célia Esteves de Siqueira. FSP, 16.9.10)

Em tese, os autores do texto *não têm de sintetizar*, mas *sintetizam* a ideia de Ruth Cardoso. Bunge (2010, p.335) postulou que as anômicas apresentam uma proposição A e outra posição não-A concomitantemente. A nosso ver, uma diz respeito ao nível semântico, outra, ao pragmático.

Das 41 ocorrências de condicionais contrafactuais, 22 resultaram em nômicas e 19, em anômicas, sendo que, em ambas, houve a predominância de expressão de presente, o que reitera os achados de Prestes (2003). Com os postulados de Bunge, foi possível perceber que as nômicas tendem a expressar presente (16 casos) e passado (06 casos), enquanto as anômicas, presente (13 casos) e futuro (04 casos), apesar de haver duas ocorrências de passado.

Back e Coan (2012, p. 411) endossam essa maneira de compreender o PIS, de cruzar o conteúdo temporal com o modal: “Em suma, esses resultados ratificam o olhar do analista em termos de continuum, de [+factualidade, +temporalidade] para [-factualidade, -temporalidade]”. Declerck e Reed (2006) também o fazem, ao estudarem as condicionais contrafactuais em diferentes tempos verbais. Mas o que nos interessa, neste momento, é o modo como Back e Coan (2012, p. 413-415) enxergaram as contrafactuais: não como “contrafactuais”, senão como [irrealis +factual] e [irrealis -factual], respectivamente: a) *Então se não levasse, de certo era*

¹⁰¹⁰ Dado 188, texto *Aula em todo lugar e a qualquer hora*, Lázaro Evair de Souza. Folha de São Paulo, 29.7.12, Especial Carreiras. Para o estudo de Prestes (2012b), agregaram-se mais onze dados, todos da Folha de São Paulo.

¹⁰¹¹ Dado 183, texto *Filhos – Pedro e Paulo*, José Ruy Gandra. Folha de São Paulo, 03.8.11.

mais um que morreria, né? e b) *Amigo? É aqueles amigos que eu te falei, né? Que na verdade não são, né? Que se fosse, não oferecia.* Em outras palavras, quando a contrafactual produz uma proposição afirmativa (*levou/levava*), esta é descrita como [irrealis +factual], quando a contrafactual produz uma proposição negativa (*não é*), está é descrita como [irrealis –factual].

O que estamos propondo é a possibilidade de reconhecermos as condicionais contrafactuais nômicas como aquelas que produzem apenas uma inferência: ou [+afirmativa] ou [+negativa]. Assim, em *Se não fosse pelos cartazes lituanos, ninguém diria que era um bar da colônia*, temos a inferência [+afirmativa]: *é pelos cartazes lituanos*, e em “*O canário é o mais civilizado dos animais de estimação. [...] Se fosse um ser humano, seria o oposto de Annie, protagonista de ‘O Bom Canário’, peça que estreia amanhã em São Paulo*”, temos a inferência [+negativa]: não é um ser humano.

Para as condicionais contrafactuais anômicas, estamos propondo que as duas inferências simetricamente opostas possam ser assim descritas:

No plano semântico		No plano pragmático
[+afirmativa]	—————→	[+negativa]
[+negativa]	—————→	[+afirmativa]

“Se tivéssemos que sintetizar a ideia presente em toda ação social ainda hoje praticada nas organizações criadas por Ruth Cardoso, diríamos que para ela não há excluídos.”

Inferência semântica [+negativa]: Não temos que sintetizar.

Inferência pragmática [+afirmativa]: Estamos sintetizando.

Ou seja, nas condicionais contrafactuais anômicas, quando, no plano semântico, a proposição apresenta um polo, no plano pragmático, necessariamente, apresentará seu polo oposto.

Provavelmente, estamos lidando com um *continuum*, com o qual outros contextos sintáticos se inter-relacionam, como vemos no exemplo a seguir com a oração comparativa iniciada por *como se*: “O navegador diz que já teve embates com o neto de Thomas Mann, Frido, que, segundo ele, ‘sempre agiu com muita arrogância, *como se fosse dono do local*’” (FSP, 02.7.13). Em uma leitura localizada do enunciado, podemos compreender que, para o navegador, o neto Frido não é o dono do local; entretanto, em uma leitura global do texto¹⁰¹², podemos igualmente manter a ambiguidade das inferências: Frido é e não é o herdeiro natural da propriedade. Em outras palavras, neste momento, podemos afirmar que tanto as contrafactuais comparativas como as contrafactuais condicionais anômicas expressas com PIS parecem estar sensíveis (em uma combinação de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos) à potencialidade de construir uma ou duas inferências. Vaihinger (2011, p. 244) apresenta algumas interpretações filosóficas sobre o sintagma *como se*, dentre elas a noção de erro (como,

¹⁰¹² Segue o texto (Folha de São Paulo, 02.7.13) na íntegra: **Amyr Klink compra casa da mãe do autor** (Cassiano Elek Machado)

O casarão colonial onde cresceu a mãe de Thomas Mann, em Paraty, continua de pé e tem novo dono. Ela foi comprada pelo navegador e empresário Amyr Klink, que já detinha terreno vizinho, onde instalou uma marina há 15 anos. “Foi uma compra muito difícil, que gerou centenas de processos. Ganhei o último recurso há semanas”, diz Klink à **Folha**.

O engenho Boa Vista, como se chamava a antiga propriedade do pai de Julia da Silva-Bruhns, o alemão Johann Bruhns, começou a ser reformado nos últimos dias. Klink espera fazer no local, distante cerca de 10 km do sítio histórico de Paraty, um centro cultural e um restaurante, além de um alambique artesanal. “Quero fazer um espaço voltado para a história de Paraty, não para a da família Mann”, afirma Klink. O navegador diz que já teve embates com o neto de Thomas Mann, Frido, que, segundo ele, “sempre agiu com muita arrogância, como se fosse dono do local”.

Frido Mann, um dos autores de “Terra Mãtria”, tinha planos de criar no local um espaço dedicado à família Mann, a Casa Mann. Por conta disso, veio pela primeira ao Brasil, em 1994, e participou da criação de uma associação cultural com esta missão. Frido, que também recriou a casa da bisavó, e a cidade de Paraty (rebatizada como Porto Belo) no seu romance “Brasa” (inédito aqui), diz que desistiu: “Cansei da luta. Vou me dedicar a meus livros”.

no exemplo supracitado, sob o ponto de vista do navegador Klink), que carregaria apenas uma inferência, e a de hipótese (a da ambiguidade criada), que carregaria ambas as inferências. Sem dúvida, material para discussão em artigo posterior.

Apresentamos um brevíssimo esboço das nossas pesquisas anteriores e da pesquisa em andamento. Assumimos que o cruzamento da temporalidade e da modalidade, considerado em um *continuum*, pode não somente descrever o funcionamento do PIS como também dos demais tempos verbais do modo subjuntivo. Há muito ainda a ser feito.

Referências Bibliográficas

BACK, Angela & COAN, Márluce. Os pretéritos mais-que-perfeito simples e imperfeito sob a ótica da iconicidade e da gramaticalização. *D.E.L.T.A.*, v.28, n.2, p.387-420, 2012.

BUNGE, M. *Caçando a realidade: a luta pelo realismo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORÔA, M.L.M.S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. 1983. 131 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística Aplicada) - Departamento de Linguística do Instituto de Expressão e Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

_____. *O tempo nos verbos do português*. São Paulo: Parábola, 2005.

CORRAL, J.A.M. Valor modal del llamado “subjuntivo concesivo polémico”. *Linguística Española Actual*, Madrid, vol.2, p. 161-174, 1996.

DECLERCK, Renaat & REED, Susan. Tense and time in counterfactual conditionals. *Belgin Journal of Linguistics*, Amsterdam, v.20, p.169-192, 2006.

GIVÓN, T. *English grammar: a function-based introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 1993. Vol. II.

HORNSTEIN, N. Towards a theory of tense. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 3, p.521-557, 1977.

_____. *As time goes by: tense and universal grammar*. MIT Press, 1993.

NEVES, M^a.H. de. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, M^a.H.de. & SOUZA, E.M^a.de. As construções condicionais. In: NEVES, M^a.H.de (org.) *Gramática do português falado: vol. III*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

PRESTES, G. J. Aquisição do imperfeito do subjuntivo por falantes nativos de espanhol. In: HAMMES, W. & VETROMILLE-CASTRO, R. (orgs.) *Transformando a sala de aula, transformando o mundo: ensino e pesquisa em língua estrangeira*. Pelotas: EDUCAT, 2001, p. 167-181.

_____. *Conteúdo temporal do imperfeito do subjuntivo em português*. 2003. 103 f. Dissertação. (Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica/RS, Porto Alegre, 2003.

_____. Conteúdo temporal do imperfeito do subjuntivo. *Polígrafo* – Revista do Curso de Letras da Faculdade Cenecista de Osório, Osório/RS, v.1, n.3, p. 40-57, 2007.

____. Uma compreensão do pretérito imperfeito do subjuntivo pelo viés da temporalidade e da modalidade. *Cadernos do Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre*, n.42, p.220-235, 2011.

____. O pretérito imperfeito do subjuntivo: da pesquisa para a sala de aula, uma aproximação. *Entrepalavras, UFC, Fortaleza*, v.2, n.1, p. 62-86, 2012.

____. A modalidade contrafactual e o pretérito imperfeito do subjuntivo. Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 10.: 2012: Cascavel, PR. Anais do X Encontro do CELSUL: Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, Cascavel, 24 a 26 de outubro de 2012. Disponível on line: <http://celsul.org.br/2010/>

TAPAZDI, J & SALVI, G. A oração condicional no português falado em Portugal e no Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol.14, n. especial, p. 255-267, 1998.

VAIHINGER, Hans. *A filosofia do como se*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

WHERRITT, I. Patterns of subjunctive in Brazilian Portuguese. *Revista Brasileira de Linguística*. Vol.5, n.2, p.39-61, 1978.

REICHENBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan, 1947.

DESLIZAMENTOS FUNCIONAIS DO VERBO DE PERCEPÇÃO *OUVIR* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Leosmar Aparecido da Silva (UFG)¹⁰¹³

Resumo: Este artigo tem o objetivo de descrever alguns usos do verbo de percepção *ouvir* no português brasileiro numa perspectiva cognitivo-funcional. São utilizados dados do Português contemporâneo falado em Goiás, coletados pelo integrantes do projeto *Fala Goiana* da UFG. Dados dos projetos *PEUL* e *Discurso e Gramática* também foram utilizados neste trabalho. Os *corpora* revelaram quatro tipos semânticos do verbo *ouvir*, que assumem diferentes funções na língua.

Palavras-chave: Percepção. Usos. Verbos. Cognição. Português Brasileiro.

1. Considerações iniciais

Numa perspectiva cognitivo-funcional, concebe-se que os verbos de percepção sensorial, em seus sentidos plenos, revelam funções corporais. Eles apresentam deslizamentos funcionais produtivos que se direcionam para a gramática (gramaticalização) ou para o discurso (discursivização). Além disso, os verbos de percepção sensorial “têm uma vasta variedade de possibilidades de construção e sintaxe e ricas estruturas polissêmicas” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009, p. 123).

Ibarretxe-Antuñano (1999, p. 131), citando Sekulerand Blake (1994), afirma que a percepção é um processo biológico em que o cérebro recebe descrições de objetos e eventos no mundo, utilizando a informação obtida pelos sentidos. Os cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato) são, então, canais de informação sobre o mundo. Cada um desses canais responde a estímulos diferentes: luz, ondas sonoras, propriedades da matéria, substâncias gasosas e solúveis. Para Ibarretxe-Antuñano (1999, 131), culturalmente, os seres humanos dependem mais de um sentido do que de outro. Na cultura ocidental, por exemplo, a visão é concebida como o sentido mais confiável talvez pela crença de que ela capta e identifica mais objetivamente o objeto. Contudo, em períodos anteriores da história ocidental, bem como em outras culturas contemporâneas, sentidos como a audição, o olfato e o tato são considerados importantes para dar sentido ao mundo (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009). Neste texto, serão analisados os usos do verbo *ouvir* no Português Brasileiro, dando-se destaque especial para o português contemporâneo falado em Goiás.

2. Usos do verbo *ouvir*

O verbo *ouvir* tem origem na palavra latina *audīre*, que, por sua vez, é uma extensão de **aus-dh-* da raiz **aus-* ‘orelha’. No português, esse verbo pode ter o sentido de *escutar pela audição, dar atenção a, atender, levar em conta, considerar, obedecer a, observar conselhos de, tomar o depoimento de, receber reprimenda, sofrer censura*. Quando associado ao verbo *dizer*, formando uma construção do tipo *ouvi dizer*, assume a função de um evidencial indireto, de boato (cf. CASSEB-GALVÃO, 2001).

¹⁰¹³ Doutor em Estudos Linguísticos. Professor da Universidade Federal de Goiás. E-mail: leosmarsilva@hotmail.com

Em muitas línguas, os verbos derivados da audição, assim como os verbos derivados da visão, podem ser volicionais (em que o sujeito é agente e o verbo é ativo) ou não volicionais (em que o sujeito é experienciador e o verbo é estativo).

No inglês, por exemplo, em *Peter looked at the bird* e *Peter listened to the bird*, as formas verbais *looked at* ‘olhou para’ e *listened to* ‘escutou o’ selecionam sujeito agente, visto que o verbo é de percepção ativa. Por outro lado, em *Peter saw the bird* e *Peter heard the birds*, as formas *saw* ‘viu’ e *heard* ‘ouviu’ selecionam sujeito experienciador, dado que o verbo é de percepção passiva. No português brasileiro, essa distinção do traço de volição e não volição entre *ver/ouvir* e *ouvir/escutar* não é tão clara como no inglês. Fatores contextuais e a natureza do complemento é que poderão definir o traço volicional como positivo ou negativo. Em um exemplo como (01), a seguir, o sujeito do verbo *ouvir* é volicional, porque, para ouvir música, é necessário que o receptor das vibrações sonoras ligue o aparelho e comece a *apreciá-la* de acordo com o seu gosto:

(01) Quando sobra um tempim... asveizi... **ouviu** som né... fazer alguma coisinha que tá precisano né... àsveis um cano... asveisvazano né? Tampá... (FG, DMC, M, 25, EB).

Diferentemente de (01), em (02), a seguir, o mesmo verbo *ouvir* é indicativo de que a percepção dos sons é passiva, já que o sujeito não tem o controle sobre a emissão desses sons:

(02) tudo isso gente passô... a gente levantava de noite **ouvi** abarui de rato quelacoisêra na casa... (FG, MAJ, F, 43, EB).

Tanto em (01) como em (02), o verbo *ouvir* está relacionado à percepção física de sons não necessariamente humanos. Há usos do verbo *ouvir*, porém, que estão diretamente relacionados à emissão de sons humanos, em momentos de interação verbal. Isso porque, segundo Sweetser (1990), a função, por excelência, dos verbos relacionados à audição é a comunicação linguística. A audição constitui um dos mais importantes meios da influência intelectual e emocional entre os seres humanos. Isso justifica, então, o uso de complementos do verbo *ouvir* relativos à comunicação, como se verifica em (03), a seguir:

(03) ... i eu vô falá esse qui [verso de um poema] pr/ocê... **ovi**... (FG, JCS, M, 72, EB)

Às vezes, aquilo que é ouvido¹⁰¹⁴ tem tanta relevância na narrativa que o falante desloca o complemento para a posição inicial da sentença, onde assume a função de tópico sentencial, como em (04), em que *essa história*, objeto direto do verbo *ouvir*, é o tópico da oração:

(04) *essa história*... até **ouvi** há pouco tempo aqui no colégio mesmo... né? (D&G, F, M, 18, EM, Rio de Janeiro).

A relação entre o verbo *ouvir* e a comunicação linguística possibilitou o surgimento de um uso em que o *ouvir* assume um significado parcialmente conectado ao domínio físico e parcialmente conectado ao domínio mental. Trata-se de *ouvir* associado a um verbo *dicendi*, como em *ouvir dizer*, *ouvir falar*. A forma *ouvir dizer/falar* direciona-se mais para o domínio físico enquanto que o significado ‘ter/tomar conhecimento de, saber’ direciona-se mais para a atividade mental representada pela construção. O exemplo (05) mostra um contexto de uso da construção:

(05) O primero [MOTO-TAXISTA]... **ovidizê** sim que... chamô ele pra fazê uma corrida né... aí já tava... desapareceu... foi procurá ele... teve umas pessoa que achô ele já lá morto lá no... então... faz uns três quilômetro daqui lá não dá mais... daqui lá deve dá uns dez quilômetro... aí assassino ele lá, e dexô a moto num... jogada num lado... capacete um do lado o to do to... cada objeto num lugá diferente né. (FG, DMC, M, 25, EB).

Segundo Carvalho (2004, p. 188), apesar de os verbos *ouvir* e *falar/dizer* estarem encaixados, “constituem unidades conceituais distintas; além disso, *falar* mantém forte o traço

¹⁰¹⁴ Ouvido ou falado, depende da perspectiva.

de sonoridade.” Para a autora, o uso de *ouvir* + verbo *dicendi* parece estar se especializando nesse contexto, uma vez que a construção *ouvir dizer/falar* tem ocorrido, dentro a gama de verbo *dicendida* língua portuguesa, apenas com *falar e dizer*. Afirma ainda que é possível considerar a ocorrência de uma reanálise sintática de *ouvir* seguido desses dois verbos *dicendino* infinitivo.

Como os evidenciais revelam a origem do conhecimento, é possível dizer que, em (05), *ouvir dizer* tem a função de evidencial lexical em que a evidência é indireta reportada – ouviu-se o fato de uma segunda pessoa – ou indireta de boato.

O verbo *ouvir* pode ainda ter o sentido abstrato/metafórico de *atender pedidos*. Em (06), a seguir, formou-se uma locução em que o verbo *ser* (V1) é o auxiliar e *ouvir* (V2) é o verbo principal, formando a construção *ser ouvido*:

(06) os movimentos que... que nem teve aqui dos cara-pintadas... né? pra botar... o Collor pra fora e tal... são movimentos assim que... requer muita gente... pra fazer uma coisa assim em conjunto pra poder **ser ouvido** pra pessoas cogitarem na possibilidade de fazer alguma coisa a respeito... né? é mais ou menos por aí... fora isso... são poucos os que se revoltam aqui e ali... e no final não faz nada e tem que esperar o próximo presidente entrar... pra... ver o que acontece... né? (D&G, R, F, 23, ES, Rio de Janeiro).

Em (06), o falante faz referência à necessidade de as pessoas se unirem para *serem ouvidas, atendidas* pelo governo. Esse mesmo uso é muito frequente quando o falante, na sua relação com o espiritual, pede a Deus para *ouvir o seu pedido, a sua súplica, a sua lamentação*. Assim, apenas na palavra *ouvir* está implicada uma série de atos:

ouvir > *entender as razões do pedido* > *convencer-se dessas razões* > *responder positivamente ao que fora solicitado*

O interesse principal do autor do pedido é obter uma resposta positiva para sua solicitação, reforçando o princípio bakhtiniano¹⁰¹⁵ de que *todo ato de compreensão é uma resposta*. Para Sweetser (1990), a recepção interna de ideias, significando *entender* o que é ouvido, está conectada com o sentido físico de ouvir.

Atender pedido está associado também a outro sentido do verbo *ouvir*: o de *obedecer, seguir o conselho de*. Para Sweetser (1990), é natural que a recepção auditória física esteja ligada à noção de receptividade interna (não ser surdo ao apelo de alguém) e, por isso, também à obediência. Obedecer é, portanto, *atender o pedido de alguém e atender o pedido é ouvir*. Apenas uma única ocorrência da metáfora OBEDECER É OUVIR apareceu no *corpus* do “Fala Goiana”, mesmo assim, o verbo *ouvir* pode ser parafraseado com *seguir/atender o conselho de*, como se verifica em (07), em que o falante lamenta o fato de ter “ouvido voz de terceiros” ou “ter seguido o conselho de outras pessoas” diante da decisão de ir para o Xingu, para onde foi trabalhar como roçador de pasto e depois contraiu febre amarela:

(07) Foi... foi influência [IR PARA O XINGU E CONTRAIR FEBRE AMARELA] assim né... práganhádinhero né... i todo mundo e cabô daí que era só ilusão... e hoje eu falo pra quôquê um... vocês não sai da cidade de vocês pra ir passá melhora em outro lugar... **ouvi** voz de tercero assim... porque as pessoas conversa muito... aqui a gente combinamo um preço i lá era outro... se a gente tivesse trabalhano aqui era melhor era melhor do que tivesse ido... mas tudo serviu de experiência né... (FG, JCRO, M, 30, EB)

¹⁰¹⁵ Bakhtin (1999).

Os usos comentados foram classificados em quatro tipos diferentes, seguindo um *continuum* que vai do mais concreto para o mais abstrato:

- **OUVIR¹**: verbo pleno indicando a captação de sons não humanos e humanos;
- **OUVIR²**: perífrase verbal, indicando a fonte da informação (evidencial);
- **OUVIR³**: verbo com o sentido abstrato de *atender pedidos*;
- **OUVIR⁴**: verbo com o sentido abstrato de *seguir conselhos, obedecer*.

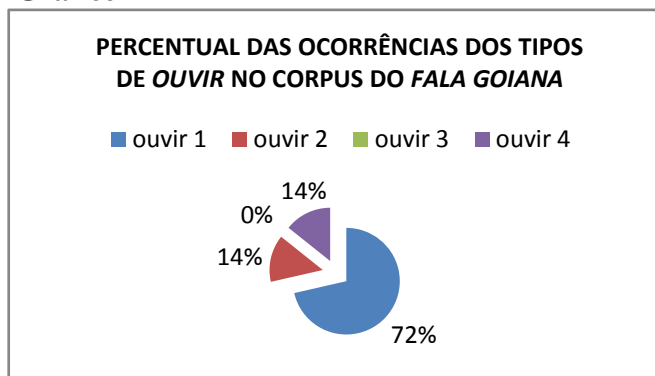
A tabela 1, a seguir, mostra mais detalhes desses quatro tipos de *ouvir*:

Tabela 1: Usos dos verboouvir

TIPOS	SENTIDO	FUNÇÃO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO FALA GOIANA (FG)	Percentual	EXEMPLOS
OUVIR 1	Captação de sons não humanos	verbo pleno	3	72%	tudo isso gente passô... a gente levantava de noite ouvi abarui de rato quelacoisêra na casa... (FG, MAJ, F, 43, EB).
	Captação de sons humanos	verbo pleno	2		i eu vô falá esse [POEMA] quiqr/ocê... ovi ... (FG,JCS, M, 72, EB)
OUVIR 2	Receber informação de uma segunda pessoa	Perífrase verbo (evidencial), encaixador de cláusula	1	14%	o primeiro... [MOTO-TAXISTA] ovidizê sim que... chamô ele pra fazê uma corrida né... ai já tava... desapareceu foi procurá ele teve umas pessoa que achô ele já lá morto lá... (FG, DMC, M, 25, EB)
OUVIR 3	atender pedidos	Verbo (abstrato)	-	0 %	são movimentos assim que... requer muita gente... pra fazer uma coisa assim em conjunto pra poder ser ouvido pra pessoas cogitarem na possibilidade de fazer alguma coisa a respeito... né? (D&G, R, F, 23, ES, Rio de Janeiro)
OUVIR 4	seguir conselhos, obedecer	Verbo (abstrato)	1	14%	foi... foi influência assim né... práganhádinhero né... i todo mundo e cabô daí que era só ilusão... e hoje eu falo pra quoqué um... voceis não sai da cidade de voceis pra ir passá melhora em outro lugar... ouvi voz de terceiro assim... porque as pessoas conversa muito... (FG, JCRO, M, 30, EB)

No *corpus* do Projeto *Fala Goiana* foram encontradas 7 ocorrências do verbo *ouvir*, de modo que 5 delas (72%) corresponde ao **OUVIR¹**; 1 ocorrência (14%) corresponde ao **OUVIR²**. Em relação ao **OUVIR³** não houve ocorrência no *Fala Goiana* (0%). Foram encontrados alguns usos desse tipo no *corpus* do PEUL e no *corpus* do Discurso e Gramática (D&G) do Rio de Janeiro e Natal. Já o **OUVIR⁴** teve, no *Fala Goiana*, também 1 ocorrência (14%). O gráfico a seguir mostra o percentual das ocorrências:

Gráfico 1



Cabem ainda algumas observações em relação aos usos do verbo *ouvir*. Uma delas é que, em geral, o falante, principalmente nos usos de **OUVIR**¹, tende a dizer *ouvi o pássaro* ao invés de dizer *ouvi as vibrações sonoras emitidas pelo pássaro* ou *ouvi o canto dos pássaros*. O verbo *ouvir* subcategoriza, em primeira mão, um complemento sonoro, ou seja, uma propriedade de alguma entidade que emita sons. Em segunda mão, o mesmo verbo subcategoriza como complemento uma entidade física que produza som. Apesar de exemplos *ouvi o pássaro* terem sido considerados usos físicos de *ouvir*, é possível identificar aí uma metonímia desgastada, em que **a propriedade** (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) inerente ao ser é substituída pelo próprio ser que a contém. Isso acontece pelo fato de as ondas sonoras não terem forma, cor, não poderem ser vistas e, principalmente, pelo princípio da economia cognitiva. Esse princípio estabelece que os seres humanos sempre tentam conseguir maior quantidade de informação de seu entorno com o mínimo de esforço possível.

Outra observação diz respeito aos usos de **OUVIR**³ e **OUVIR**⁴. Esses dois usos têm, conforme Wittgenstein (1999), semelhanças de família. Eles são semelhantes entre si porque contêm o traço *dar atenção ao interlocutor*. O que os difere, porém, é o pressuposto de que **OUVIR**³ pode ou não estabelecer uma relação hierárquica entre aquele que fala e aquele que ouve, enquanto **OUVIR**⁴ necessariamente implica subserviência do ouvinte.

Existe, ainda, um uso de *ouvir* que não apareceu nem no *corpus* principal nem nos *corpora* complementares. É o caso de *ouvir* significando *inquirir o réu* ou *testemunhas*, como em *o juiz ouviu o réu durante o julgamento*. Esse uso pode relacionar-se por semelhança de família com o **OUVIR**¹ porque indica captação de sons humanos, acrescidos de objetivos legais.

3. Considerações finais

A audição é o sentido que, de conformidade com Sweetser (1990), origina verbos como *ouvir*, *escutar*, *ter cuidado*. A função de excelência dos ouvidos é a comunicação linguística, por isso, Sweetser (1990) defende que a audição é o sentido que está mais intimamente relacionado à comunicação interpessoal. Está relacionado também à noção abstrata de influência intelectual e emocional sobre aquele que ouve. A percepção interna das ideias, no sentido de entender o que é ouvido, está certamente conectada com o vocabulário do domínio da audição. Em uma ampla gama de línguas, a audição está também relacionada à observância em relação àquilo que o falante diz, portanto, indica ‘diligência’ e ‘obediência’.

Essas considerações foram confirmadas nos *corpora*, principalmente, em usos como o que se verifica a seguir:

(08) são movimentos assim que... requer muita gente... pra fazer uma coisa assim em conjunto pra poder **ser ouvido** pra pessoas cogitarem na possibilidade de fazer alguma coisa a respeito... né? (D&G, R, F, 23, ES, Rio de Janeiro).

Conforme se viu nos dados, usos com sentidos mais concretos convivem com usos com sentidos mais abstratos, ambos assumindo importantes funções gramaticais e comunicativas na língua, como, por exemplo, o operador evidencial *que*, ao mesmo tempo que encaixa cláusulas marca o recebimento de uma informação de uma segunda pessoa, como se vê em (09):

(09) o primeiro... [MOTO-TAXISTA] **ovidizê** sim que... chamô ele pra fazê uma corrida né... ai já tava... desapareceu foi procurá ele teve umas pessoa que achô ele já lá morto lá... (FG, DMC, M, 25, EB).

Enfim, os diferentes usos do verbo *ouvir* são uma pequena amostra da dinamicidade da língua e do potencial cognitivo do falante de aproveitar velhas formas para novas funções, tendo-se em vista o sucesso comunicativo.

Referências Bibliográficas

CASSEB-GALVÃO. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. In: *Filologia e língua portuguesa*. n. 13 (2). 2001. p. 305-335.

CARVALHO, C. dos S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford University Press. 2008.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. *Polysemy and metaphor in perception verbs: a cross-linguistic study*. University of Edinburgh, United Kingdom, 1999. Tese de Doutorado.

_____. Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas? Trad. Nara Cornetet Dei Ricardi. In: *Cadernos de tradução*. n. 25. Jul/dez. 2009. p. 121-142.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Arquivo em pdf.

ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONALIDADE DE MANCHETES INTERROGATIVAS DE CAPAS DA REVISTA VEJA

Neide Domingues da SILVA – UFG¹⁰¹⁶

Resumo: Nesta pesquisa, investigaram-se a estruturação e funcionalidade do gênero discursivo Manchete de Capa da Revista Veja (MCRV), especificamente de manchetes constituídas a partir de uma forma interrogativa, entre elas, *como, por que, quem, o que*. Para isso, recorreu-se à Gramática Funcional, com base, principalmente, em Dik (1997) e Halliday e Matthiessen (2004). Verificou-se que, apesar do uso de formas interrogativas, ocorreu a ilocução declarativa, em que não se usa o ponto de interrogação, em 90% (184/205) das manchetes analisadas. Essa recorrência sugere que, em MCRV, predomina a força ilocucionária assertiva por meio da qual se pretende afirmar, asseverar.

Palavras-chave: Gramática Funcional. Força ilocucionária. Manchete interrogativa.

1. Introdução

Toda pergunta pressupõe uma resposta. Certo? Errado. Por exemplo, quando uma mãe pergunta a seu filho “você quer um castigo?”, ela não espera uma resposta. Na verdade, do ponto de vista discursivo, essa mãe intenciona provocar uma mudança de comportamento no filho. Então, nesse contexto, a força ilocucionária seria muito mais de ordem do que de pergunta. Essa fluidez ilocucionária também se instaura no discurso midiático, especificamente, em capas de revista. Analisaram-se 205 manchetes de capa da Revista Veja, e verificou-se que o uso de formas prototipicamente categorizadas como interrogativas, entre elas, *como, por que, quem, o que* não determina a emergência da força ilocucionária de pergunta, ou seja, não se espera que o leitor responda a essa pergunta. Não há garantias nem que o próprio redator responda ao questionamento sugerido em uma manchete. Essa especificidade discursiva pode ser observada em (1):

(1) *Como fica esta guerra* (Revista Veja, 08 jul 1970)

A partir do Funcionalismo, o arranjo estrutural de um enunciado é motivado por fatores tanto sintáticos, quanto semânticos e pragmáticos de modo que se produzam efeitos de sentido conforme as características de cada gênero discursivo, inserido em um contexto de sociointeratividade. Assim, quando um redator usa uma forma interrogativa em uma manchete de capa de revista, ele pretende instigar o leitor a comprar a revista. Vale ressaltar que o redator não pretende preencher a lacuna semântica gerada pelo uso de uma forma interrogativa. Em vez disso, ele estrutura outras predicções correlacionadas ao campo discursivo referenciado na manchete. Em (1), por exemplo, não se espera encontrar na reportagem uma predicção do tipo “Esta guerra fica equilibrada” a partir do predicado “ficar”, que corresponderia a uma “resposta” no sentido ilocucionário. É importante reconhecer também a relação entre manchetes e fotografias, que referenciam um Estado-de-Coisas compartilhado por redator e leitor. No caso de (1), utilizou-se a referência “esta guerra” associada a uma imagem que remete a um contexto sócio-histórico de 1970.

¹⁰¹⁶ Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil. E-mail: neidedomingues@yahoo.com.br

Acerca disso, de acordo com Halliday (1978, p.143 *apud* NEVES, 2010, p.78), um texto se constitui em um “contexto de situação” e um “contexto de cultura”, sendo que ambos estão inevitavelmente interligados. Em termos microcontextuais, o “contexto de situação” remete a um ato discursivo em particular, instaurado em determinado ambiente; em termos macrocontextuais, o “contexto de cultura” evoca uma realidade social que condiciona, direciona a interpretação de tal ato discursivo. Assim, a seleção e ordenação de constituintes em um enunciado decorre de fatores intralinguísticos, ligados ao sistema; e extralinguísticos, relacionados ao papel social do gênero discursivo em que tal enunciado se realiza.

2. Pressupostos teóricos

Este trabalho de descrição e análise de um gênero discursivo corrente no Português Brasileiro está fundamentado, principalmente, em Dik (1997), Halliday e Matthiessen (2004), Neves (1994, 2010). Acredita-se que a configuração de uma Manchete de Capa da Revista Veja, doravante MCRV, atende a propósitos sociointerativos e econômicos. Em outras palavras, o redator, por meio de uma MCRV, pretende estimular o leitor a comprar a revista. Para isso, ele se vale, de modo consciente ou inconsciente, de estratégias linguísticas que visam a uma interação eficiente com o leitor. Então, em pesquisas funcionalistas como esta, refuta-se a ideia de arbitrariedade entre forma e função.

Neves (2010) esclarece que as abordagens gramaticais de orientação formalista e funcionalista diferenciam-se quanto à consideração da natureza linguística. A partir do Formalismo, a estrutura é o foco principal de análise; o falante é considerado um indivíduo que, conforme suas características genéticas, é capaz de selecionar construções lógicas. De acordo com o Funcionalismo, as relações sociais fundamentam a análise. Nesse caso, o falante é visto em um contexto de interação pragmática, que proporciona um intercâmbio de informações. Em outras palavras, para o Formalismo, interessa o falante, espécime individualmente dotado de competência verbal; para o Funcionalismo, interessa, sobretudo, o falante situado socialmente, em contato com outros falantes.

Pressupõe-se que a instauração de funções sintáticas emerge da escolha guiada por funções pragmáticas e semânticas estabelecidas no uso. Assim, por exemplo, em um enunciado, o uso de determinado verbo, sujeito, objeto, entre outros constituintes sintáticos, bem como o emprego de uma ilocução básica específica não são aleatórios. Entre as várias opções para representar um evento, um Estado-de-Coisas (algo que acontece no mundo), o locutor representado, nesta pesquisa, pelo redator escolhe a configuração que melhor atende a seus propósitos.

Neves (1994, p. 125) destaca que, para o Funcionalismo, a noção de *função* se refere “ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados”. Desculpar-se, agradecer, convidar, pedir, elogiar, informar, convencer, emocionar, repreender são algumas dessas necessidades comunicativas universais que o homem manifesta no processo de interação verbal. Assim, nesta pesquisa, analisa-se a configuração de 205 MCRV a partir da premissa de que os componentes sintático (estrutural), semântico (significativos) e pragmático (discursivos) estão integrados, interligados, de modo a conduzir à materialização de um ato linguístico, cognitivamente instaurado e socialmente motivado.

Nesse âmbito, os usuários de uma língua compartilham um código linguístico e uma realidade social que lhes permitem o compartilhamento de informações pragmáticas de curto e longo prazo. Esse compartilhar de informações permite, por exemplo, a ocorrência de implícitos e subentendidos, a não realização de constituintes argumentais, básicos em uma estrutura predicativa. A figura 01 representa o esquema de interação verbal proposto por Dik (1997a, p.08):

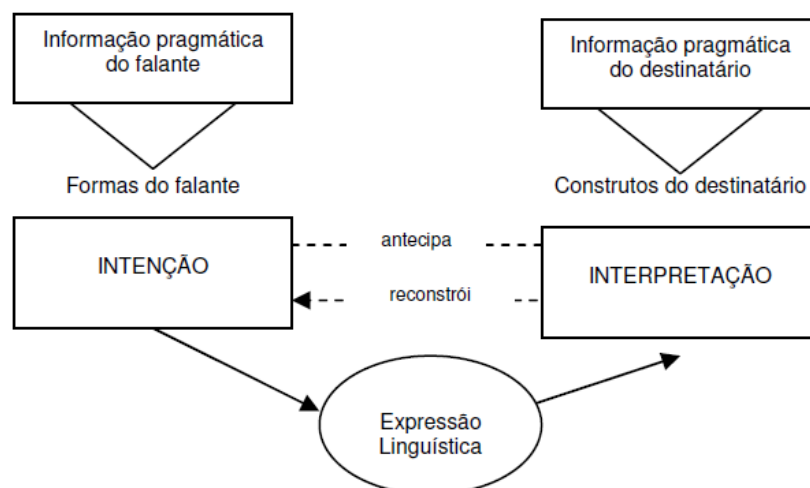


FIGURA 01 Esquema de interação verbal (DIK, 1997a, p.08)

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 175), a interpretação de nossas experiências é organizada por meio de configurações que envolvem “um processo desdobrado no tempo”, “os participantes envolvidos no processo”, “as circunstâncias associadas ao processo”. A escolha de determinado verbo interfere na estruturação de uma predicação, pois o verbo determina a seleção de argumentos a partir de seus traços semânticos. Conforme Perini (2008, p. 250), “temos que admitir que a representação formal dos argumentos precisa ser consignada na valência de cada verbo, pois não pode ser derivada de outros fatores”.

Em outras palavras, é o verbo que determina o número de argumentos envolvidos em uma predicação. De acordo com a Gramática Sistemico-Funcional (GSF), a tipologia sintático-semântica verbal está relacionada a um sistema de transitividade que “constrói o mundo da experiência em um conjunto manejável de tipos de processo” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.170). Halliday e Matthiessen categorizam seis tipos de processos, que permitem representar Estados-de-Coisas: material, mental, relacional, comportamental, verbal, existencial.

Halliday e Matthiessen (2004, p.174) associam processos a gêneros discursivos específicos. De acordo com o autor, uma entrevista, por exemplo, é experiencialmente variada, mas predominam nela os processos materiais e relacionais; receitas e outros textos procedurais são quase inteiramente de natureza material; em notícias, os processos verbais desempenham um papel importante; em conversas casuais, o destaque é para os processos mentais; em narrativas, a linha principal do evento é realizada por meio de processos materiais, apesar da predominância de processos existenciais e relacionais. Investiga-se, nesta pesquisa, qual desses processos é predominante nas MCRV analisadas.

Conforme o princípio da iconicidade, a estruturação de um enunciado é motivada, em parte, pelas regras do sistema; em parte, pelo contexto social que interfere na seleção e ordenação de constituintes. Para Furtado da Cunha (1999, pp. 164-168), quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma. Além disso, o autor reconhece que os conteúdos mais próximos cognitivamente estão integrados em nível de codificação, e a informação mais relevante tende a ocupar o início da cadeia sintática.

O conceito de iconicidade remete às noções de “Tema”, “Tópico” e “Foco”. Em relação ao conceito de Tema, Dik (1997b, p. 389) afirma que “um constituinte com função de Tema especifica um conjunto de entidades em relação às quais a oração seguinte vai apresentar informações relevantes”. O autor acrescenta que o Tema “orienta o interlocutor em relação aos tópicos discursivos em relação aos quais o conteúdo da oração seguinte deve ser interpretado”. Dik (1997b, p. 393) esclarece que o Tema não se integra sintaticamente a uma oração, mas está

“ajustado” a ela, ou seja, os atos discursivos formados a partir da estrutura Tema-Oração ocorrem a partir da combinação semântica entre o Tema e a oração que o segue.

Acerca dos conceitos de “Tópico” e “Foco”, Dik (1997a, p. 310) afirma que topicalidade refere-se “às coisas sobre as quais nós falamos” e focalidade corresponde à “caracterização das partes mais importantes ou marcantes do que dizemos sobre as coisas topicalizadas”. Então, reconhecendo-se uma manchete como um gênero discursivo inserido em um contexto de interação social, considera-se que o redator, quando seleciona e ordena constituintes para uma MCRV, vale-se das estratégias pragmáticas de tematização, topicalização e focalização.

3. Análise de dados

Os dados foram analisados com o pressuposto da confluência entre os níveis sintático, semântico e pragmático, indicando que uma MCRV representa um gênero discursivo cuja configuração estrutural se orienta a partir das intencionalidades do redator diante de um leitor prototipicamente presumido. Assim, refutam-se as noções de autonomia sintática, bem como de arbitrariedade linguística visto que todo ato discursivo é motivado por fatores sistêmicos e contextuais. Nesse sentido, o redator faz escolhas linguísticas e ordena os elementos conforme a interpretação que deseja provocar no leitor.

Em decorrência da relevância do predicado na composição discursiva, considera-se necessária a análise dos predicados usados nos dados de pesquisa. Das 205 MCRV analisadas, 81 % (167/205) se constituem a partir de uma forma verbal simples, conforme se demonstra em (2):

(2) *Por que Lula **assusta** o mercado* (Revista Veja, 22 mai 2002)

Uma possibilidade de interpretação da predominância do uso de formas simples em MCRV interrogativas está relacionada à economia linguística e à concisão discursiva. Além disso, esse número pode estar relacionado ao fato de o discurso da Revista Veja ser comprometido com as regras da norma padrão. Sobre o uso de construções verbais perifrásticas, Radatz (2001 *apud* SOUZA, 2010, p. 186) considera que “os normativistas brasileiros condenam uma inovação que veem como um vulgarismo”.

Houve explicitação do sujeito em 71% (143/205) das manchetes. A recorrência do sujeito explícito sugere que, em MCRV, a identificação direta do referente que ocupa a casa do argumento externo é produtiva. A ideia é a de que, com a explicitação da entidade externa, selecionada pelo predicado, o redator pretende despertar curiosidade no leitor em relação à determinada entidade, pessoa ou não pessoa acerca de quem ou de que se fala. Neves (1994, p. 16) afirma que “sujeito é o ser de que se diz, se declara alguma coisa”. Desse modo, o redator espera que o leitor compre a revista para obter informações acerca de um referente já antecipado na capa. Em (3), comprova-se o uso do sujeito explícito em MCRV:

(3) *A chave do emprego. Como **a educação** abre novas oportunidades* (Revista Veja, 23 set 1998)

Em (3), foi relevante para o redator explicitar a entidade acerca da qual se predica, a fim de que o leitor, interessado especificamente por informações relacionadas à educação, compre a revista. De certa forma, a explicitação do sujeito nas MCRV provoca um direcionamento, uma seleção de leitores dispostos a obter informações relacionadas ao campo semântico-discursivo sugerido por aquela entidade da qual se fala na manchete.

Os advérbios interrogativos e os pronomes interrogativos são categorizados por Dik (1997a, p. 328) como “open forms” (formas abertas) porque abrem uma lacuna informacional

na predicação a partir de intenções pragmáticas. Essa noção funcionalista cabe a esta análise já que, quando o redator usa uma forma aberta, adverbial ou pronominal, em uma MCRV, é provável que ele pretenda estimular o leitor a adquirir a revista, a ler as matérias contidas no interior do periódico, e, com base no que lê, a aderir a posicionamentos editoriais, pois a forma aberta produz, um expediente de foco interrogativo, uma possibilidade semântica a ser preenchida no interior da matéria de capa.

As 205 manchetes selecionadas a partir da ocorrência de uma forma interrogativa adverbial ou pronominal em períodos simples foram agrupadas conforme os processos determinados pelos predicados em uso nas manchetes em questão. Conforme Halliday e Matthiessen (2004, pp. 179-279), os predicados representam processos externos ou internos ao homem, dinâmicos ou estáticos, assim, eles podem ser do tipo “material, relacional, mental, existencial, comportamental, verbal”. Essa tipologia combinada à tipologia de Estado-de-Coisas, com base em Dik (1997), por meio da qual também se descrevem predicções a partir de fatores semânticos, permite reconhecer o predicado como o constituinte que desencadeia, aciona uma predicação.

Verifica-se que 55% (113/205) das MCRV analisadas correspondem a processos materiais, ou seja, estão ligadas a eventos que pressupõem “fazer” ou “acontecer”. Essa predominância sugere uma especificidade do gênero manchete de capa de revista, pois o contexto midiático refere-se à veiculação de fatos que constituíram eventos, que se deram no mundo, em que ocorreram mudanças. Isso se deve provavelmente à busca pela factualidade. Esses eventos [+dinâmicos] dizem respeito a universos discursivos variados: político, religioso, econômico, social. Esse valor percentual sugere também que as MCRV são elaboradas de modo a acionar frames textual-cognitivos relativos a ações do mundo do *fazer*, suscitando interesses sociais coletivos, como ocorre em (4):

(4) *O Brasil subterrâneo. Como 30 milhões de brasileiros **produzem** 200 bilhões de dólares por ano na economia informal* (Revista Veja, 06 set 1995)

Verifica-se a ocorrência da estrutura Tema-Oração em 67% (138/205) das MCRV analisadas como se demonstra em (5):

(5) ***Gasolina:** Como economizar* (Revista Veja, 26 nov 1975)

Verifica-se que, em 77% (157/205) das MCRV analisadas, as formas abertas, entre elas, *como* e *por que*, funcionam como Foco, porque destacam uma informação relevante para o leitor do ponto de vista do redator. Essa funcionalidade pode ser comprovada em (6) e (7):

(6) *Tráfico de bebês. **Como** agem as quadrilhas internacionais no Brasil* (Revista Veja, 29 jun 1988)

(7) *Aureliano. **Por que** Figueiredo não o apoia* (Revista Veja, 08 fev 1984)

Verifica-se também que, em 23% (48/205) das MCRV analisadas, as formas abertas, entre elas, *quem* e *o que*, acumulam as funções de Tópico e Foco. Elas são tópicas porque evocam entidades representadas no início da cadeia sintagmática e são focais porque permitem ao redator ressaltar, salientar determinada informação sugerida por essas formas abertas pronominais. As ocorrências (8) e (9) comprovam as funções de Tópico e Foco em MCRV por meio de pronomes interrogativos:

(8) *Eleições. **Quem** avança na reta final* (Revista Veja, 10 nov 1982)

(9) *Carnaval. O que as escolas vão mostrar* (Revista Veja, 28 fev 1979)

A presença de formas abertas na função de Tópico e/ou de Foco sugere que, além de abrirem *frames* discursivo-cognitivos, elas colocam em relevo determinado conteúdo da revista sem antecipá-lo. Ao ser instigado a ler esse conteúdo, o leitor presume informações, cria expectativas que podem ou não ser confirmadas. Essa estratégia argumentativo-informacional ajuda a construir a carga apelativa da manchete, que se revela como o cartão de visita daquela edição da revista.

Constata-se que, em 90% (184/205) das MCRV analisadas, foi usada a ilocução declarativa, as chamadas interrogativas indiretas, por meio da qual “o falante instrui o ouvinte a adicionar certo conteúdo proposicional à própria informação pragmática” (DIK, 1997 a, p.302). Assim, em MCRV, a força ilocucionária predominante foi de asserção, sugerindo uma informação adicional, seguinte ao que é introduzido na manchete.

Essa predominância sugere a ilocução declarativa como peculiar ao gênero MCRV, pois, mesmo em contexto de formas abertas, ela está a serviço do acréscimo de informações ao leitor, da modificação das informações que ele possui, ou provocar-lhe uma ação, uma atitude, no caso, a leitura da revista. Além disso, uma MCRV, mesmo na presença de uma estrutura interrogativa, é um gênero formador de opinião pública, disseminador de ideologias. A ocorrência (10) demonstra essa funcionalidade:

(10) *O Brasil subterrâneo. Como 30 milhões de brasileiros produzem 200 bilhões de dólares por ano na economia informal* (Revista Veja, 06 set 1995)

Em (10), o redator apresenta dados numéricos ligados à economia informal no Brasil. Então, já na manchete, fornece informações ao leitor. Nesse caso, o advérbio interrogativo *Como* não pressupõe uma pergunta em sentido ilocucionário; pois, no contexto interativo midiático, não se pode pensar que o redator espera do leitor uma resposta para a interrogativa indireta acionada nessa MCRV. Por meio da forma aberta *Como*, o redator dirige o leitor às informações adicionais apresentadas no interior da revista.

Verifica-se que, em 10% (21/205) das MCRV analisadas, foi usada a ilocução interrogativa, por meio da qual, prototipicamente, “o falante instrui o ouvinte a lhe fornecer uma informação verbal, conforme especificado na proposição” (DIK, 1997 a, p.302). Esse conceito de ilocução interrogativa comprova que a voz manifestada nas MCRV interrogativas, presumidamente, pertence ao leitor; pois, este, na verdade, ocupa o lugar de perguntante, aquele que busca informações. A ocorrência (11) comprova o uso da ilocução interrogativa em MCRV:

(11) *Ciro ou Serra. Quem vai ser o anti-Lula?* (Revista Veja, 17 jul 2002)

Em (11), o ponto de interrogação sugere que não há uma resposta definitiva para a pergunta. A resposta é apenas especulatória. Em outras palavras, não se pode preencher a predicação aberta pelo pronome *Quem* porque não é possível garantir Estados-de-Coisas futuros. Assim, a ilocução interrogativa em MCRV modaliza os atos discursivos no sentido de que a resposta é refutável.

O uso de formas abertas em MCRV é uma estratégia midiática de persuasão à compra da revista. Do ponto de vista discursivo, o redator acumula os papéis de perguntante e respondente, que correspondem, respectivamente, ao leitor e ao redator; que, na verdade, antecipa uma pergunta que poderia ser feita pelo leitor, com a pretensão de respondê-la na matéria correlacionada. Entretanto, não há garantias de que essa resposta satisfará o interesse, a

curiosidade do leitor, nem que o redator vai preencher a predicação aberta na capa por meio de uma forma interrogativa. No entanto, devido à função social do gênero, o redator chama para si a responsabilidade de responder aos questionamentos.

Então, independente do uso ou não uso do ponto de interrogação, as MCRV interrogativas são estruturas pragmaticamente funcionais que cumprem, sobretudo, o estabelecimento de uma interação eficiente com o leitor. Para isso, sua elaboração presume que tipo de pergunta o leitor gostaria de fazer à equipe editorial e a transforma, materializa por meio de uma MCRV.

4. Considerações finais

A partir da Gramática Funcional, com destaque para Dik (1997), Halliday e Matthiessen (2004) e Neves (1994, 2010), postulou-se que a seleção e a ordenação de constituintes vinculasse a intencionalidades pragmáticas dos interlocutores envolvidos em atos discursivos. A MCRV, gênero discursivo selecionado para esta pesquisa, permite a troca de informações pragmáticas entre redator e leitor haja vista que, na composição de uma MCRV, o redator presume informações já conhecidas pelo leitor, na intenção de modificá-las, acrescentar-lhe informações novas ou provocar-lhe determinadas ações.

Para isso, o redator presume que informações provocariam o interesse do leitor, antecipa possíveis reações deste, escolhe e arranja constituintes na intenção de persuadir à leitura. O leitor, por sua vez, interpreta as MCRV a partir de suas próprias informações pragmáticas, que lhe permitem corroborar ou refutar fatos sociais, então representados linguisticamente. Assim, o leitor presume quais as intenções discursivas do redator, a que linha de pensamento editorial ele se vincula. Essa troca interativa provoca escolhas específicas, que vão refletir na configuração dos níveis sintático, semântico e pragmático.

Em nível sintático, as formas abertas em MCRV representam lacunas informacionais, para as quais não se tem garantia de preenchimento no interior da revista. Elas remetem a informações argumentais ou adicionais que o redator retoma nas matérias intituladas por essas MCRV. Em nível semântico, observa-se, nas MCRV analisadas, a recorrência de processos materiais, ligados a *criar, transformar, fazer, agir, acontecer*. Entretanto, apesar da natureza dinâmica desses processos, verifica-se a predominância do ocultamento agentivo. Assim, predominam, nas MCRV analisadas, predicações que acionam os traços [+dinâmico] e [-controle], que pressupõem alterações em Estados-de-Coisas, mas em que não se identificam os agentes humanos responsáveis por essas alterações.

Em nível pragmático, destaca-se, nas MCRV analisadas, a produtividade de eventos factuais, que evocam fatos que efetivamente ocorreram no mundo, como é prototípico no discurso jornalístico. Assim, apesar do uso de formas abertas, categorizadas como interrogativas, predomina, nos dados de pesquisa, a força ilocucionária assertiva, por meio da qual o redator pretende informar acerca de um Estado-de-Coisas público, que se efetivou no mundo. Essa força ilocucionária decorre, entre outros fatores, da ilocução declarativa, predominante nos dados de pesquisa.

Constata-se ainda, em nível pragmático, nas MCRV analisadas, o uso de tematização, focalização e topicalização, estratégias interpessoais ligadas à eficiência do fluxo informacional. Em relação à tematização, a função Tema corresponde ao universo discursivo antecipado para o leitor, no início do ato discursivo. Acerca de topicalização e focalização, as formas abertas, entre as quais, *como* e *por que*, destacam, enfatizam constituintes não argumentais, sugerem informações adicionais, referenciadas no interior da revista, por isso funcionam apenas como Foco; as formas abertas, tais como, *quem* e *o que*, destacam, enfatizam constituintes argumentais, entidades que remetem a sujeito e objeto, assim acumulam as funções de Foco e Tópico. Desse modo, corrobora-se uma premissa fundamental pertinente aos estudos

funcionalistas: a organização estrutural de um enunciado não decorre de fatores meramente sintáticos. Ela advém, sobretudo, de fatores semânticos e pragmáticos.

Referências Bibliográficas

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar - Part 1: The Structure of the Clause*. Berlin: Mouton Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of Functional Grammar. Part 2: Complex and Derived Structures*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997b.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização e os processos de variação e mudança linguística. In: MOURA, D. (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. 1 ed. Maceió: EDUFAL, 1999, v. 1, p. 164-168.

HALLIDAY, M. A. K. e MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

NEVES, M. H. M. Uma visão geral da gramática funcional. *Revista Alfa (ILCSE/UNESP)*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

_____. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

SOUZA, P.C. *O caráter vulgar da perífrase ir + infinitivo: estudo comparativo entre o catalão, o valenciano e o português*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FALA GOIANA: AS CONSTRUÇÕES DE VOZ E A PERSPECTIVIZAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO LOCUTOR

Lennie Aryete Dias Pereira BERTOQUE (UFMT/ PG-UFG)¹⁰¹⁷

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a voz, no Português Brasileiro (PB), analisando a organização e a funcionalidade das construções em dados da fala goiana, considerando os vários pontos de vista do locutor. Fundamenta-se no paradigma funcional que considera a voz como um fenômeno que inter-relaciona os domínios cognitivo, sintático-semântico, pragmático-discursivo, tendo como função principal a perspectivização. O *corpus* analisado faz parte do banco de dados do projeto “Português contemporâneo falado em Goiás – Fala Goiana”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos Funcionalistas da Universidade Federal de Goiás.

Palavras-chave: Descrição da fala goiana. Voz. Perspectivização.

1. Introdução

A voz é um fenômeno de interface cognitiva, sintático-semântica e pragmático-discursiva e, por isso, sua constituição e organização incide sobre toda a predicação (CAMACHO, 2000). Por se tratar de um fenômeno que aciona vários domínios funcionais, o nomearemos como “voz”, ao contrário da proposta da Gramática Tradicional (GT) que nomeia como “voz verbal” e trata o fenômeno apenas no nível sintático-semântico, se restringindo ao verbo.

Neste trabalho, apresentaremos os elementos que constituem a perspectivização da voz, fundamentando-nos em Dik (1997 [1989]), em Givón (1990), em Hopper e Thompson (1981), em Keenan e Dryer (2007[1985]). Pelo fato de a perspectivização se relacionar com fatores cognitivos, fundamentaremos-nos em Tomasello (2008) para, por fim, apresentar a categorização de subtipos de voz encontrados no Português Brasileiro (PB), conforme discute Camacho (2000, 2002), Bertoque (2010) e De Barros (2011).

Os dados analisados fazem parte do banco de dados do Projeto “Português Contemporâneo Falado em Goiás: fala goiana”, coletado pelo Grupo de Estudos Funcionalistas da UFG (GEF-UFG), coordenado pela Prof.^a Dr.^a. Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG/CNPq). A coleta dos dados de fala está começando pela cidade de Goiânia e pela cidade de Goiás.

Na análise dos inquéritos, atentaremos para as características discursivas que constituem a atividade interativa, considerando os diversos temas abordados nas entrevistas (família, saúde, morte, economia, política), para analisar a recorrência dos tipos de voz na fala goiana.

2. Perspectivização

A voz é um fenômeno que inter-relaciona os níveis sintático-semântico, pragmático-discursivo e cognitivo. Sua constituição e organização envolve uma gama de valores que incide sobre todos os elementos da oração, tendo como função mais básica a perspectivização, por isso, a voz é o domínio que mostra o relevo cognitivo (tópico) numa oração. No processo de organização oracional, é mais prototípico que os argumentos na função sujeito sejam topicalizados e essa organização, via alçamento e rebaixamento de argumentos, mostra mais do

¹⁰¹⁷ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso e doutoranda em Letras e Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil. E-mail lenniearyete@yahoo.com.br

que um arranjo estrutural, mostra uma maneira de selecionar e organizar os processos mentais, motivado pela configuração pragmática de um acontecimento no mundo.

Segundo Bertoque (2010, p. 34), a “voz é a representação de um EsCo pelo ponto vista do enunciador, tem uma função semântico-pragmática, expressa a relação intrínseca entre o verbo e o seu sujeito sintático e é determinada pela posição do sujeito em relação ao processo descrito pelo verbo”. Tal definição tem como base as propostas de Givón (1990), Camacho (2002), Benveniste (1995[1966]) e Dik (1997[1989]).

A primeira característica que a voz apresenta é a perspectivização. Segundo Dik (1997[1989]), *perspectivização* é um ponto de vista de um determinado *Estado de Coisas* (EsCo) - “o termo ‘Estado de Coisas’ é, aqui, usado num amplo sentido de ‘algo que pode existir em algum mundo’”. Esta definição implica que um EsCo é uma entidade conceitual, não algo que pode ser localizado numa realidade extramental, ou existir no mundo real” (DIK, 1997[1989], p. 105. Tradução nossa)¹⁰¹⁸. Um mesmo acontecimento no mundo¹⁰¹⁹, ainda que único, pode ser apresentado sob diversas perspectivas e a voz é o fenômeno linguístico que apresenta essas perspectivas e mostra a relevância de determinados argumentos numa oração.

A característica fundamental para a construção da perspectivização de um tipo de voz, em várias línguas, é expressa pela organização linguística (sintaxe), mas também acontece no nível morfológico em várias outras línguas do mundo, como em Kiribatense, que apresenta a ordem V + O (se apresentar) + S + SN_{Oblíquo}, na qual não é a estrutura sintática que traz a distinção entre ativa e passiva, mas o morfema que indica a passiva (PASS). Por isso, a topicalização se dá no nível da sintaxe do sintagma verbal. Em (1a) e (1b), a voz ativa e passiva apresentam a mesma a ordem, no entanto, há o acréscimo do morfema *-aki*, que indica a voz passiva, podendo haver também a supressão do sintagma agentivo:

- (1) a) E_i *kamate-a_j* *te* *naeta_j* *te* *moa_i*
 it kill-it the snake the chicken
 ‘The chicken killed the snake’
 b) E_i *kamate-aki* *te* *naeta_j* (*iroun* *te* *moa_i*)
 it kill-PASS the snake (by the chicken)
 ‘The snake was killed (by the chicken)

Essa compreensão é importante para entender a distinção entre as vozes ativa e média, as vozes média clítica e impessoal clítica, e as vozes passiva e adjetival que se distinguem no nível semântico e não sintático.

3. Subtipos de voz

Voz ativa

A voz ativa é a construção que representa a relação sujeito-verbo de forma mais básica, “pelo fato de ser o evento tratado como uma ação, ou atividade de determinada entidade, representada pelo sujeito, de quem pelo menos parte o processo na representação linguística” (CÂMARA Jr., 1977 p. 304). Assim, a voz ativa prototípica é a voz mais básica porque apresenta um determinado acontecimento no mundo em ordem cronológica (do iniciador do

¹⁰¹⁸ Cf. o trecho original: “The term ‘State of Affairs’ is here used in the wide sense of ‘conception of something which can be the case in some world’. This definition implies that an SoA is a conceptual entity, not something that can be located in extra-mental reality, or be said to exist in the real world” (DIK, 1997, p. 105).

¹⁰¹⁹ Para Dik, a expressão “mundo” não se refere ao “mundo real”, mas ao “mundo mental”. O EsCo é um modelo ou uma representação mental, já que podemos nos referir a “coisas” que não existem no mundo real, como coisas hipotéticas, ficcionais, mitológicas, intuitivas ou virtuais.

processo verbal para o afetado), sem verbo auxiliar, satisfazendo o preenchimento das casas argumentais. Abaixo, seguem exemplos de voz ativa, encontrados nos dados do “Fala Goiana”:

- (2) Inf. - É uma vez que tava numa festa di São João ai já tinha dançado um pouco bão já... aí uns cara lá dois lá arrumô confusão... um parece que jogô bebida no otro... o otro falô que num ia dexá de graça.... ai até cabô que **ele foi esfaquiô o otro** por causa disso dentro da barraca assim... eu tava junto com... tinha separado es duas vez... toparam lá nus tapa lá né... ai separô ele ai o cara ficô jurano ele...

Até o momento, foram encontradas várias ocorrências de voz ativa. Conforme mostra Camacho (2002), a voz ativa é a voz mais usada no Português Brasileiro (PB). Na voz ativa, topicaliza-se o SN na função sujeito, que é iniciador da ação. Isso acontece porque a perspectiva do enunciador parte, preferencialmente, do argumento na função de sujeito que ocupa a primeira posição na sentença e controla a concordância (cf. CAMACHO, 2002, p. 231). Em (2), há exemplos de voz ativa, dentre os quais destacamos (2a):

(2a) “... ele foi esfaquiô o otro...”
 (S/Ag/Top) (oper.disc.) (vt/[+din][-dur][+tel]) (O/Pat)

EsCo: realização [+tel]; ação [-cont]; evento [+din]

O argumento na função sujeito (S) é “ele”, cuja função semântica é agente (Ag); o objeto (O) é “o otro”, que apresenta função semântica de paciente (Pat), pois além de afetado, possui o traço de animacidade. O verbo “ir”, que acompanha o verbo pleno “esfaquear”, não exerce a função verbo auxiliar, mas de operador discursivo, sem valor sintático e, sim, com valor semântico-pragmático para reforçar a ideia/ação expressa no predicado, dando força ilocucionária. Com base na escala de Hopper *et. al.* (1980), o predicado “esfaquear” articulado aos demais elementos da oração atribuem alto grau de transitividade, de modo que, essa oração atinge 10 pontos. A transferência da ação entre participantes em (2a) envolve: dois participantes; *cinese*, aspecto perfectivo, pontualidade, sujeito intencional¹⁰²⁰; polaridade afirmativa; modo *realis*; sujeito agente; objeto afetado; a individuação do sujeito e do objeto. Nessa sentença, o enunciador parte do iniciador do processo verbal para o argumento afetado, topicalizando (Top) o SN agentivo.

Todas as sentenças desse trecho, ainda que não se configurem como voz ativa, partem do referente que dá início a um acontecimento no mundo (seja evento ou situação), reafirmando o princípio da iconicidade, que implica na tendência de os falantes organizarem as informações linguisticamente, de maneira mais próxima do acontecimento no mundo extralinguístico, por exemplo, apresentando os fatos na ordem cronológica do acontecimento (parte-se do iniciador do processo verbal).

Abaixo, segue outro fragmento do *corpus*:

- (3) Inf. - aí eu comecei a trabalhá... comecei a trabalhá como engraxate... **comecei a vender coisas pros outros**... vendia bolim de arroz... vendia salgado... mas um dia eu pensei que tinha de trabalhá pra mim mesmo i ganhá o meu dinheiro.

Em (3), destacamos a seguinte oração para análise:

(3a) ... comecei a vender coisas pros outros...
 ...(S des./Ag/Top) (aux. [+tel]) (v. inf. [+din][+dur]) (O/Go) (O/Ref)

EsCo: realização [+tel]; ação [+cont]; evento [+din]

¹⁰²⁰ Ressalta-se que, no Funcionalismo, “intencionalidade” não está ligada à volição, mas ao aparato biopsicossocial que capacita o ser humano para a comunicação (cf. Tomasello, 2008).

Em (3a), o sujeito é desinencial, o que é possibilitado pelo fato de o PB ser uma língua *pro-drop*¹⁰²¹ que, com algumas exceções, permite o apagamento do sujeito. Assim, a marca sintática de sujeito está na desinência do verbo. A função semântica do sujeito é de agente (Ag). O SV é formado pelo verbo auxiliar “começar”, que apresenta a marca de tempo, pessoa, modo, número, e pelo verbo pleno “vender”, que está no infinitivo e que, no nível subjacente, requer alguns argumentos básicos para que, cognitivamente, haja sentido na oração: *alguém + vender + algo + para alguém*. Assim, para que se satisfaçam essas exigências, é preciso preencher a posição de objeto A2 e A3, com um ser inanimado e um ser animado, respectivamente. Na função de objeto, portanto, há o SN “coisas” como A2, exercendo função semântica de afetado (Go), com traço [-animado]; e o SP “pros outros” como A3, exercendo função semântica de referência (Ref), com traço [+animado].

A transitividade em (3a), assim como em (2a), apresenta alto grau por causa da articulação entre SV “comecei a vender” e os demais elementos da oração (10 pontos): dois participantes; *cinese*, aspecto perfectivo, pontualidade, sujeito intencional; polaridade afirmativa; modo *realis*; sujeito agente; objeto afetado; a individuação do sujeito e do objeto. Nessa sentença, o enunciador também parte do iniciador do processo verbal para o argumento afetado, topicalizando (Top) o SN agentivo.

Os dados da fala goiana têm mostrado que a voz mais usada pelo goiano é a ativa, ratificando os resultados de Camacho (2002), sobre o PB falado em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, dados extraídos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC).

Voz passiva

Na voz passiva, também chamada de analítica, a função tópico é atribuída ao paciente e não ao agente. Se a ativa é a voz que caracteriza o argumento do qual parte o processo, a passiva evidencia o argumento afetado pelo processo. No PB, a passiva “é constituída por auxiliar, em qualquer um de seus tempos verbais, e um particípio passado, seguido ou não de um SP agentivo” (CAMACHO, 2002, p. 232-233). Em (4), há a única oração na voz passiva encontrada nos dados analisados, até o momento:

- (4) Inf. Pra quando a pessoa for usá não caí... ai tem a parte de plastificação também né... o pessoal os cabo de lá **são todos plastificados** né... o cara até cansa mesmo... o cara fica o dia ínterim batendo pau... pau pau pau pau...

Segundo Givón (1990), há línguas em que é recorrente a supressão do sintagma agentivo na voz passiva, o que também é constatado no PB (cf. CAMACHO, 2002; LUFT, 2002; BERTOQUE, 2010). Em (4a), o sintagma agentivo é recuperado anaforicamente e confirmado cataforicamente:

(3a) os cabo	de lá	são	todos	plastificados	né
(S/Go/Top)	(Loc)	(aux. [-tel])	(part.)	(part.)	(marc. conv.)

EsCo: dinamismo [-tel]; processo [-cont]; evento [+din]

O sujeito é afetado, portanto, (Go), sem traço de animacidade. O SP “de lá” exerce função semântica de locativo. O verbo auxiliar “ser” carrega as marcas de pessoa, tempo, modo, número e constitui o SV com o predicado “plastificar”, na forma nominal particípio. O SV “correspondente” a essa oração na voz ativa indica ação, movimento, mas na voz passiva, a ordem inversa afeta o processo de transferência no nível sintático-semântico, mas não no nível pragmático. No nível sintático-semântico, há detransitividade porque há: um participante; não há *cinese*; aspecto imperfectivo; não pontualidade; sujeito não intencional; polaridade afirmativa; modo *realis*; sujeito afetado; supressão do objeto; não individuação do sujeito e do

¹⁰²¹ “Pro-drop” - redução de *pronoun-dropping* (supressão de pronome).

objeto. Nessa sentença, o enunciador parte do afetado pelo processo verbal, mudando a perspectiva ao topicalizar (Top) o SN “os cabo”. A marca de plural é apagada do N “cabo”, mas aparece em todos os outros elementos da oração.

O sintagma agentivo é recuperado no contexto por meio das marcas linguísticas “a pessoa” e “o cara”. Tais termos são usados genericamente, de maneira indefinida, mas representam uma entidade com traço [+ humano], que satisfaz a exigência conceptual do predicado: *alguém + plastificar + algo*. Ao final da oração, há um marcador conversacional “né” que estabelece uma relação discursiva na manutenção do diálogo e no chamamento da atenção do interlocutor.

Até o momento, o que nos chamou a atenção é que, nos dados coletados, há apenas uma construção passiva prototípica S(Pat) + [aux. + particípio]_{SV}. Encontramos outra ocorrência, porém, esta não se configura como passiva prototípica, mas como uma construção que apresenta características de gramaticalização.

- (5) Inf - Fazenda do... Simão... finado Simão...né? Ele não existe mais... **ele já é finado**... hoje a gente já mora aqui... né? em Goiás... já tem... 25 anos né?... com cinco anos de idade a gente mudamos pra cá.

A construção “ele é finado” é, estruturalmente, passiva, porém, o termo “finado”, não exerce a função de verbo particípio, mas de adjetivo. Há indícios de gramaticalização, porque “finado” não expressa a condição de “ser morto” (enquanto processo sofrido), mas expressa uma qualificação enquanto ser social que não atua mais na sociedade. Talvez, possamos considerar esse termo com a função de pronome, considerando o uso anterior “finado Simão” (correlação com outros termos: digníssimo Simão, Senhor Simão, Seu Simão).

Apesar de usarmos a categorização de Camacho (2000, 2002), estamos dialogando com a proposta de Keenan *et. al* (2007[1985]) para traçar um *continuum* das vozes, já que há graus distintos de afetamento do sujeito e do objeto somados à semântica dos verbos que permitem o que temos chamado de “graus de passivização”. Conforme Keenan *et. al* (idem), há línguas que não apresentam a construção passiva, o que não significa que não haja a passivização - nas relações extralinguísticas, as entidades afetadas são representadas noutra configuração sem ser a ativa e sem a organização aux. + particípio.

Keenan *et. al* (ibidem) também propõem algumas generalizações quanto à voz passiva: G – 1: Há línguas que não possuem passiva. G – 2.1: Se uma língua tem passivas com sintagma agentivo, então, ela também tem passivas sem o sintagma agentivo; G - 2.2: Se uma língua tem passivas de verbos estativos (faltar, ter, etc.), então, ela tem passivas de verbos expressando eventos; G – 2.3: Se uma língua tem passivas de verbos intransitivos, então ela tem passivas de verbos transitivos. G – 3: O sujeito do SV da passiva é sempre entendido como afetado por uma ação como quando é apresentado como objeto de um verbo transitivo ativo. G – 4: As distinções de passivas nas línguas podem variar de acordo com o grau de afetamento do sujeito e se é afetado positivamente ou negativamente. Em nosso trabalho, discutiremos cada uma dessas generalizações, apresentando sua “eficácia” ou não no português goiano. Assim, os demais subtipos de voz (média clítica e não clítica, impessoal clítica e não clítica e adjetival) serão apresentados como graus distintos de passivização.

Voz média (clítica e não clítica)

A voz média, segundo Benveniste (1985), é a voz que está entre a ativa e a passiva e mostra certo grau de afetamento do sujeito pelo processo verbal. Este trabalho é um breve recorte de nosso trabalho de doutoramento e não comporta a discussão que esta sessão requer. Entretanto, apresentaremos alguns dados e análises, mostrando que o afetamento do sujeito é expresso mais efetivamente pela semântica do predicado e não somente pela organização

linguística. Em (6), há um trecho em destaque que representa a fala de outro na perspectiva do informante:

- (6) Inf. Querendo fazê... e toda vez que eu ia lá no Senai... chegava lá o cara... **oi... encerrou a inscrição ontem...** ah PÁ PÁ PÁ ... i quando vai tê... não só ano que vem... ai no outro ano eu esquecia né... passava... ai quando foi em dezembro eu tive lá... ai eu falei assim... esse ano eu vô pegá... a turma de janeiro eu vou pegá ela pra... ai quando eu cheguei lá ai... conversei com a moça e com o rapaz lá... falo assim não pode ir lá no escritório... entra ai ó... vai lá i:: vê lá... ai eu entrei fui lá pra vê... a moça falô assim... ê mais o senhor é:: o senhor é um cara persistente ein... tem muito tempo que o senhor vem lutando com esse negócio querendo entra aqui né... ai é... tava querendo fazer esse curso ai... to aqui...

A oração destacada, (6a), foi analisada da seguinte maneira:

(6a) ...oi...	encerrou	a inscrição	ontem...
(marc. conv.)	(vt. [-dur.] [+tel])	(S/Proc/Top)	(Temp)

EsCo: mudança [+tel]; processo [-cont]; evento [+din]

Em (6a), há uma “construção ergativa”, em que há uma falsa percepção de que a entidade posposta ao predicado é objeto - também não é possível neste trabalho tratarmos da discussão sobre a existência ou não de construções ergativas no PB. O que “foi encerrada” foi “a inscrição”, portanto, essa oração é correlata semanticamente a “a inscrição foi encerrada” e o sujeito é afetado (Go). Por uma questão de critério ligado ao nível de “controle¹⁰²²” do iniciador da ação, optamos por apresentar papéis semânticos distintos para caracterizar construções distintas: (i) (Pat) e (Go) serão atribuídos, respectivamente, a entidades animada e inanimada afetadas/efetuadas pelo processo verbal na voz passiva [aux. + participípio]; e (ii) (Proc) será atribuído a entidades afetadas/efetuadas pelo processo verbal e para entidades que, ocupam a casa argumental do iniciador do processo verbal e a casa argumental do alvo do processo, concomitantemente, o que acontece na voz média.

A organização da sentença passiva “a inscrição foi encerrada” não corresponde ao mesmo ponto de vista do falante em (6a) porque além de trazer o verbo para o início da oração, apresenta ideia de passivização numa elaboração linguística muito distinta. A voz média permite que a ideia de passivização quase no mesmo nível da adjetival porque não apenas suprime, mas não pressupõe elemento agentivo, ainda que, ao fazermos algumas relações cognitivas básicas, podemos recuperar a ideia de *alguém + encerrar + algo*. No entanto, a voz adjetival tem um caráter estativo-resultativo, o que não se configura na voz média. Por apresentar certo grau de passivização, a transitividade é mais baixa que ativa, mas ainda é mais alta do que a passiva e a adjetival (6 pontos): um participante; *chinese*, aspecto perfectivo, pontualidade, sujeito não intencional; polaridade afirmativa; modo *realis*; sujeito afetado; objeto suprimido; a individuação do sujeito. Ao final, apresenta-se a informação temporal “ontem” para reforçar, junto ao predicado, a atualização do momento de referência (MR), ante ao momento de fala (MF) e ao momento da enunciação (ME). Em (6a), a perspectiva do enunciador parte do acontecimento “encerrou”, tendo como subtópico a entidade afetada “as inscrições”.

Além desse tipo de voz média, há a média clítica que, conforme os dados da fala goiana analisados por Barros (2011), tem sofrido um apagamento do pronome reflexivo nos verbos pronominais, como percebemos em (7):

- (7) Inf. - ... eu morava é::... por exemplo... se fosse em Trindade e meu pai ficasse lá cuidando da cadeia um tempo... eu tinha que fica lá... então nunca tive uma infância fixada num lugar só...

¹⁰²² Nessa discussão, a ideia de “controle” também não está ligada à volição, mas à capacidade de controlar a ação independentemente da volição e de outros elementos extralinguísticos.

né... i:... **quando ele aposentô** em oitenta e:: em oitenta e::... sete... aí nós viemos morar aqui na:: no Santa Helena né...

Em (7), destacamos a oração:

(7a) quando ele aposentô em oitenta e:: em oitenta e::... sete.
(S/Proc) (v.detrans./pron [-dur]) (Temp)

EsCo: posição [+cont]; situação [-din]

Nessa sentença, o sujeito “ele” é processado (Proc) porque é submetido ao processo “aposentar”: “ele foi aposentado”. O predicado “aposentar” é um verbo pronominal que, na fala, tem perdido a marca do pronome clítico, pois, cognitivamente, os falantes entendem que “ele aposentô” significa que ele foi aposentado já que “moralmente” falando, as pessoas não aposentam a si mesmas. Além disso, no dia a dia, a ideia que se tem é que o pronome clítico, especialmente o “se”, indica apenas reflexão (ação que retorna para si) e não passivização (ação sofrida). Como já dissemos, o trabalho não comporta tal discussão, mas não poderíamos deixar de mencioná-la.

Novamente, a transitividade é mais baixa que ativa e mais alta do que a passiva e a adjetival (6 pontos): um participante; *cinese*, aspecto perfectivo, pontualidade, sujeito não intencional; polaridade afirmativa; modo *realis*; sujeito afetado; objeto suprimido; a individuação do sujeito. Ao final, há novamente uma informação temporal “em oitenta e sete” para reforçar, junto ao predicado, a atualização do momento de referência (MR), ante ao momento de fala (MF) e ao momento da enunciação (ME). Em (7a), a perspectiva do enunciador parte do sujeito “ele”.

Voz impessoal (clítica e não clítica)

Nessa construção, o “agente é extremamente não Tópico, sendo por isso suprimido, mas o Paciente, embora mais tópico que o Agente, pode ou não adquirir as características de subjetividade” (CAMACHO, 2000, p. 230), o que indica a diferença entre papéis semânticos e papéis sintáticos. Ela consiste na junção de um verbo na 3ª pessoa da forma ativa e o pronome se (clítico). A voz impessoal pode ser clítica e não clítica. É uma voz menos marcada e pode ser chamada de passiva sintética quando apresenta o clítico. Até o momento, não encontramos voz impessoal.

Voz adjetival

Segundo Camacho (2002), a forma estrutural prototípica da voz adjetival no PB: S (Exp) + [aux (estar) + particípio]_{SV}. A voz adjetival apresenta-se sem um constituinte agente e é representada pela forma estar + particípio. O verbo auxiliar “estar” intensifica o caráter estativo do particípio, passando a funcionar com caráter estativo-resultativo do evento. Apesar de Camacho (2002) perceber que a natureza de certos verbos como “ser” e “ficar”, enquanto auxiliares aspectuais, podem dar um caráter estativo ao EsCo, para ele, as verdadeiras construções estativo-resultativas são as construções formadas pelo auxiliar “estar”. Até o momento, não encontramos a construção adjetival em nossos dados.

4. Resultados iniciais

Os resultados iniciais que destacamos são:

- I. Os dados analisados têm mostrado que algumas construções não são produtivas para que os falantes goianos entrevistados pudessem expressar seus pontos de vista e isso está relacionado também com as características discursivas que constituem a atividade interativa dos temas abordados nas entrevistas. Assim, percebemos que a predominância

de determinados tipos de voz nos dados analisados estão ligados ao gênero e ao eixo temático, que, de certa forma, conduzem a perspectiva do falante para partir de si, já que conta/narra sua própria história.

- II. A voz ativa tem se mostrado mais produtiva para enfatizar a argumentação do falante. Tal recorrência se dá com base no princípio da iconicidade, no qual o falante tende a transferir para a estrutura linguística, aspectos correspondentes ao mundo extralinguístico, como a ordem dos acontecimentos, o que também permite dar relevo ao tópico, que tende a ser o próprio entrevistado que fala de si (a construção ativa permite que o entrevistado fale de si, partindo sempre de si - relação sociocognitivista).
- III. Quando o entrevistado precisa expressar um sujeito sintático afetado (noção de passividade), a construção usada é a média e não a passiva prototípica, isso é possível por causa dos aspectos semânticos dos verbos.
- IV. As distinções semânticas, motivadas pelo domínio pragmático, são mais proeminentes do que as semelhanças sintáticas.

5. Considerações

O estudo das construções de voz nos permite observar a língua, considerando os aspectos cognitivos, sintático-semânticos e pragmático-discursivos porque sua função é apresentar o ponto de vista do locutor por meio das relações sintagmáticas, produzindo um efeito de sentido determinado. As análises apresentadas neste trabalho mostram que o empacotamento linguístico via relações semânticas acontecem por causa da perspectivização de um EsCo pelo falante que, por razões de relevo cognitivo, organiza a sentença para atingir objetivos na atividade comunicativa, que estão representados nos vários gêneros.

Observar tal fenômeno na fala goiana, ajudará a compreender a organização linguística e a perspectivização do falante de PB.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, È. *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes, 1995 [1966].

BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira. *A funcionalidade de construções de voz em títulos de notícia e em manchetes de jornais impressos*. Goiânia, 2010. 205 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções de voz. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (orgs.). *Gramática do português falado*. v. 8. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

_____. Construções passiva e impessoal: distinções funcionais. In: *Alfa - Revista de Linguística*, volume 44. ISSN 0002-5216 impressa. São Paulo: UNESP, 2000.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1970.

DE BARRROS, Déborah Magalhães. *Aspectos funcionais relativos ao (des) uso do reflexivo no dialeto goiano*. Goiânia, 2011. 230 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG).

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. 2.ed. Revisada. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997 [1989].

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsteram/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 1980.

TOMASELLO, Michael. *Origens of Human Communication*. A Bradford Book The MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008.

NUNCA VI NÃO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE NEGAÇÃO NA REGIÃO OESTE DA BAHIA

Zoraide Magalhães FELÍCIO (UNEB)

Resumo: Analisa as estratégias discursivas de negação do falar do oeste baiano, focalizando o item *nunca* cuja semântica percebida afasta-se da pauta das análises linguísticas contemporâneas. Interpreta o processo de mudança semântica que envolve esse item indicando as implicações discursivas. O quadro teórico compõe-se da associação de postulados do Funcionalismo Linguístico: marcação e iconicidade, gramaticalização e a semântica argumentativa. Analisa quarenta ocorrências do item observando suas funções. Os resultados mostram a multifuncionalidade semântica do *nunca* que inicia um processo de mudança: função gramatical para função mais gramatical (domínio tempo para domínio negação) assumindo, no discurso, papéis diferenciados de sua função primária.

Palavras-chave: Funcionalismo. Gramaticalização. Semanticização. Argumentação. Nunca.

1. Considerações iniciais

A língua não se sujeita a uma perspectiva reducionista que a concebe como um simples conjunto de palavras e de construções das quais nos valem quando queremos representar o mundo. Tampouco pode ser analisada como um objeto autônomo, uma vez que sua estrutura maleável, sujeita às pressões originadas das diferentes situações comunicativas, é o que ajuda a determinar a sua estrutura gramatical. Sendo assim, a gramática também é vista como um organismo maleável, adaptável às necessidades comunicativas e cognitivas do falante, mas ao mesmo tempo, como toda e qualquer gramática, é subsidiada por padrões morfossintáticos estáveis e sistematizados pelo uso, como afirma Cunha (2008). Em meio às possibilidades de estratégias de negação no falar do oeste baiano, a escolha do falante pelo item *nunca* tem um significado; o lugar desse item no sintagma, outro; e a combinação desse item com outro elemento, significa outra coisa. Esse caráter multifuncional é, outrossim, a prova da liberdade que o falante tem de atribuir novos papéis a velhas formas revitalizando sua utilização em novos contextos, consoante as suas necessidades comunicativas. A investigação do item em tela revelou particularidades funcionais dessa construção linguística, cuja recorrência no discurso dos falantes de Barreiras mostrou que sentidos emergentes surgiram da manipulação do item *nunca* calcada na perspectiva que esses falantes tomam em relação ao que está sendo dito.

2. A negação no português brasileiro

Considerada um fenômeno linguístico natural e universal, a negação é expressa por todas as línguas naturais. Cada língua, porém, desenvolve estratégias diferenciadas por meio de recursos diversos - fonológicos, sintáticos, morfológicos e lexicais para expressá-la. Para Houaiss, Vilar e Franco (2001, p. 2004), “negação (s.f) é um tipo de construção em que entra um vocábulo ou um morfema negativo (ou às vezes dois), que dá como resultado uma frase contrária à frase afirmativa, como em *Maria não vem/ Maria vem*”. Para Neves (2000, p.286), “a partícula *NÃO* é o elemento básico que opera o processo de negação.” Esse item pode incidir sobre toda a sentença, ou parte dela.

Sobre as negativas sentenciais há alguns estudos funcionalistas no Português do Brasil, como o de Roncarati (1997), Alkimim (2002), Souza (2004) e Cunha (1996, 2000) que

identificam três estratégias diferentes de negar. A negativa canônica, constituída de partícula negativa antes do verbo (Não quero morrer) e duas consideradas inovadoras, empregadas, sobretudo, na modalidade oral da língua que consistem no acréscimo de outra negativa após o verbo (Não quero morrer *não*) ou, ainda no deslocamento da partícula negativa para o final da frase, ou seja, após o verbo (Quero morrer *não*). Tais estratégias levam em consideração a posição e o número do elemento negativo na sentença.

3. A dimensão argumentativa do processo de negação

A perspectiva adotada neste trabalho concebe a língua como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com o objetivo de estabelecer relações comunicativas entre os usuários, o que impede que o estudo da negação seja reduzido apenas ao seu caráter gramatical. Para Neves (2000, p.285), a negação é uma operação que se estabelece nos níveis sintático-semântico e pragmático de um enunciado. É um processo de formação de sentido dotado de intencionalidade que se constitui pela interação entre interlocutores, contexto de uso, elementos sócio-culturais e objetivos com o propósito da eficiência na comunicação.

Ora, Koch (2004, p.17) afirma que a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade, assim pode-se inferir que o ato de argumentar constitui o ato linguístico fundamental. Também Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 150) defendem que a linguagem não é somente meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão.

Em se tratando da Argumentação, entendemos que existe a argumentação retórica, cuja concepção moderna foi cunhada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) e a argumentação linguística desenvolvida por Ducrot (1970). A primeira visa fazer alguém crer em alguma coisa, persuadi-lo, ou melhor, fazê-lo crer, unicamente por meio da palavra, do discurso, que é bom para ele fazer essa coisa. A segunda (argumentação linguística) postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua. É ainda Ducrot (2009, p. 23), que, discutindo sobre a argumentação retórica e a argumentação linguística, afirma “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições toda palavra, tenha ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão à argumentação”.

Exemplificando com as palavras perto e longe explica que se X e Y devem ir juntos a algum lugar sabem exatamente a distância que eles estão do lugar. X propõe ir a pé. Se Y estiver de acordo poderá responder “Sim, é perto”, mas se quiser recusar poderá dizer não, é longe. O que muda entre perto e longe não é a distância, mas a exploração argumentativa dessa distância. De modo que a escolha das conclusões sim ou não já está inscrita no próprio sentido do argumento.

Assim, inserir a negação nesse processo de interação social intermediado pela língua sustenta a idéia de que a ação de negar também se constitui como recurso argumentativo. Para Perelman ([1958] 2005, p. 75) “a argumentação visa a provocar ou a incrementar “a adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão”.

Do ponto de vista da pragmática, considerando o contexto de uso, o que podemos observar é que o *não*, salvo quando se refere a conjuntos indeterminados “o que não é vivo”, “os que não pagam impostos” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA [1958] 2005, p. 149), subtende sempre ideias negativas, para baixo. É quase certo dizer-se que, ao ouvir um *não* como resposta, ou um enunciado negativo, o interlocutor (auditório) tende a manter-se em posição de defensiva, de reação, de não aceitação e contestação dos argumentos, é o popularmente chamado *jus sperniandi*. Por isso, para ser aceito o *não* precisa ser enfatizado, reforçado. Convém observar, por exemplo, que na prática do cotidiano até as crianças desde a mais tenra

idade, pelo simples balançar da cabeça ou do dedo ou, ainda pelo próprio pronunciar da palavra, absorvem o *não* como negativo, proibido. *Não* significa: “não pode”, “não pegue” “não vá”, ordens que a criança custa a obedecer. Esta observação pode se delinear como um elemento a mais para a necessidade de reforço na argumentação da negativa.

Ao negar, o falante também desencadeia uma ação sobre um indivíduo, objetivando a adesão de sua ideia por meios afetivos e racionais, o que pode também ser caracterizado como um ato argumentativo. Dessa forma, a negação também pode ser considerada como uma forma de “convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade.” (OLIVEIRA 2003, p. 28) Para essa autora, “a verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação.”

4. O *nunca* como uma estratégia de negação

Não obstante os estudos que apontam a negação no Português Brasileiro construída sobre o elemento básico de negar, o *não*, observa-se, na oralidade de falantes de Barreiras, na região oeste da Bahia, uma tendência pelo uso de outros operadores negativos que intensificam a expressividade do ato de negar. Especificamente, tem-se observado o uso constante do advérbio *nunca* como elemento de negação, como na ocorrência: Eu *nunca* estudei hoje não.

O item *nunca*, na perspectiva das gramáticas tradicionais contemporâneas consultadas, integra a classe dos advérbios e é traduzido como um circunstanciador temporal, conforme exemplo selecionado de Lima (1994, p.174): *Nunca* vi olhos tão lindos. Como analisar, então, a utilização do *nunca* nas situações linguísticas observadas na cidade de Barreiras, conforme a ocorrência acima? A hipótese é a de que esteja ocorrendo um processo de gramaticalização das construções negativas na região em questão, mais precisamente envolvendo o item *nunca*. Do mesmo modo, o advérbio *nunca* sofre processo de recategorização e de descoramento semântico, contribuindo para o reforço da negativa e, portanto, do seu valor argumentativo. E isso pode ser explicado pela premente necessidade de expressividade de comunicação, o que faz com que termos que são usados tradicionalmente exercendo sempre a mesma função primária em enunciados, podem ser reanalisados e fazer emergir outras funções mediante a situação comunicativa. (GÍVON, 1990, 1995; HEINE, CLAUDI E HÜNNEMAYER, 1991; HEINE, 2003; HOPPER, 1987, 1993; HOPPER E TRAUGOTT, 1993; CASTILHO, 1997, 2001, 2006, 2010; MARTELOTTA, 1993, 2008; NEVES, 1997, 2000, 2003; VOTRE E NARO, 1989; VOTRE, 1996 e CUNHA 1996, 2000, 2003)

A perspectiva desses autores é a de que assim como a gramática tradicional, a gramática funcional também analisa a estrutura linguística, porém estende essa análise para toda a situação comunicativa: a finalidade do evento da fala, os participantes, e o contexto discursivo. Nesta perspectiva, as formas ou as construções linguísticas originam-se de uma intencionalidade comunicativa que agrega não somente o conteúdo a ser dito ou o lado cognitivo e intelectual da língua, mas também a natureza da fala como um fenômeno cultural e cognitivo e a intenção dos falantes, conforme Nichols (1984). Dessa forma, ao considerar o Funcionalismo Linguístico como referência para este trabalho, elencamos também como fundamental para a análise do item *nunca* os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos.

5. Procedimentos metodológicos

Para atender aos objetivos propostos foram examinadas gramáticas tradicionais contemporâneas e gramáticas históricas no que tange à abordagem da negação e da categorização do *nunca*; dicionários etimológicos e dicionários contemporâneos na busca tanto da etimologia quanto do significado do *nunca*, além dos subsídios teóricos sobre o funcionalismo e os processos de gramaticalização, sem contar com as incursões nos

pressupostos teóricos da Nova Retórica, inaugurados por Perelmann e Olbrechts-Tyteca (1958) e na semântica argumentativa de Ducrot (1987).

Ao mesmo tempo buscou-se constituir um *corpus* para análise a partir de observações informais em setores diversos da vida cotidiana da cidade de Barreiras (em ambientes formais como em escola, nas salas de aula, em faculdade como em ambientes informais de lazer como sorveteria, praça, dentro de ônibus e outros). Convém salientar que nas situações mais formais o uso do *nunca* era propositadamente evitado, mas quando a “conversa” passava para o tom informal ele surgia espontaneamente na fala. Sendo essa análise de cunho qualitativo não houve preocupação com números de falantes, mas com a frequência da ocorrência do termo. Levantados todos os exemplos, e à luz do funcionalismo, dos processos de gramaticalização e das primícias da argumentação realizou-se a análise qualitativa dos dados comparando-os com os dados teóricos mobilizados.

Diante disso, foram consideradas inicialmente para este estudo quarenta e cinco situações de interação linguística com ocorrência do item pesquisado. Sobre esse *corpus* foi aplicado o critério de exclusão, o que impediu que fossem consideradas situações cujo contexto fosse insuficiente para a análise. Dessa forma, foram consideradas 40 ocorrências para interpretação. Inicialmente, foram anotadas todas as ocorrências do objeto investigado, agrupando-os simultaneamente por padrões funcionais e contexto de uso; em seguida foi feito um rastreamento da etimologia e as acepções do termo registradas em dicionários históricos e contemporâneos. Consultaram-se, ainda, gramáticas históricas e contemporâneas para verificar a classificação morfológica do termo. Essas consultas ainda permitiram coletar informações sobre as mudanças fonéticas pela quais passaram o termo em análise.

6. Análise dos dados

Os dados foram analisados a partir da categorização das manifestações do uso do *nunca* e de estudos da mobilidade, da motivação discursiva e das funções desempenhadas pelo termo analisado, tendo sido classificados conforme os seguintes fatores:

- a semântica do uso do item *nunca*;
- a morfossintaxe do *nunca*;

Ao considerar tais fatores pretendeu-se interpretar o processo de mudança que envolve o *nunca* e também indicar as implicações discursivas desse processo, identificar a classificação semântica do *nunca* em diferentes contextos e observar a morfossintaxe desse termo em relação ao processo de mudança em que o mesmo se encontra.

Os dados foram submetidos aos critérios de identificação da gramaticalização para identificar a ocorrência da manifestação dos princípios cognitivos de iconicidade e marcação nas construções negativas em estudo; verificar qual a relação entre a posição do termo *nunca* e o seu processo de mudança; investigar se sua classificação semântica influencia em seu processo de mudança e demonstrar a trajetória de gramaticalização do item *nunca* nas construções negativas nas falas da cidade de Barreiras, considerando a hipótese que motivou tal investigação: a de que esteja ocorrendo um processo de gramaticalização do item *nunca* não em sua estruturação formal, mas em suas funções semântico-pragmático-discursivas.

Em relação à sistematização dos resultados, ressalta-se que a escolha por um trabalho de natureza qualitativa não implicou o desprezo aos dados quantitativos, uma vez que esses funcionaram como suporte para as interpretações, o que seguramente orientou para a confirmação da hipótese levantada

Ao descrever e analisar as 40 ocorrências com o item *nunca*, verificou-se que o mesmo funcionou:

- 1) como circunstanciador de temporalidade (advérbio de tempo) em 15% das ocorrências: - *É impressionante! Maria nunca chega no horário marcado.*
- 2) como Circunstanciador de Negação Comum (Advérbio de Negação), em 42.5%: - - O laboratório está aberto?
- *Não sei, eu nunca fui lá hoje.*
- 3) como Circunstanciador de Negação Incisiva (ou Dupla Negação) em 10%:
- *Você viu Elitânia?*
- *Eu nunca vi Elitânia, hoje, aqui ainda não.*
- 4) e em função híbrida (Advérbios de Tempo e Negação amalgamados) em 32,5% das ocorrências:
- *Minha irmã está com o pé inchado, nunca melhorou!*

Constatou-se, portanto, que a recorrência maior de uso do termo pesquisado se dá com o *nunca* com função de circunstanciador de negação comum (advérbio de negação). Esse uso, que se configura como um processo de gramaticalização, coocorre com as outras funções semânticas emergentes: circunstanciador de negação incisiva (dupla negação) e híbrida (funções de tempo e negação amalgamadas), além da função original do *nunca*: advérbio de tempo.

A análise do *nunca* nessas ocorrências, evidenciou que a posição do termo em estudo é sempre pré-verbal, sua classificação morfológica é sempre advérbio e a função sintática não apresenta outra classificação que não seja adjunto adverbial de tempo, de negação e de tempo e negação amalgamados.

A aplicação dos critérios/princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1993) demonstrou que somente o critério de especialização não se aplica ao *corpus* estudado. Isto porque o item *nunca*, embora tenha comprovado seu processo de mudança no falar de Barreiras, encontra-se ainda em estágio incipiente de gramaticalização o que impede a seleção de uma única função pelos falantes.

Destaca-se a aplicação do critério de persistência, uma vez que este demonstrou que o *nunca*, mesmo experimentando um processo de gramaticalização, permaneceu com algo de seu sentido original enquanto advérbio.

Os dados, quando submetidos aos critérios de Heine (2003), mostraram que dos critérios propostos é a dessemantização que atua no surgimento das funções emergentes do *nunca*, uma vez que o que ocorre é uma perda em termos de conteúdo: a função temporal se estratifica em outras funções cujo sentido orienta-se para a negação.

Sobre a iconicidade, processo subjacente a gramaticalização, é o que faz emergir a variação na utilização do item em questão e o conduz à mudança. Ao observar que a relação entre o item *nunca* e suas funções é motivada pela relação estabelecida entre a forma linguística *nunca* e suas funções emergentes, percebeu-se que a busca por expressividade propicia aos falantes a atribuição de um sentido novo a uma forma já existente, desconsiderando para isso a relação de arbitrariedade proposta no estruturalismo.

Em um domínio discursivo foi possível perceber a ausência de uma marca num contexto binário pela presença dessa marca numa das faces desse contexto. A marcação, neste estudo, manifesta-se a partir da expressividade advinda do *nunca* em comparação a situações em que esse espaço é ocupado pelo não e ainda nas situações em que esse item coaduna as funções de tempo e negação. Dessa forma, a negação na fala de Barreiras é intensificada - mais marcada - em relação a outras regiões do país.

A metáfora e a metonímia são as vias de acesso ao processo da semanticização, ou seja, ao processo de alteração semântica por que passa o item *nunca* que é um dos processos de mudança linguística *pari passu* à gramaticalização. Para a extensão de seu sentido, observou-se nesse estudo, uma transferência semântica do domínio tempo para o domínio da negação,

momento em que emerge outra função semântica a negação, corroborando assim o processo de gramaticalização por que passa o termo *nunca* na fala de Barreiras, oeste da Bahia.

7. Considerações finais

As ideias trabalhadas demonstraram que no *corpus* analisado, o *nunca* apresentou indícios de mudança na qual caminha, conforme o *cline* que indica a passagem de um item gramatical para mais gramatical. Tal constatação foi possibilitada pelo alcance dos objetivos propostos. Faz-se necessário lembrar que esse item, embora agora agregue outras funções ao seu escopo semântico, não se destitui por completo de sua origem como advérbio de tempo.

Referências Bibliográficas

ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho. Negativa pré- e pós-verbal: implementação e transição. In COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça & RAMOS, Jânia Martins. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

CASTILHO, Ataliba. Proposta funcionalista de mudança linguística. Os processos de lexicalização, semanticização, discursivização na constituição das línguas. In: LOBO, Tânia et al. *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASTILHO, Ataliba. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador: UFBA, nº 19, 1997. p.25-64.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2007.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. A Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.167- 190.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da et al. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-55.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. P.159-176

DUBOIS, John. Competing motivations. In: HAIMAN, John (ed) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1985. P.343-365.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v 44, n. 1, p. 20-25, jan/mar. 2009.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian & JANDA, Richard. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford:Blackwell Publishing, 2003.
- HEINE, Bernd et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.
- HOPPER, Paul. Emergent grammar. In: *Berkley linguistic society*. v. 13, 1987. p. 139-157.
- HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elizabeth. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- HOUAISS, Antonio et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LEHMANN, Christian. Thoughts on Grammaticalization a programmatic sketch. *akup*, n.48, v.1.1982. p.1-25;120-160.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo T & AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. Campinas: Martins Fontes, 1997.
- NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*. v. 13 p.97-117.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Bentes. (Orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*.V.2. São Paulo, Cortez, 2003. p.17-43
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RONCARATI, Cláudia. A negação do Português falado. In: RONCARATI, Cláudia & MOLLICA M. Cecília (orgs). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs; könig, Ekkhard. The semantics-pragmatics os grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.p.189-218.

WILSON, Victoria & MARTELOTTA, Mário Eduardo. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo:

O SINCRETISMO PRONOMINAL DA 2ª PESSOA DO SINGULAR NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DE SÃO PAULO – UMA DISCUSSÃO SOCIOLINGUÍSTICA E COGNITIVA DA LINGUAGEM

Ivanilde da Silva (USP)¹⁰²³

Resumo: Apresento notícia do fenômeno “sincretismo pronominal de segunda pessoa do singular: *tue você*” nas funções de *sujeito* e *complemento* e os *possessivos*, partindo do pressuposto funcionalista de que o uso molda a estrutura linguística através dos tempos. Assim, estes pronomes apresentariam “variação” na fala popular a depender de condições e pressões de uso. Além disso, enfatizo a importância do contexto nos processos de significação e construção social a partir de MORENO FERNÁNDEZ (2012), HALLIDAY E MATTHIESSEN (1999) que fundamentarão esta proposta que segue em construção, sendo para este momento desafiador associar este quadro teórico-metodológico à noção quantitativa da linguagem.

Palavras-chave: Agentes estilísticos. Sociocognitiva. Interação e Contexto.

1. Introdução

Para abordar o *Sincretismo Pronominal da Segunda Pessoa do Singular na Fala Popular de São José dos Campos – SP*, proponho uma possível análise descritiva para este fenômeno fundamentada em aspectos linguísticos encontrados em algumas Entrevistas Sociolinguísticas Semi-dirigidas¹⁰²⁴ e dados anônimos coletados pelas ruas da cidade supracitada. Ao perceber o sincretismo da 2ª pessoa pronominal na fala cotidiana, avoto duas possíveis interpretações para esses fatos em uso: **a)** há um conjunto de fatos linguísticos variáveis (*você – sujeito; te~pravocê~pro senhor/a – complementos; seu/sua~teu/tua como relações possessivas* e **b)** dentro de suas respectivas funções sintáticas poderá ou não ocorrer variação. Assim, o pronome *você* na função de sujeito talvez seja fato categórico, variando apenas em suas formas reduzidas (*ocê, cê*), diferente do comportamento dos complementos *te~pravocê~pro senhor/a*, sendo interpretados como possíveis escolhas linguísticas a depender das pressões de uso, ou seja, as escolhas são paradigmáticas (Cf.: HALLIDAY, 1994), pois o sistema já as disponibiliza para o uso, condicionadas pela situação/registro. Da mesma maneira os *possessivos seu/teu~sua/tua* talvez sejam fatos linguísticos categóricos se produzidos só nas formas *seu/sua*, representando a segunda pessoa do singular (P2)¹⁰²⁵. Para isso, perspectivas teórico-metodológicas Sistêmico-Funcionais (Cf.: HALLIDAY, 1994), Funcional-Cognitivas (Cf.: HALLIDAY E MATTHIESSEN, 1999), noções da Sociolinguística Laboviana (Cf.: LABOV, 1972) e da Sociolinguística Cognitiva (Cf.: MORENO FERNÁNDEZ, 2012) servirão de base para este presente trabalho. Além desse aporte teórico-metodológico, trabalhos descritivos históricos/diacrônicos como os de Cintra (1986) e Lopes (2006) darão a noção diacrônica do comportamento linguístico humano em relação à evolução das formas pronominais investigadas, muito presentes na atual sincronia do Português Brasileiro (Cf.: ARDUIN, 2005; CALMON, 2010; SANTOS, 2012).

¹⁰²³ USP, São Paulo, Brasil. E-mail: ivabsilva2003@yahoo.com.br

¹⁰²⁴ Entrevistas semi-dirigidas, coletadas, gravadas com autorização em fichas sociais dos informantes.

¹⁰²⁵ Lembro que esses itens são apenas possibilidades linguísticas em observação, não sendo, portanto, uma análise última. A transcrição dos dados está em fase de andamento.

2. O sincretismo pronominal de 2ª pessoa do singular na língua popular de São José dos Campos – SP

Está em Rodrigues (1987) a reflexão sobre a dicotomia entre Língua Popular/ Língua Culta, partindo do pressuposto laboviano que a variação é inerente a qualquer sistema linguístico, que, por isso, é considerado um todo dinâmico e heterogêneo. Além disso, a autora observa a existência de diferentes grupos sociais, entendidos não como coleções de indivíduos, mas como unidades coletivas reais e parciais, fundadas em atividades coletivas contínuas, históricas, desempenhando atividades linguísticas comuns em muitos lugares de uma capital como São Paulo. Assim, por Língua Popular entendo que é a variedade de língua falada por pessoas pertencentes a estratos sociais que não possuam escolaridade ou possuam poucos anos de vida escolar. Essa língua em uso (a fala) está presente em vários setores existentes em dada cidade. Munida de ouvido “sociolinguista”, percebi interessantes fatos em uso pela cidade de São José dos Campos – SP no que se refere ao Sincretismo Pronominal da 2ª pessoa do singular. Elenco abaixo algumas excertos de fala coletados de maneira anônima e rápida¹⁰²⁶ pelas ruas da cidade já mencionada:

(01) “Vamo pedi um frango ensopado com batata ...*tu* gosta, poh” (Padaria, área nobre da cidade. Homem, +/- 50 anos falando para sua esposa, idade aproximada).

(02) “Eu falo *com você* pessoalmente, essa semana *teligo* ... aí *vô* até *a sua* casa, agora não dá pra explicá, pessoalmente é melhor (conversa por celular, mulher, +/- 30 anos, em shopping popular do centro da cidade de São José dos Campos -SP).

(03) “*A senhora* tem *o seu* documento? É pra *te* cadastrar aqui no sistema” (militar, homem, +/- 20 anos fala com mulher +/- 35 anos).

Esses exemplos de fala dão a noção do fenômeno sob análise: “a mistura entre formas pronominais”.¹⁰²⁷ Ela está presente em vários setores da cidade: *padarias, parques públicos em áreas nobres e populares, reitorias, palácios do governo* ...mostrando a existência de redes de práticas linguísticas. Considerado por Lopes (2006) um fenômeno linguístico complexo, pois esses itens pronominais abarcam tanto formas da terceira pessoa do singular quanto da segunda, mesclando, dessa maneira, formas de tratamento e, por isso, chamado pela autora de Sincretismo Pronominal. Além disso, essas formas podem abarcar referentes dos mais diversos conteúdos semânticos, do prototípico *tu* (P2/ouvinte) a outras nuances de significado, tornando o falante *um agente estilístico nato*, ou seja, competente para lidar com a sua produção falada em diversas situações de uso.

No caso particular de Entrevistas Sociolinguísticas, a ação interpessoal se faz presente pelos usos pronominais de *tu* e *você* que emergem nessas situações de confronto face a face por prevalecer o diálogo, desenvolvido a partir de temas/assuntos/módulos conversacionais como *educação, transporte público, relacionamentos* ..., tornando a entrevista um suporte para várias molduras interacionais que, talvez, estejam condicionando os usos dos referidos pronomes. Abaixo transcrevo um excerto de fala para exemplificar certos usos durante a Entrevista Sociolinguística:

(04) Mas também *elis*(albergues) sérv *assim* de passagem ... por exemplo *assim*: se *você* tá vindo de ônibus de outro estado e \emptyset não tem onde ficá, *você* pode chegá *ali* à noite ... *cê* pode dormir, \emptyset *jantá*, \emptyset *tomá seu* café e às sete hora da manhã *você* sai.

O exemplo acima mostra que referências podem ter um caráter mesclativo quanto ao significado. O uso de condicionais traria a possibilidade de acontecer algo, associado a

¹⁰²⁶ Entrevistas Sociolinguísticas Semi-dirigidas gravadas e autorizadas. Em coletas anônimas e rápidas (Cf.: LABOV, 1972) não há como saber sobre a formação escolar dos indivíduos.

¹⁰²⁷ Mistura pronominal, condenada pelas gramáticas normativas em geral.

sequências modalizadoras como “*você* pode chegar, *cê* pode dormir, *Ø*jantá, *Ø*tomá ...”. Tais sequências poderão condicionar esses usos “mesclativos” em relação ao referente e a estilos de fala. Essas molduras conversacionais fogem do contexto imediato dos atos interlocutivos que envolvem o *eu* e o *tu-você prototípico (-eu)* como ilustrado no exemplo (04). Além disso, elipses pronominais em sequências discursivas poderão denunciar fatos já conhecidos pelos falantes, tornando-o o fato dado um possível condicionador desses usos pronominais em análise.

Outras possíveis configurações linguísticas poderão surgir. O exemplo de fala extraído de uma das Entrevistas Sociolinguísticas que colhi mostra outra moldura conversacional:

(5) *O ser humano é fácil acomodar. Você se acomoda. Eu fiquei* muito na pinga [...] *Eu* acomodo na casa da minha irmã ...sedeixá ... já fui morador de rua ... (Homem, 28 anos, Ensino Médio incompleto)

O falante aqui estaria falando dele mesmo porque utiliza o pronome *eu* após o *você*? Ou o *você* estaria abarcando um referente genérico (ser humano)? Para o ouvinte os referentes, possivelmente, estariam resolvidos, mas para o analista ...

3. Pressupostos teórico-metodológicos

3.1. Funcionalismo e abordagens histórico-sociais cognitivas

Está em Halliday (1994) que o uso molda a estrutura linguística no decorrer dos tempos através de sucessivas gerações de falantes. Essa concepção de continuidade dos fatos linguísticos orienta o pensamento do autor no que se refere a uma preocupação mais cognitiva do comportamento linguístico humano, devido às ênfases que o próprio autor dá às experiências humanas para a produção e interpretações do significado, sendo ele prototípico ou abarcando outras nuances de significação criadas pelo homem. Assim Halliday e Matthiessen (1999), doravante (H e M)¹⁰²⁸ questionam “como falantes interpretam sua experiência?”. Os autores respondem que através dos usos, das experiências de vida, da convivência, das situações de aprendizado e da exposição é que falantes constroem interpretações emergindo significados. Muitos deles expandem usos prototípicos, como por exemplo: *das receitas de cozinha aos textos sobre previsão do tempo*, ambas as experiências humanas estão ligadas ao tempo, à previsão de acontecimentos e à instrumentalização de ferramentas. A experiência, então, assim entendida pelos autores, é recurso em potencial, é ato sobre a realidade porque os usos não são construídos no vácuo social. Está em Lopes (2006) que cartas familiares retratam uma forma de interação muito antiga entre interlocutores quando distantes. Revelam, portanto, um comportamento passado através de gerações quando mesmo longe fisicamente necessitavam “conversar” sobre *família, sentimentos, acontecimentos* etc, emergindo nesses escritos a condenada “mistura pronominal” referente à 2ª pessoa do singular.

Associando às noções de H e M (1999) com trabalhos diacrônicos e sincrônicos que descrevem a língua em uso em determinado recorte temporal, observo que *concepção de mundo* não se transforma no imediatismo. Nossos ancestrais portugueses já faziam uso dos *pronomes de tratamento* (Cf.: CINTRA, 1986), não refletidos igualmente nas sociedades portuguesa e brasileira atuais, embora certos traços como *sutilezas e solidariedade*, por exemplo, tenham permanecido em nosso repertório linguístico e comportamental como uma espécie de memória coletiva, fazendo parte do trato humano e possibilitando nuances conceptivas de mundo através desses usos pronominais “híbridos” (2ª pessoa com 3ª, abarcando significados e combinações entre formas diversas). Assim “fórmulas” para tratar o outro de maneira mais íntima (*tu*); ou mais afastadas em termos afetivos (*você*) ou ainda quando a reverência fazia parte de um

¹⁰²⁸ Em função do espaço reduzido, abreviei os nomes dos autores para suas iniciais.

cenário de concepção mais medieval, portanto, visão estratificada da sociedade (*Vossa Mercê, Vossa Senhoria ...* (Cf.: CINTRA, 1986)) foram utilizadas em tempos distantes aos atuais, entretanto, nós falantes que vivemos interação o tempo todo também utilizamos de recursos parecidos para tratar o outro de maneira mais *gentil, distante, agradável, solidária, agressiva, irônica ...*

3.2. A gramática sistêmico-funcional sob enfoque cognitivo – rápidas considerações

A Língua é compreendida como um sistema abstrato de relações no qual há a disponibilidade de formas como escolha no eixo paradigmático. Essas escolhas linguísticas são um conjunto de unidades que formam o sistema de opções estratificadas pelos sistemas: *semântico, lexicogramatical e fonológico/gestual* (Cf. H e M, 1999). Para os autores, a língua como fala é concretizada pelo sistema fonológico/gestual no qual aparecem as manifestações linguísticas, variáveis ou não, convenções socioculturais que motivam naturalmente as transformações sofridas pela estrutura linguística de dada comunidade de fala (Cf.: H e M, 1999; LABOV, 1972; MORENO FERNÁNDEZ, 2012).

A Gramática Sistêmico-Funcional, doravante (GSF), de Halliday (1994), mais precisamente da obra de He M (1999), é compreendida como *um sistema semântico estratificado* nos seguintes subsistemas: *sistema de significados* no qual está compreendido a semântica que alimenta o conteúdo das formas linguísticas que fazem parte do repertório *Léxicogramatical*. A sistema está destinado as expressões em uso ou o sistema de fraseados, sendo que esses dois estratos sistêmicos se relacionam naturalmente, pois há interpretação e construção não arbitrária entre eles. Já nos subsistemas *Léxicogramatical* e *Fonológico* há arbitrariedade no que se refere a convenções sociais a depender do recorte cultural de cada lugar. Assim a *Semântica* motiva a *Lexicogramática* concretizada através do *Sistema de Som* ou *Gestual* (Fonologia). Para o entendimento de como o externo influencia escolhas linguísticas, Halliday e Hasan (1976) preocuparam-se em delimitar fatores externos como *campo, modo e relação* para explicar o quanto implicações como estas podem influenciar escolhas linguísticas. Assim, a produção linguística e de sentidos são consideradas atos sobre a realidade dos falantes, inseridos em dado contexto sociocultural. Estas produções (faladas ou escritas) emergem na situação particular de uso, resultando no contexto social. Contextos sociais de uso levam em conta subcategorias como *registro* (língua falada, conversa espontânea) e *gênero* (entrevistas), condicionando os falares.

Além desses sistemas inter-relacionados, H e M (1999)¹⁰²⁹ relacionam a GSF às metafunções *ideacional, interpessoal e textual* como ferramenta metodológica para descrições e análises linguísticas. Assim, a *metafunção ideacional* está para as experiências dos seres humanos, convivência, história etc, associada também ao *sistema de transitividade* e ao *campo* nos quais ocorrem as produções de sentido instanciadas por verbos. Essas ações sobre a realidade são interpretadas pelo falante, ele age para criar, significar e produzir o seu mundo no seu mundo, suprindo assim necessidades comunicativas. A *metafunção interpessoal* está obviamente relacionada ao papéis interlocutivos, sendo as formas linguísticas realizadas através do sistema de *modo/modalidade* que especifica funções de *sujeito, predicador, complemento*. O sistema de modo, no nível sintático, organiza os fraseados em dois constituintes (i) *Modo oracional* – constituído de *sujeito*, responsável pela proposição e *o Finito*, responsável pelas relações temporais e modais da proposição; e o (ii) *Resíduo*, constituído por três componentes: *o predicador (grupo verbal), complemento (objetos átonos e tônicos) e adjuntos (auxílios que complementam os sentidos da proposição)*. A terceira metafunção se destina ao *Textual*, responsável pela informação, especificada em relações entre o enunciado e a situação

¹⁰²⁹ Baseados em Halliday (1985).

(tema/rema), dependente do contexto pragmático para o que analista interprete o fluxo das informações em velhas e novas (tema/rema).

4. Teoria e metodologia laboviana e abordagens cognitivas – rápidas considerações

Para relacionar a abordagem laboviana prototípica à expansão da Sociolinguística Cognitiva trabalhada por Moreno Fernández (2012), enfatizarei aspectos considerados para este momento importantes. O autor relaciona várias teorias e metodologias à noção quantitativa dos usos linguísticos; assim, a Sociolinguística Cognitiva é considerada pelo autor como *Metateoria*, abrangendo, então, universos teóricos compatíveis a modelos baseado no uso. Desta maneira, minha proposta inicial de trabalho é relacionar abordagens Sociolinguísticas, Funcionalistas e Cognitivas para descrever o fenômeno *Sincretismo Pronominal de 2ª pessoa* existente em São José dos Campos (SP).

Assim como as teorias funcionalista e cognitiva aqui apresentadas, Labov (1972) relaciona língua e sociedade. Seu modelo teórico-metodológico propõe verificar os fatos linguísticos variáveis passíveis de mensuração sistemática, definindo, então, se um fato é variável ou não, se está estável em dada comunidade, se há mudança de certo item para fato categórico ou há mudança em fase de implementação (Cf.: WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968). Como aponta Labov (1972:183): “Language is a form of social behavior [...] it is used by human beings in a social context, communicating their needs, ideas, and emotions to one another”. Esse essencial heterogêneo ordenado das línguas aliado a condicionadores internos e externos à língua podem condicioná-la ou até mesmo determiná-la. Assim os autores privilegiam a fala como campo fértil para as pesquisas sociolinguísticas. Mesma concepção consta em Halliday (1994) que traz considerações sobre a inesgotável fonte de riqueza da língua falada.

Identificados os fenômenos que variam na fala, associados a conjuntos de restrições linguísticas e sociais, a variação entre *tu-você* emerge das situações comunicativas face a face podendo gerar outras combinações no eixo sintagmático da língua como: *você/te/teu/de ti; tu/se, você/le/sua, você/teu/de você...* Estudar a língua levando em conta o contexto social requer, como postula Moreno Fernández (2012), noções cognitivas que levem em consideração cognição social e os entornos dos falantes atuantes em dada comunidade de fala. A língua, portanto, é *colaborativa, dinâmica e negociável* como apontam H e M (1999), tornando o falante *um agente estilístico em potencial*, já que as situações de uso geram potencialidades.

Para a quantificação de fatos linguísticos variáveis se faz necessária a elaboração de fatores linguísticos e sociais que seriam as condições de uso, determinantes ou não, a certa regra variável (*tu-você*). Apontarei apenas possíveis grupos de fatores baseados em algumas entrevistas:

Grupo de fatores – possíveis condicionadores do Sincretismo Pronominal da 2ª pessoa do singular

Grupo 1 - Fatores linguístico-cognitivos (internos) – como o falante interpreta a sua experiência? Em que medida ...

- a) a *transitividade (ideacional)* associada a tipos verbais mais participantes (agente, meta ...) influenciaria a escolha de formas pronominais de 2ª. pessoa?
- b) o *sistema de modo (interpessoal)* poderia influenciar essas formas considerando, além das funções sintáticas, polaridade, argumentação, injunções...?
- c) informações como *tema/rema* influenciariam essas formas em questão? Ou estaria em jogo o foco informacional?

Fatores Semânticos, Pragmáticos e Cognitivos

Grupo 2 - Semântico-pragmático – como o falante interpreta o outro (Imagem Social/Mescla conceptual)? Em que medida as formas abaixo representariam:

- a) Senhor/a** – distanciamento, formalidade; **b) Zero** – desvio ao tratar o outro (função de sujeito); **c) Você/zero** – (+/-) formal; **d) Forma neutra** (função de sujeito, complemento e possessivo); **e) Tu/zero**(+/-) restrito, usos familiares (função de sujeito, complemento e possessivo); **f) Ocê/cê/zero** – informal, à vontade (função sujeito, complemento e possessivo).

Grupo 3 - Fator semântico-cognitivo – como o falante interpreta o significado? Prototípico e não-prototípico?

- a) 2ª** pessoa prototípica (ouvinte presente) –tu/você; **b) Genérico** (expansão do **c) Significado**, qualquer pessoa); **d) Entidade** não identificada (duvidosa); **e) Eu** (significado + específico).

Grupo 4-Fatores sociais (externos) – como o falante interpreta o seu entorno social?

- a) Sexo** (feminino e masculino), **b) Origem** (local de nascimento e quanto tempo reside na cidade); **c) Escolaridade** (Ensino Fundamental e Médio); **d) Idade:** dos 20 a 36 anos; dos 37 a 49 anos e + de 49 anos; **e) Descrição** dos entornos socioculturais desses falantes (sob análise). Como quantificar essas informações distribuídas em redes espraiadas pela cidade?).

Cabe salientar aqui os autores que embasam esses possíveis condicionadores do Sincretismo Pronominal de 2ª pessoa do singular. Para o grupo de fatores linguístico-cognitivo utilizei a obra de H e M(1999) cujo enfoque cognitivista exerce influência para a criação de grupos que envolvem tipos verbais que poderão ser ramificados em redes. Para os fatores sociais e entornos, utilizei as noções labovianas (1972), Moreno Fernández (2012), Calmon (2010), Santos (2012). Para os fatores semânticos, cognitivos e pragmáticos utilizei as abordagens de Sousa Viana (2008), que leva em conta as noções de objeto do discurso para descrever o uso do **você** em entrevistas sociolinguísticas e Ferrari e Fontes que abordam as nuances do pronome **a gente** pela perspectiva teórica cognitivista de Faucounnier e Turner (2002) entre outros autores.

5. Considerações Finais

Pelas observações aqui realizadas como proposta de análise e descrição do que estamos chamando de Sincretismo Pronominal de 2ª pessoa existente em São José dos Campos –SP, teorias e metodologias sociais, cognitivas e funcionalistas fundamentariam o trabalho de pesquisa que segue em andamento. A adoção de modelos baseados no uso junto de noções Sociolinguísticas e Funcionalistas dariam respaldo ao enfoque quantitativo de análise e descrição que proponho ao fenômeno em questão.

Referências Bibliográficas

ARDUIN, JOANA. A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na região sul do Brasil. 2005. 123p. Dissertação de Mestrado em Linguística. Florianópolis, UFSC.

CALMON, ELBA NUSA. Ponte da Passagem: você e ê transitando na fala de Vitória (ES). 2010. 140p. Dissertação de Mestrado em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem, Vitória, UFES.

CINTRA, LUÍS F. LINDLEY. *Sobre <Formas de Tratamento> na Língua Portuguesa*. 2ª ed. Horizonte, 1986.

FERRARI, LILIAN; FONTES, VIVIANE. Dêixis e mesclagem: a expressão pronominalizada “a gente” como categoria radial. In.: *Linguística Cognitiva*. Volume 6, número 2, 1-16p., 2010.

HALLIDAY, MICHAEL ALEXANDER KIRKWOOD. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. Ed. London: Edward Arnold, 1994.

_____ & HASAN, RUQAYA. *Cohesion in English*, London: Longman, 1976.

_____ & MATTHIESSEN; CHRISTIAN, M.I.M. *Construing Experience Through Meaning. A language-based Approach to Cognition*. Continuum, London, 1999.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

LOPES, CÉLIA REGINA DOS SANTOS. Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX.

MORENO FERNANDEZ, FRANCISO. *Sociolinguística Cognitiva. Propositiones, escólios y debates*. Iberoamericana/Vervuert, 2012.

RODRIGUES, ÂNGELA CECÍLIA DE SOUZA. *A concordância verbal no português popular de São Paulo*. 1987. 200p. Tese de doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo, USP.

SANTOS, VIVIANE MAIA DOS. *Tu vai pra onde? Você vai pra onde?: Manifestações da segunda pessoa na fala carioca*. 2012. 137p. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro, UFRJ.

SOUSA VIANA, VALÉRIA. *Os (des)caminhos do você: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você*. 2008, 184p. Tese de Doutorado em Linguística. João Pessoa, UFPB.

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M.I. *Empirical foundations for a theory of language change*. In.: LEHMANN, W & MALKIEL, Y., (eds). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

O USO DE VOCÊ EM CONTEXTO DE FORMALIDADE

Juliana Batista do PRADO (UnB)¹⁰³⁰
Paulo Ricardo Dias FERNANDES (UFG)¹⁰³¹

Resumo: O presente trabalho analisa o pronome você em uma sessão de Tribunal do Júri. Trata-se de situação interacional que tem sua oralidade caracterizada por condições específicas que configuram tal modelo. A partir da gravação da sessão e análise dos dados, identifica-se na situação sociodiscursiva os aspectos que motivam a escolha dos interlocutores pela forma você, baseada em definições de conceitos – como pronome, nível de formalidade, polidez, estilo, entre outros. A pesquisa enquadra-se na perspectiva da Sociolinguística Interacional, com contribuições da Pragmática e da Análise de Discurso. Seguiu orientação etnográfica e utilizou também a Análise da Conversação para transcrição de dados.

Palavras-chave: Você. Formalidade. Tribunal do Júri.

1. Introdução

A variação nas formas de tratamento da segunda pessoa do discurso dá margem a várias discussões nos dias de hoje. Com o conhecimento das bases teóricas que fundamentam a Sociolinguística Interacional, tivemos a necessidade de compreender o campo de análise das interações humanas. A partir daí, limitamos o contexto da pesquisa optando por um evento que envolvesse rituais de interação com predominância de estilo formal de linguagem.

Consentimos pela escolha do contexto do Tribunal do Júri por se tratar de um contexto que atendeu à necessidade de investigar interações em situações formais. Dessa forma, parte do *corpus* desta pesquisa foi constituído da gravação cedida, e a outra parte se resume à entrevista realizada com o juiz que presidiu a sessão sob análise.

As sessões de Tribunal do Júri apresentam-se em estruturas rígidas. Os turnos de fala são bem delimitados, assim como a disposição espacial/física dos participantes, e tudo isso concorre para conferir formalidade a esse contexto. As sessões são compostas por um juiz de direito, por pelo menos um advogado de defesa ou defensor público, um promotor de justiça e sete jurados.

A sessão pesquisada foi gravada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em 2011. O caso julgado teve muita repercussão na mídia, pois se trata do assassinato do proprietário de uma rede nordestina de restaurantes. A vítima foi assassinada no entorno de Brasília, sob a ordem do ex-gerente de uma das unidades da rede. A execução do crime foi realizada por policiais militares do Estado de Goiás.

2. Pronome ou forma de tratamento?

A variação entre as formas pronominais do português do Brasil (PB) tem sido amplamente discutida em pesquisas acadêmicas (LOREGIAN-PENKAL, 2004; LOPES, 2011; DIAS, 2007; ANDRADE, 2010). É de conhecimento geral a existência de diversas formas de tratamento entre as pessoas nos diferentes contextos de conversação e, ainda, são frequentes as variações entre pronomes de categorias distintas (pessoal/tratamento) para que se façam referências a uma mesma pessoa do discurso.

¹⁰³⁰ Mestra pela Universidade de Brasília. Goiânia, Brasil. E-mail: juhprado@yahoo.com.br

¹⁰³¹ Especialista pela Universidade Federal de Goiás. Anápolis, Brasil. E-mail: paulo.ricardo_dias@hotmail.com

Isso ocorre muitas vezes em função da postura de uniformização cultural que vem se estabelecendo no país nas últimas décadas em decorrência de ações políticas de democratização, que possibilitam à população maior acesso à escola e aos meios de comunicação/informação (PRETI, 2005, p. 23), favorecendo a variação na língua.

Partindo da etimologia da palavra *pronome* apresentada pelo dicionário de Cunha (2010, p. 525), a definição se origina do latim *pronomen*, que significa “palavra que substitui o substantivo, ou que o acompanha para tornar-lhe mais claro o significado”. Loregian-Penkal (2004, p. 25) apresenta *pronome* de forma semelhante, como a junção da preposição *pro* mais o substantivo *nomen*, advindos do latim, com significado de *em lugar do nome*.

As definições apresentadas pelas gramáticas normativas ou estudos descritivos em geral consideram o pronome uma palavra que substitui ou acompanha um substantivo para esclarecer seu significado. Os pronomes pessoais têm como função básica a identificação das pessoas gramaticais.

Neves (2011, p. 449), numa abordagem mais funcional e pragmática da língua portuguesa, apresenta os pronomes pessoais como elementos identificadores da forma pura da pessoa gramatical, de traço categorial e capazes de fazer referência pessoal (natureza fórica). A primeira e a segunda pessoas do circuito de comunicação fazem constantes referências a alguém ou a algo da situação de comunicação, o que raramente a terceira pessoa faz. Determinam, portanto, a função interacional (representação de papéis no discurso) e textual (garantem a continuidade do texto).

O importante é reconhecer os pronomes pessoais como parte nuclear de uma classe de palavras (ILARI et alii, 1996, p. 81). A partir dessa especificidade, pode-se considerar que os pronomes pessoais possuem várias funções, entre elas a natureza fórica – representar papéis do discurso, garantir a continuidade do texto, explicitar a função temática do referente e marcar a identidade ou diferença dos referentes do discurso no interior do período gramatical.

Silva (2008, p. 159) afirma que na conversação entre duas ou mais pessoas uma pode se dirigir à outra fazendo uso de um nome ou de um pronome, com função de apelar ou chamar a atenção do interlocutor. Assim, *formas de tratamento* são denominadas expressões ou sintagmas que o usuário da língua emprega para fazer referência ou para se dirigir à outra pessoa, e o uso dessas formas depende da organização da sociedade, e não somente do seu sistema linguístico.

Da mesma forma, Cunha e Cintra (2008, p. 290) mostram que a pessoa com quem se fala pode ser expressa pelos chamados *pronomes de tratamento*, por meio de verbos na 3ª pessoa. Esses pronomes valem por verdadeiros pronomes pessoais e são representados por termos e locuções como *você, o senhor, Vossa Excelência* (ibid. p. 303).

Ressaltamos que Cunha e Cintra (2008) são filólogos e apresentam uma abordagem no plano gramatical centrada em uma posição de uso do português europeu. A forma *você* é, no português brasileiro, um pronome pessoal.

É consenso entre os gramáticos¹⁰³² que o uso de *senhor* corresponde a tratamento cerimonioso, respeitoso, e o uso de *você* não significa necessariamente o contrário, ou seja, essa forma não é utilizada apenas em situações informais. O *tu*, por sua vez, sempre foi legitimado pelos gramáticos e nunca foi excluído da tradição gramatical, embora seu emprego seja restrito a algumas regiões do Brasil, como no Rio Grande do Sul, em que seu emprego constitui regra categórica.

3. Estilo, formalidade e contexto

O estudo sobre estilo é recente se comparado ao estudo da variação linguística. Este pode ser um dos fatores que justifica a falta de exatidão para definir estilo em determinados

¹⁰³² Ali (2001), Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2008) e Castilho (2010).

contextos. De modo geral, estilo designa “variedades linguísticas identificadas com situações de comunicação” (LEFEBVRE, 2001, p. 205).

Segundo Coupland (2007, p. 25), “as pessoas usam os estilos sociais como recursos de construção de significados”. O estilo, para o autor, cria significados sociais nos quais os interagentes revelam por meio dele identidades sociais. Dessa forma, o estilo se concretiza a partir dos significados das situações e dos contextos dos atores sociais.

Sandig e Selting (1997, p. 209) reconhecem que os traços de estilo pragmáticos possibilitam a escolha de formas distintas de realização de um ato de fala. Como exemplo, citam o cabeçalho de uma carta “Querida Bárbara” ou “Estimada senhora” ou as saudações finais “Atenciosamente” ou “Saudações”. São essas escolhas que definem o tipo de relacionamento que se tem com a pessoa para quem se escreve. Entretanto, a ausência de uma das partes também é importante em termos estilísticos, pois pode ser assimilada à ignorância ou à falta de educação do remetente.

A partir dessas considerações, entendemos os estilos relacionados ao tipo de atividade exercida pelo falante, ou seja, o falante pode variar de acordo com a situação, a intenção ou o contexto em que a interação acontece.

No caso da sessão analisada nesta pesquisa, quando os falantes recorrem rotineiramente às formas de tratamento para fazer referência à segunda pessoa do discurso, há a utilização frequente de tratamento mais formal por ser um evento comunicativo cerimonioso. Assim, o estilo é controlado socialmente com base nos modelos de contexto, determinando como o discurso se adapta ao modo como as pessoas interpretam as situações sociais.

A sessão de Tribunal do Júri é um evento formal, composto de um juiz de direito, um advogado de defesa, um promotor de justiça (para representar a parte acusatória) e sete jurados, escolhidos de um grupo de vinte e cinco pessoas por meio de um sorteio. Trata-se de uma situação interacional que possui regras relacionadas à hierarquia na interação verbal e, conseqüentemente, suas situações orais são caracterizadas por condições específicas que configuram tal modelo.

Irvine (1978, p. 774) trata a formalidade como um “aspecto do código, de tal forma que o discurso é sujeito a regras extras ou a uma elaboração maior de regras.” O “discurso formal” é caracterizado por uma estruturação especial, em que há redundância e paralelismo sintático ou semântico. Segundo a autora, o estilo formal reduz a “variabilidade e a espontaneidade da fala”.

Consoante Ochs (1979, p. 68), são os truncamentos, repetições de informações, falta de planejamento do discurso e falas não monitoradas que caracterizam a informalidade. Irvine (1984, p. 2) confirma a ideia e ainda complementa que muitos autores usam “formalidade” no sentido de uma maior estruturação e previsibilidade do discurso e, também, que é caracterizada pelo “oposto da intimidade” (ibid., p. 3).

Entre as regras que determinam o estilo formal, há as trocas de turno delimitadas e a concessão da fala pelo juiz. Além disso, o Tribunal do Júri exige traços apropriados para a situação, que são distintivos para alguns dos principais interagentes, como o juiz, o promotor de justiça e o advogado de defesa.

No caso específico da sessão do Tribunal do Júri sob análise, podemos notar que existe “variabilidade” e “espontaneidade da fala”, características relacionadas por Irvine (1978) na abordagem estrutural, mesmo se tratando de estilo formal de interação. A fala das testemunhas oscila entre a formalidade e escolhas menos monitoradas. Em contrapartida, a fala do juiz, do promotor de justiça e do advogado de defesa mantém nível maior de formalidade por se tratar do ambiente de trabalho no qual exercem suas funções rotineiramente.

Labov definiu contexto como algo baseado em categorias (perspectiva variacionista). A perspectiva sociointeracional de Gumperz apresenta o contexto como realização dinâmica, que é construída a partir dos enunciados dos falantes e, também, das suas ações. A

“contextualização”, definida pelo autor, faz referências aos locutores e aos interlocutores e engloba signos verbais e não verbais (GUMPERZ, 1992, p. 230).

Para Dijk (2012, p. 19), a noção de contexto vai além de conceitos como situação, circunstância ou entorno. O autor afirma que devemos usar a noção de contexto “sempre que queremos indicar que algum fenômeno, evento, ação ou discurso tem que ser estudado em relação com o seu ambiente, isso é, com as condições e consequências que constituem seu entorno”. A contextualização é um integrante essencial de nosso entendimento de conduta humana que deve ser explicada, e não somente descrita.

Em sua obra, Dijk (2012) apresenta posicionamento baseado nos estudos cognitivistas, já que adota o contexto como construto subjetivo dos participantes, expondo sua dinamicidade e tratando-o como modelo mental, pois controla a produção e a compreensão do discurso. Contexto é definido pelo autor como “representações das próprias situações comunicativas feitas subjetivamente pelos participantes, e não como as situações comunicativas enquanto tais”.

Já que nesta pesquisa o contexto não se refere apenas aos aspectos físicos, temos a definição do contexto constituindo-se pelo que “as pessoas estão fazendo a cada instante e por onde e quando elas fazem o que fazem” (ERICKSON e SHULTZ, 2002, p. 217) e, ainda, com base no modelo mental dos participantes, conforme entendimento de Dijk (2012).

4. De vossa mercê a você

Vossa mercê, hoje em desuso, foi um tratamento originariamente utilizado para reis. O vocábulo *você* apresenta uma história interessante de alterações fonéticas e semânticas diretamente relacionadas às interações, pois representa a contração daquela locução. Coutinho (1976, p. 255) defende que a possível evolução do tratamento tenha se dado por meio das formas *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você*.

Segundo Faraco (1996), a partir do século XIX, a forma *você* passou a concorrer com a forma *tu* em situações informais, perdendo seu caráter de cortesia. O autor também afirma que a simplificação fonética de *Vossa Mercê*, e o seu uso generalizado como *você*, estavam bastante avançados.

Com relação à segunda pessoa, *você* pode aparecer em tratamento entre pessoas de mesma condição social, para fazer referência à pessoa de condição inferior ou, até mesmo, em uma conotação mais negativa para indicar que a pessoa referida não será tratada por *senhor* – que é considerado um tratamento mais respeitoso. Há ainda a possibilidade do uso de *você* sem referência à pessoa de condição inferior, como frequentemente ocorre na interação aluno-professor nos dias de hoje, pelo menos no Brasil.

Lopes e Duarte (2003, p. 3) comentam a pronominalização de *Vossa Mercê*:

Assim como ocorreu com *a gente* (cf. Lopes 1999, 2003), a gramaticalização, ou mais especificamente, a pronominalização de *Vossa Mercê* > *você* acarretou perdas e ganhos em termos de suas propriedades formais e semânticas por conta da mudança categorial de nome para pronome. Nem todas as propriedades formais nominais foram perdidas, assim como não foram assumidas todas as propriedades intrínsecas aos pronomes pessoais.

A ocorrência da forma *você* nas interações tem sido bastante focada como fator importante na escolha do tratamento com a segunda pessoa. Dias (2007, p.1) afirma que

As formas de tratamento em uma comunidade refletem valores e atendem a interesses de seus integrantes, pois são instrumentos importantes para a caracterização dos relacionamentos e dos contextos sociais onde esses relacionamentos ocorrem. A escolha entre as formas disponíveis para se dirigir

à segunda pessoa é condicionada por fatores sociais e ideológicos e a conformidade do indivíduo em relação às normas de uso reflete sua atitude quanto aos valores sociais do grupo em que está inserido.

Neste trabalho, *você* será considerado como forma de tratamento, em consonância às outras formas de tratamento encontradas na pesquisa (*senhor/senhora, senhores* etc).

5. *Frame e footing*

Bateson (2002, p. 85) define *frame* como enquadre, que contém um conjunto de instruções para que o ouvinte entenda uma mensagem proferida. O termo se relaciona à moldura de um quadro, que direciona o olhar do observador. O objetivo do enquadre é delimitar ou “representar a classe ou conjunto de mensagens ou ações significativas”.

Goffman (2002, p. 107) desenvolve o conceito de *frame* apresentado por Bateson e enuncia que *frame* é o enquadramento (sociocultural) que está relacionado à sinalização do que fazemos ou dizemos, ou como interpretamos o que é dito e feito. O autor afirma que em encontros face a face os participantes estão sempre propondo ou mantendo enquadres, que “organizam o discurso e os orientam com relação à situação interacional”. Portanto, é o que está “acontecendo aqui e agora”.

No Tribunal do Júri existem vários enquadres – *frames*. É a partir deles que o contexto se constitui. Dentro de cada enquadre existe a realização de uma função distinta: o enquadre da acusação é diferente do enquadre da defesa que, por sua vez, se difere do enquadre dos jurados e assim por diante.

Goffman (2002) trata o termo *footing* como alinhamento, ou seja, uma mudança de enquadre. O autor (2002, p. 108) assim o define:

Os *footings* são introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação. Podem sinalizar aspectos pessoais (uma fala afável, sedutora), papéis sociais (um executivo na posição de chefe de setor), bem como intrincados papéis discursivos (o falante enquanto animador de um discurso alheio).

A partir dessa definição, Goffman (2002, p. 113) desconstruiu noções tradicionais de falante e ouvinte, pois trata da complexidade das relações discursivas e revela a necessidade de reconhecimento – por parte do interlocutor – de marcas do discurso e da comunicação não verbal que determina a mudança de *footing*.

6. *Face e polidez*

A noção de face foi elaborada por Goffman e pode ser definida como o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma por meio do alinhamento em um contato particular” (GOFFMAN, 1967, p. 5). Em outras palavras, a imagem pública que o indivíduo constrói e tenta preservar no seu meio social. É um conceito ligado à identidade, ou seja, à construção social do indivíduo.

No Tribunal do Júri, o advogado de defesa (AD) e o promotor de justiça (PJ), principalmente, procuram a preservação da face constantemente. Ao defenderem seus pontos de vista, suas hipóteses e afirmações, expõem-se ao público presente e cada um procura mostrar apenas o que é conveniente para sua atuação. A autoimagem de um é frequentemente ameaçada pelo outro.

Quanto à polidez, para Thomas (1995, p. 150), é tratada como “uma meta do mundo real”, ou seja, é interpretada como um desejo genuíno de ser agradável aos outros, ou como a motivação essencial para o comportamento linguístico do indivíduo.

Ainda segundo a autora (ibid., p. 157), a polidez é um fenômeno pragmático e é interpretada como estratégia, ou séries de estratégias, empregada pelos falantes para alcançar inúmeros objetivos, como promover ou manter a harmonia nas relações. Mencionando os trabalhos de Leech (1983), Thomas (1995, p. 158) considera a polidez como essencial para justificar o motivo pelo qual as pessoas costumam ser tão indiretas no que dizem.

Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 77) afirma que a polidez é “um fenômeno linguisticamente pertinente”. Segundo a autora, “a noção de polidez é entendida em sentido amplo, recobrando todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal.”

7. Você no Tribunal do Júri: estratégia de tratamento

A seguir, temos um excerto da sessão analisada nesta pesquisa. O AD precisa estabelecer algum vínculo com a testemunha (T1) para esclarecer fatos ou revelar estrategicamente alguns acontecimentos importantes para o processo. É notável a variação de estilo do tratamento dado à testemunha:

E1

- 1 AD: **Senhor** Cláudio, em nome da defesa, eu queria cumprimentá-lo e agradecê-lo por
- 2 estar aqui no dia de hoje. Tenha certeza de que, se aconteceu de alguém xingá-lo de
- 3 mentiROSO etc, isso não será feito no dia de hoje. Entretanto, meu dever aqui é
- 4 esclarecer alguns fatos para que possamos julgar de forma correta os acusados.
- 5 AD: ... **Senhor** Cláudio, o **senhor** teve:::(olhando para o processo)) o **senhor** prestou
- 6 depoimento na primeira vez na delegacia...Correto? ((segura o microfone e vira-se para
- 7 T1)) **Cê** prestou depoimento na delegacia?
- 8 T1: Isso.
- 9 AD: **Cê** pode:/ o **senhor** nos disse aqui que: **cê** passou, viu dois carros, a:, andou mais
- 10 um pouco, de repente um carro passou na sua frente e você escutou dois tiros.. um
- 11 tiro..barulho de tiro.
- 12 T1: É, isso.

No trecho acima, o AD inicia sua investigação de modo formal. No decorrer da interação, há variação explícita de estilo para fazer referência à segunda pessoa do singular (neste caso T1). Nas linhas 5 e 6, 9 e 10, há uma variação brusca no tratamento que o AD dispensa a T1. Recorrendo aos aspectos abordados pela variação de estilo, temos exemplificado que a alternância entre a formalidade inicial no tratamento e o modo menos formal adotado posteriormente revelam as intenções de negociação de identidade, propostas discretamente pelo AD.

Há casos em que prevalece a assimetria nas relações entre locutor e interlocutor. Silva (2008, p. 161), fazendo referência ao trabalho de Brown e Gilman (1960), descreve que nesse caso o indivíduo que está em uma posição inferior fará uso da forma *senhor*, enquanto o indivíduo de posição superior utilizará a forma *você*. De acordo com a perspectiva convencional, na relação assimétrica os interagentes não compartilham de direitos e obrigações recíprocos, portanto configura uma relação de autoridade determinada pela posição social que um dos indivíduos detém.

O PJ também apresenta variações no tratamento com as testemunhas. No excerto a seguir, há presença da forma *você* como estratégia de inquirição:

E2

- 1 PJ: ((liga o microfone, colocando-o perto de si, e em seguida vira-se para T3, cruza os
- 2 braços)) É::: Antes desses fatos, **você** conhecia.. os acusados aqui presentes, o: Rafael
- 3 e o Kleber?
- 4 T3: Não, nenhum dos dois.
- 5 PJ: **Você** teria algum motivo para prejudicá-los de alguma forma?
- 6 T3: Não, de forma nenhuma.
- 7 PJ: Pelo que **você** sabe, eles sempre moraram em Goiânia? ((apontando para algo
- 8 externo)).
- 9 T3: Sempre moraram lá e nunca tive contato com eles. /.../

No excerto E2, destaca-se a inquirição acelerada e, conforme podemos observar pelas linhas 5 e 7, essa estratégia tem a função de intimidar a testemunha com fins de obter confissões sem que essa tenha muito tempo para refletir antes das respostas.

Com base nas gravações, notamos que o uso frequente de *você*, em perguntas direcionadas às testemunhas, tem função de enfatizar o que está sendo dito e sinaliza tratamento menos cerimonioso. Por se tratar de um julgamento, houve a necessidade de questionar repetidas vezes os mesmos pontos de discussão a testemunhas distintas e, segundo entrevista com o juiz responsável pela sessão, que será relatada ainda neste capítulo, dar ênfase e direcionamento ao interrogatório constitui estratégia adotada pelos profissionais do direito para sanar quaisquer dúvidas que possam surgir sobre o caso discutido.

8. Reflexões finais

Na sessão do Tribunal do Júri focalizada, predomina o estilo formal de linguagem, já que os participantes do evento procuram preservar as características formais do contexto, mesmo quando na interação apresentam traços de mais informalidade. Para a construção do ambiente formal, destacamos: a organização espacial dos interagentes, as vestimentas específicas utilizadas, os rituais de ações e o uso de linguagem técnica.

A sessão sob análise apresentou vários *frames*, ou enquadramentos socioculturais, que sinalizaram o que foi dito ou feito pelos participantes na interação. As inquirições aceleradas, por exemplo, são *frames* identificados como estratégia de interpelação das testemunhas, por parte dos profissionais do Direito.

No senso comum, a caracterização da formalidade é associada à correção da linguagem, em que deve ser seguida a norma culta da língua para que o “estilo formal” seja estabelecido. Conforme discutido nas análises, trata-se de equívoco, pois não há necessidade de se conhecer bem as regras gramaticais para manter a formalidade no discurso. O nível de instrução elevado confere ao falante maior conhecimento da língua e adaptação à linguagem exigida por algum contexto, porém, se o falante não o possui, ele busca outros recursos para atuar em interações formais. A seleção da forma de tratamento do interlocutor, por exemplo, constitui um desses recursos, conforme foi possível observar na fala de algumas testemunhas.

Observamos nas análises realizadas que as ações ocorridas na sessão do Tribunal do Júri em foco variavam em um contínuo de um estilo mais ou menos alinhado a um quadro de formalidade. Diante do exposto, a alternância nas formas de tratamento – principalmente entre *senhor/senhora* e *você/cê* – não denota marcas de informalidade no discurso, e sim variação estilística de tratamento mais cerimonioso para um tratamento menos cerimonioso, com fins estratégicos.

Referências Bibliográficas

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. Ed., São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2001.

ANDRADE, Queiroz Carolina. *Tu e mais quantos? – A segunda pessoa na fala brasiliense*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960, p.252-76.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COUPLAND, Nikolas. Style Language Variation and Identity. Key Topics. In *Sociolinguistics*. New York: Cambridge University Press, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DIAS, Edilene Patrícia. *O uso do tu no português brasiliense falado*. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2007.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

ERICKSON, Frederick; SHULTZ, Jeffrey. “O quando” de um contexto. In RIBEIRO, Branca Telles e GARCEZ, Pedro (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002, p.215-234.

FARACO, C. A. O tratamento *você* em português – uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba, n. 13, p. 51-82. Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 1996.

GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behaviour*. London: Penguin Books, 1967.

_____. Footing. In RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUMPERZ, John J. *Discourse strategies*. Cambridge: CUP, 1982.

ILARI, Rodolfo et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASILIO, Margarida (orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, v. IV, p. 79-166.

IRVINE, Judith T. *Formality and Informality in Communicative Events*. Brandeis University, 1978.

_____. Formality and Informality in speech events. In: *Sociolinguistic working paper*. n.52, Austin Texas, Southwest Development Laboratory, 1984.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LEFEBVRE, Claire. As noções de estilo. In BAGNO, Marcos (org.) *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A cronologia do *Voceamento* no português brasileiro: expansão de *você*-sujeito e retenção do clítico-*te*. *Linguística*. Vol. 25, junho 2011, p.30-65. ISSN 1132-0214.

_____; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In BRANDÃO, Silvia Figueiredo; MOTA, Maria Antônia (org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. I ed. Rio de Janeiro, 2003.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul*. 260f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OCHS, Elinor. Planned and unplanned discourse. In *Syntax and semantics discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979, vol 12.

PRETI, Dino. *O discurso oral culto*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

SANDIG, Barbara; SELTING, Margret. Estilos del discurso. In DIJK, T. A. van. (org.) *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa, 1997, p. 207-231.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. In PRETI, Dino (org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.

THOMAS, Jenny. *Meaning in interaction: an introduction to pragmatics*. London and New York: Longman, 1995.

ORALIDADE NA LÍNGUA ESCRITA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO TEXTUAL: SITUAÇÕES DE USO DO PRONOME PESSOAL DE TRATAMENTO *VOCÊ*

Márcia de Souza LUZ-FREITAS (UNIFEI)¹⁰³³

Resumo: Aborda-se o emprego do pronome de tratamento *você*, em artigo de opinião, como estratégia discursiva. Esse emprego diferencia-se dos habituais processos de interlocução e referenciação. Objetiva-se analisar a ocorrência de estratégia discursiva de personalização em enunciado aparentemente impessoal. A fundamentação teórica assenta-se no sociointeracionismo, reunindo também estudos sobre gramaticalização. Constitui o *corpus* um artigo publicado em jornal de larga projeção no cenário brasileiro. Atendendo ao propósito discursivo, o autor usa marcas da oralidade que evidenciam sua posição quanto ao suposto interlocutor, que não é propriamente o leitor. Assim, aspectos gramaticais e semânticos contribuem para a dimensão discursiva da produção textual.

Palavras-chave: Produção textual. Artigo de opinião. Estratégia discursiva. Gramaticalização. Pronome de tratamento *você*.

1. Introdução

Este artigo resulta da sistematização de um trabalho de análise de produção textual escrita, área na qual vimos desenvolvendo nossas pesquisas. A produção textual escrita, em uma perspectiva sociointerativa conforme se vem concebendo-a atualmente, concretiza-se, como produto de um ato discursivo que compreende as relações entre autor e leitor na construção de sentidos.

O estudo ora apresentado teve como ponto de partida a análise de uma produção textual específica que motivou a busca de teorias que pudessem explicitar o *modus operandi* da estratégia discursiva utilizada por seu autor. Desse modo, em um caminho diferente do habitual em pesquisas científicas, seguimos um percurso que parte do texto a ser analisado (*corpus*) para a teorização e retorna a esse *corpus*.

Se, por um lado, esse caminho se faz por uma rota diferenciada, por outro lado, consideramos que ele se delinea similarmente à compreensão textual, em que há um olhar inicial ao objeto de leitura, de modo sincrético, seguido de um momento de análise no qual o leitor mobiliza, na construção de sentidos, uma série de conhecimentos transtextuais, para, logo após, retomá-lo, já apreendido e por ele superado em sua reconstrução crítica. Entendemos por conhecimentos transtextuais, o conjunto de conhecimentos textuais, cotextuais, contextuais, inter, para, meta e hipertextuais, ativado quando da compreensão de um texto (LUZ-FREITAS, 2011).

O que nos despertou a atenção foi, particularmente, o uso do pronome de tratamento *você*, em situação sociocomunicativa característica da oralidade, como parte da estratégia discursiva para persuasão do interlocutor. Assim, o objetivo deste estudo é abordar a ocorrência do fenômeno da oralidade na língua escrita como estratégia discursiva de personalização em enunciado aparentemente impessoal, dada a característica peculiar de interlocução instaurada no texto analisado.

¹⁰³³ Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcialf@unifei.edu.br

Para a discussão, que se faz no campo da interação sociodiscursiva, apoiamo-nos, a princípio, nas condições de funcionamento da linguagem que permitiram a escolha lexical do pronome de tratamento *você*. Grande parte dos estudos sobre esse pronome incide sobre suas transformações mórficas. Estudos sobre referenciação também exploram a presença desse pronome. Considerando a análise em questão, estabelecemos, como pressuposto, que, para além das implicações mórficas e dos processos de referenciação, o pronome *você*, no português falado¹⁰³⁴, é marca discursiva conversacional de forte apelo dialógico. Esse caráter de marca conversacional aproxima o fenômeno observado não só dos estudos sobre marcas da oralidade na língua escrita, mas também de um fenômeno de novo uso sintático. Assim, percebemos a necessidade de nos valer também do campo teórico da Gramaticalização, que proporcionaria melhor análise do fato linguístico em questão.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, apresentamos a produção textual escrita, caracterizando o gênero textual em questão. Na segunda, discorremos sobre a análise desenvolvida fundamentando-a nas teorias que norteiam a discussão. A terceira seção retoma o *corpus* para enfatizar o efeito da estratégia de produção utilizada.

2. “Quando se perde a alma”...

A produção textual que nos serve de *corpus* é um artigo de opinião publicado na Folha de São Paulo, em 20 de fevereiro de 2004, de autoria de Clóvis Rossi, intitulado *Quando se perde a alma*, reproduzido a seguir (Quadro 1). Trata-se de um gênero textual de tipologia argumentativa em que o articulista defende seu ponto de vista acerca de uma questão controversa e, segundo Bräkling (2000), busca convencer o interlocutor por meio de uma operação constante de sustentação da ideia e de apresentação de dados, fatos e evidências que lhe deem consistência.

Segundo Barbisan *et al*, o artigo de opinião “caracteriza-se pela prevalência do modo argumentativo de organização do discurso e pelo caráter formal, (...) o que significa que as marcas do sujeito da enunciação se equilibram entre as modalidades delocutiva e elocutiva, com predomínio da primeira”. A predominância da terceira pessoa é a marca da modalidade delocutiva, “significando que o locutor não só se coloca como testemunha da maneira pela qual os discursos do mundo se impõem a ele, como também não implica o interlocutor” (BARBISAN *et al*, 2010, p. 193).

Nesse artigo, o autor faz uso do pronome de tratamento *você*. É importante ressaltar que geralmente o leitor não espera a ocorrência desse vocábulo em artigos de opinião, embora Boff. Köche e Marinello (2009, p.4) afirmem que:

na produção do artigo, o autor pode optar por uma linguagem comum ou cuidada. A primeira emprega um conjunto de palavras, expressões e construções mais usuais, com uma sintaxe acessível ao leitor comum. A segunda vale-se de um vocabulário mais preciso e raro, com uma sintaxe mais elaborada que a comum. A escolha por um dos níveis depende do público a que se destina o texto.

Por comparação com outras situações sociocomunicativas, identificamos esse uso como característico da oralidade ou “de interação mais espontânea” (AZEREDO, 2008, p.225) Assim, podemos confirmá-lo como parte da estratégia discursiva criada pelo autor para persuasão do interlocutor.

¹⁰³⁴ Considera-se o Português do Brasil (PB).

Quadro 1 – Produção textual escrita analisada (artigo de opinião)

Folha de São Paulo

São Paulo, sexta-feira, 20 de fevereiro de 2004

Clóvis Rossi

Quando se perde a alma

PARIS - Quando você chama Orestes Quécia de ladrão de carrinho de pipoca e depois pede e recebe o apoio dele; quando você passa a vida chamando Paulo Salim Maluf de tudo quanto é nome e depois incorpora o partido dele à sua base de apoio no Congresso; quando você inferniza o governo José Sarney e toda a herança dele, inclusive a candidatura de sua filha à Presidência, e depois o transforma em um sábio conselheiro de seu governo; quando você diz o diabo de Antonio Carlos Magalhães e depois aceita o apoio dele.

Quando você ataca feroz e vigorosamente a política econômica do seu antecessor e depois pratica política idêntica; quando você sataniza toda a sua vida o Fundo Monetário Internacional e depois aplica condições (não pedidas) ainda mais draconianas para o acordo com o ex-Satã; quando você passa a vida ensinando os outros quais são as políticas sociais certas e depois não consegue fazer a política social certa, a ponto de ter que demitir, em apenas um ano, dois dos responsáveis por elas.

Quando você se alia aos antigos inimigos e expulsa antigos companheiros cujo único crime foi o de continuar defendendo o que você defendia até a véspera; quando você faz campanha eleitoral prometendo mudanças e inicia o discurso de posse com uma única palavra (exatamente "mudança") e depois muda muito pouco ou nada.

Quando você faz tudo isso, você rifou seus princípios, vendeu a sua história e tornou-se um ser amorfo, sem alma, sem projeto, a não ser o projeto de permanecer no poder. Enterra o orgulho pela história já vivida porque não pode permitir que investiguem a sua nova história. Nem você mesmo sabe se existe ou não "conduta irregular" de um funcionário seu, como admite agora até o seu líder no Senado, Aloizio Mercadante.

Enfim, tem de jogar o jogo como quase todos jogaram antes de você. E fracassaram. Temo que seja tarde para voltar atrás e re-reescrever a história e que um filme velho e triste está sendo reencenado com novo elenco. Novo?

Fonte: Folha de São Paulo

3. Quando se encontra o sentido...

Na perspectiva sociointerativa, o texto deixa de ser visto como produto estático resultante do ato de fala/escrita de um emissor (o autor) e passa a ser considerado um evento comunicativo no qual convergem ações tanto linguísticas quanto sociais e cognitivas (BEAUGRANDE, 1997). É, portanto, produto de um ato discursivo, que se dá na interação entre locutor e interlocutor.

A verdadeira substância da língua, segundo Bakhtin (2004), reside no fenômeno social da interação verbal: a enunciação. São nas manifestações verbais, pela delimitação de um espaço próprio, pela eleição de uma voz social, pela apropriação e pela mobilização do discurso alheio, pela polifonia e pelo dialogismo, que os sujeitos vão constituindo seus discursos.

As estruturas oracionais (Quadro 2) com as quais o autor elabora grande parte de seu enunciado são repetitivas, por meio de paralelismo sintático, e se constituem pela exploração de um enunciado em que subjetividade e não-subjetividade se confundem no plano sintático,

porém se distinguem claramente no plano pragmático. O pronome constitui um sintagma nominal que, aparentemente, preencheria a posição sujeito na estrutura oracional. É preciso dizer também que não há, a não ser no penúltimo parágrafo, uma oração principal da qual todas essas estruturas oracionais introduzidas pelo conectivo *quando* operariam como satélites.

Quadro 2 – Estrutura oracional

[Conectivo + pronome + verbo + ...]; ou .
--

Fonte: Luz-Freitas, M. S. (para este artigo)

Neves (2000, p. 457) descreve que o eixo subjetivo da enunciação “abriga as pessoas implicadas na interação verbal, isto é, as pessoas que têm papel discursivo, e que são o locutor (a primeira pessoa) e o alocutário ou receptor (a segunda pessoa)”. Já o eixo não-subjetivo “abriga as pessoas ou coisas não implicadas na interação verbal”, “as entidades a que se faz referência na fala (a terceira pessoa, também chamada de não-pessoa).

Ainda, em continuidade a esse apontamento, Neves (2000, p. 458) exemplifica a oposição básica entre determinação e não-determinação existente no eixo da terceira pessoa:

- uma terceira pessoa determinada, como em
Amanhã mesmo, eu partirei com ele para São Paulo.
- e
- uma terceira pessoa indeterminada, como em
Fala-se em grande lucro, mas o que existe são despesas e mais despesas, impostos e mais impostos.

Para Menon (2006, p. 129), a indeterminação do sujeito

concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de ‘referente extralinguístico’. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Nesse sentido, o referente pode ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de escamotear o sujeito extralinguístico por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação.

Reportamo-nos, a princípio, à presença da oralidade em textos escritos por entendermos manifestada, no gênero textual sobre o qual recai a análise empreendida, uma característica observada em situações sociocomunicativas orais, geralmente, na interação face a face. O pronome *você*, na fala de nativos brasileiros de grande parte da extensão territorial, é utilizado para referir-se à segunda pessoa (eixo subjetivo da enunciação), em um processo de natureza fórica, mais especificamente de dêixis (KOCH, 2007). No entanto, é evidente, na construção de sentidos do texto em análise, que o articulista não o emprega apenas como um dêitico.

Seu uso faz-se como “referenciação genérica” (NEVES, 2000, p. 463), tendendo ao eixo não-subjetivo. Pela observação de situações de uso desse pronome, como referência genérica, em substituição ao que a Gramática Normativa apresenta como processo de indeterminação do sujeito (verbo na terceira pessoa do singular seguindo do pronome oblíquo *se*), é possível afirmar que há um processo de gramaticalização do vocábulo, por meio de recategorização, decorrente dos mecanismos interacionais da língua falada.

Para Neves (2002, p. 173), a gramática de uma língua “se molda por acomodação, sob pressão de ordem comunicativa, isto é, sob pressão discursiva”. Traugott e Heine (1991) afirmam que o processo de gramaticalização ocorre devido a necessidades de comunicação não

satisfeitas pelas formas existentes no sistema linguístico e à existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas.

É possível postular que *você* por se tratar de um pronome já é uma palavra gramatical e que seu uso para indeterminação do sujeito é tão somente uma decorrência do processo de gramaticalização da forma pronominal de segunda pessoa. Entretanto apontamos para o fato de que *você*, oriundo da forma de tratamento *Vossa Mercê*, empregado no lugar de tu, ainda mantém, mesmo com a redução fonética, a possibilidade de flexão de número. Esse novo uso, na função de índice de indeterminação do sujeito, não tem demonstrado, nas situações comunicativas em que ocorre, aceitar tal possibilidade. Ademais, o próprio texto em análise, ao apresentar uma distinção de forma entre a estrutura do título (com emprego do pronome *se*) e a estrutura das orações satélites que o compõem, reforça a percepção de que as estruturas, do ponto de vista sintático, são similares.

Verificamos, assim, o princípio cognitivo da exploração de formas já existentes para novas funções. Conforme Heine et al (1991, p. 150), “entidades claramente delineadas e/ou claramente estruturadas são recrutadas para conceitualizar entidades menos claramente delineadas ou estruturadas”.

Podemos registrar que o uso de *você* como marca de indeterminação do sujeito segue o princípio da unidirecionalidade ao se revelar um item [- gramatical] que passa a [+ gramatical], por mudar de uma categoria cognitiva mais próxima do indivíduo [+ concreta] para uma categoria cognitiva mais distante do indivíduo [- concreta] (GONÇALVES *et al*, 2007, p. 40). Assim, em outras palavras, constatamos que, dentro da função sintática *sujeito*, a classificação *sujeito indeterminado* é + gramatical que a classificação *sujeito simples*.

Ressaltamos ainda o aspecto da acomodação pancrônica de novas unidades linguísticas de acordo com a rigidez/flexibilidade das unidades (NEVES, 2000). Abordamos a acomodação pancrônica porque é evidente que essa função do pronome *você* para indeterminar o sujeito coexiste com os usos anteriores, que não desaparecerão. Na construção de sentidos, os usuários da língua se veem na necessidade de ativação de habilidades cognitivas para o processamento mental dessas várias possibilidades funcionais.

Seria uma atitude simplista, no entanto, limitarmo-nos a essa constatação. Trazer esse pronome para as estruturas oracionais que compõem o texto, ou seja, fazer uso desse processo de gramaticalização, é uma estratégia utilizada pelo autor para construir sua argumentação.

4. Quando se muda o discurso...

Segundo a Teoria Semiinguística do Discurso (Charaudeau, 1983, *apud* Barbisan et al, 2010, p. 172), o significado textual deve ser analisado “em função do projeto de influência e da ação persuasiva do sujeito enunciador sobre o sujeito receptor/destinatário em determinado contexto e em situação interativa”. O sentido delinea-se por meio do processamento e da interpretação de informações, que são transformados em conhecimento. Nesse processamento, relacionam-se o significado dos termos e as funções estabelecidas entre eles. Opções lexicais, formas de expressão, argumentação, constituem estratégias específicas do discurso.

Ao falar sobre mecanismos gramaticais de indeterminação do sujeito, Azeredo (2008, p.225) diz que:

Orações de sujeito indeterminado são empregadas por motivos cognitivos ou discursivos variados, e a língua oferece a seus usuários diferentes meios para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a quem o sujeito da oração se refere. A razão cognitiva óbvia é o desconhecimento da identidade do ser de que se fala. As razões discursivas, por sua vez, são variadas: a conveniência ou oportunidade da omissão da

identidade do sujeito é uma delas, o registro de linguagem empregado ou o gênero de texto produzido é outra.

Constatamos que o propósito discursivo do articulista é construído por meio da incorporação de um jeito de dizer que é, de fato, a voz do outro, marcada na progressão textual pela inclusão de uma marca da oralidade manifestada pelo uso do pronome *você* em substituição à estrutura formal abonada pela Gramática Normativa.

A estratégia discursiva de personalizar um enunciado aparentemente impessoal vale-se de um jogo linguístico em que o “tu” da interlocução direta (leitor da Folha de São Paulo) não coincide com o “tu” manifesto na suposta interlocução criada nas frases que estruturam o enunciado. Toda a ativação é não-ancorada, com endereço cognitivo situado na memória do interlocutor (leitor). O pronome *você* do *corpus* remete ao assunto (interlocução indireta: o objeto da acusação). Há, portanto um eixo não-subjetivo de enunciação: uma segunda pessoa que equivale à terceira pessoa.

Sob o ponto de vista semântico, não há como falar em referência genérica, pois o leitor consegue atribuir significação a esse dêitico. É um saber partilhado por locutor e alocutário. Esse saber partilhado, de acordo com o nível de conhecimentos transtextuais pode se amplificar, ao haver a construção desse referente, do dizer desse referente e das opções lexicais e sintáticas que caracterizam o jeito de dizer desse referente. Sob o ponto de vista pragmático, é como dizer o não dito.

Assumimos, dessa forma, em acórdância com Benveniste (1989, p. 63), que a descrição de enunciados por si só não chega a configurar o discurso. O discurso é a língua assumida pelo homem que fala. “Somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens”. O discurso é, portanto, um ato social, que prenuncia uma interação. Um ato de linguagem não pode ter como foco apenas a produção textual enquanto produto locutor, mas a interação entre locutor e alocutário, ou seja, o processo que dá a oportunidade de atribuição de significações a esse ato de linguagem. (LUZ-FREITAS, 2010).

5. Conclusão

Diferentemente de outros gêneros textuais marcados pela presença do oral, a expectativa em relação ao gênero textual “artigo de opinião” é que este se construa em conformidade com a denominada norma culta da língua na modalidade escrita. Entretanto, para atender ao propósito discursivo, o autor do texto usa marcas da oralidade somadas ao conteúdo explorado de modo a evidenciar, pela interação sociodiscursiva, sua intenção de negar a competência de um suposto interlocutor que, ressalta-se, não é o interlocutor esperado como leitor.

A opção por determinada construção sintática que se faz pelo uso do pronome de tratamento *você* (sintagma nominal) recategorizado como índice de indeterminação do sujeito é entendida nesse estudo como um processo de gramaticalização. A forma, após passar por esse processo, torna-se + gramatical, porém continua com vestígios de seu significado original (tanto que é possível identificar seu referente) e particularidades de sua trajetória histórica podem ser perceptíveis nessa nova distribuição gramatical.

Assim, podemos afirmar que aspectos morfossintáticos e semânticos resultantes das relações do *continuum* estabelecido entre língua falada e língua escrita contribuem para a dimensão discursiva de determinadas práticas sociais de linguagem.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo:

Publifolha, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia de linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBISAN, Leci Borges *et al.* Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros. *Linguística de texto e análise da conversação: panoramas da pesquisa no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 171-224.

BEAUGRANDE, Robert de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse*. Norwood: Ablex, 1997.

BENVENISTE, Èmile. *Problemas de Linguística Geral II*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.

BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). *A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 15-66.

HEINE, Bernd et al. From cognition to Grammar. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to Grammaticalization*. v.1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing company, 1991. p. 149-188.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LUZ-FREITAS, Márcia de Souza. Interlocação em espaços virtuais. In: *Anais do XIV Congresso de Filologia e Linguística*. Rio de Janeiro: Cifefil/UERJ, 2010.

LUZ-FREITAS, Márcia de Souza. As transformações linguísticas instauradas pela escrita digital: estudo historiográfico do fenômeno da transtextualidade no ciberespaço. Actas Del XVI Congreso Internacional de La ALFAL. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, jun 2011.

MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino. *Variação, mudança e contato linguístico no Português da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2006. p. 125-167.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to Gramaticalization*. v.1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing company, 1991.

UMA PROPOSTA FUNCIONALISTA PARA OS OBJETOS IMPLÍCITOS NO PORTUGUES FALADO EM GOIÁS

Elisandra FILETTI (UFG)¹⁰³⁵

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir os usos de objetos implícitos no português falado em Goiás sob o arcabouço da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997) e da Gramática Discursivo Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), a partir de dados coletados para o projeto *Português Goiano Falado*, da Universidade Federal de Goiás/UFG. Pretendo discutir como os apagamentos de objeto se realizam num contexto mais amplo que o de estruturas frasais, entendendo como falante/ouvinte constroem o sentido de tais categorias, considerando-se, as retomadas referenciais, os encadeamentos de sentido que permitem a recuperação e interpretação de objetos implícitos no português goiano.

Palavras-chave: objetos implícitos, transitividade verbal, gramática funcional

1. Introdução

Este artigo pretende discutir alguns aspectos relativos ao fenômeno de apagamento de objetos implícitos no português falado em Goiás. Assim, discutir-se-á a natureza de alguns usos do apagamento de objeto, na modalidade goiana, a partir da ideia de que a língua é um sistema dinâmico, mediante o uso que os falantes fazem de uma língua natural para se comunicarem a respeito do mundo externo, bem como aquele criado pela linguagem.

Os dados apresentados neste artigo são parte da pesquisa de doutorado, desenvolvida por mim e filiada ao Grupo de Estudos Funcionalistas (GEF). O projeto “O português contemporâneo falado em Goiás - Fala goiana” (FL/UFG) tem por objetivo investigar fenômenos inerentes ao português do Brasil, com ênfase na língua falada em Goiás. O *corpus* é composto de trechos de falas de homens e mulheres com até sete anos de escolaridade (18-65 anos), constituído de oito inquéritos: quatro referentes à cidade de Goiás e referentes à Goiânia. Global, 2003.

2. Contextualizando o trabalho

Todo o trabalho de pesquisa fundamenta-se na perspectiva teórica funcionalista, de origem holandesa, desenvolvida por Simon Dik ([1989] 1997a; 1997b) e pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008). Uma abordagem de natureza funcionalista ancora-se em princípios que entendem a língua como um sistema de uso, dinâmico e, conforme Dik (1989), estruturado por camadas que se articulam em torno dos usos que os falantes fazem da língua, de modo a expressarem diversos propósitos interacionais. Nesse sentido, os usos linguísticos apresentam-se por meio de funções, por meio da fluidez das categorias linguísticas, dos papéis semânticos, dos modos como os falantes conceptualizam o mundo e a linguagem, entre tantos outros fenômenos e processos que constituem a gramática.

Neves (1997:16) enfatiza que

¹⁰³⁵ Professora Assistente de Língua Portuguesa no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE/UFG). Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás – Nível: Doutorado. E-mail: efiletti.moura@gmail.com

a expressão linguística não pode ser analisada autonomamente sem a consideração de que ela é função, de um lado, da intenção e da informação pragmática do falante, e, de outro, da informação pragmática do destinatário, bem como de sua conjectura sobre qual tenha sido a intenção comunicativa do falante. Quando o falante diz algo, ele tem uma intenção comunicativa, **um plano mental** (grifo meu) relativo a alguma modificação na informação pragmática do destinatário, e isso vai determinar escolhas na formulação linguística: a formulação tem de ser capaz de provocar no destinatário o desejo de modificação da informação pragmática tal como a pretendeu o falante, e este, por sua vez, tem de ter sido capaz de antecipar a interpretação que sua formulação poderia obter daquele destinatário, naquele determinado estado de informação pragmática.

A interação dos falantes pressupõe um jogo entre informações partilhadas e informações novas que são apresentadas no discurso pelos falantes assim como sofrem inclusões, reformulações no nível gramatical de forma que as expressões linguísticas evidenciem não somente o conteúdo, mas a configuração que os falantes querem atribuir às suas expressões. E todas essas modulações envolvem a mobilização dos diversos níveis linguísticos e, sobretudo, convergem para o uso contextualizado do discurso. Do ponto de vista do sistema linguístico, a interface dos níveis gramaticais, da sintaxe ao discurso, ilustra o movimento do próprio sistema linguístico e do sistema cognitivo que conjuntamente permitem a expressão do homem.

O modelo de *uso de língua natural* (MULN) formulado por Dik (1989: p.1) envolve funções hierarquicamente dispostas e demonstra a interrelação das capacidades cognitivas e linguísticas mobilizadas pelo falante na interação comunicativa. E é essa integração que permite a um falante

- a) produzir e compreender uma infinidade de expressões gramaticais originadas também de diversas situações de fala;
- b) construir e explorar o conhecimento do qual derivam-se as expressões linguísticas;
- c) organizar partes do conhecimento, necessários à interpretação linguística;
- d) apreender o ambiente que envolve o uso linguístico e representar essa complexidade na língua;
- e) entender o papel social da linguagem que ampara a representação individual numa situação comunicativa.

Todas essas capacidades são inteiramente dependentes umas das outras e promovem o funcionamento da interação falante-ouvinte. Nesse sentido, uma teoria gramatical, funcional da linguagem deve tomar como sustentáculo as capacidades sociocognitivas envolvidas na interação, de modo a delimitar não seu objeto de pesquisa – a língua em uso, mas também a abordagem teórico-metodológica utilizada.

A relação interativa dos falantes é mediada pela seleção de formas gramaticais, textuais e discursivas que lhes permitem organizar o sistema linguístico, a favor de seus propósitos comunicativos, modulando-o, criando novas formas e expressões ou atribuindo novos usos àquelas formas já existentes. Assim, o sistema gramatical de uma língua torna-se dinâmico, fluido e criativo, já que todo o sistema se movimenta em torno da produção de sentido mais adequada à intenção comunicativa do falante num dado momento.

Dik (1989) enfatiza que o paradigma funcional da teoria proposta por ele só pode ser entendido mediante a aceitação de que o componente pragmático é responsável por desencadear o fluxo linguístico e que a integração dos componentes sintático, semântico e pragmático estabelece não somente uma perspectiva de análise linguística contextualizada mas, sobretudo, representa um arcabouço filosófico acerca da natureza da linguagem, segundo o qual o homem

é constituído pela linguagem e, assim sendo, constrói-se socialmente motivado pelo uso que faz dela.

3. A gramática funcional de Dik

A teoria da FG apresenta uma perspectiva de análise *bottom up*, segundo a qual parte-se da análise oracional para se compreender o ato discursivo. No entanto, o interesse da GF não se concentra nos aspectos constitutivos da oração apenas, mas sim a correlação entre a formação sentencial e a elaboração discursiva, textual (Halliday, 1985;1989). Sendo assim, o ato linguístico é entendido como uma correlação entre forma e função. Além disso, juntamente à constituição oracional, estão envolvidas propriedades semânticas das orações que compreendem as regras de expressão que organizam o sistema gramatical das línguas, em geral. O sistema gramatical é estruturado por regras subjacentes que desencadeiam regras de expressão até que os constituintes gramaticais se organizem na superfície gramatical em forma de orações. Propõe-se então que as orações sejam constituídas em camadas:

(2) Oração “atos de fala”

Proposição	“fato possível”
Predicação	“estados de coisas”
Predicado	“propriedade/relação”
Aplicado a termos	“entidade/entidades”

Segundo Dik, a construção da estrutura subjacente de uma oração envolve a presença de um predicado composto por um número de termos, assim como pela designação de propriedades ou relações, e os termos, por sua vez, representam entidades do mundo. Trata-se de uma representação abstrata de um *estado de coisas*¹⁰³⁶ que é transposto a formas linguísticas. Assim, numa oração como *O Brasil sediará a Rio +20*, é prevista uma predicação básica, constituída por um *estado de coisas* (SoA), segundo o qual ocorrerá uma conferência mundial que tratará de assuntos relativos à preservação do planeta Terra (um dos estados de coisas possíveis). A estrutura oracional, por sua vez, é composta de termos que sustentam papéis semânticos e sintáticos. Assim, a oração formulada envolve termos que desempenham funções sintáticas e semânticas como *sujeito e meta*, por exemplo, relativas ao SN [*O Brasil*].

Para a Gramática Funcional de Dik, a organização linguística é formada por uma complexa rede de estruturas, cujos elementos operam em diferentes camadas. Esse mecanismo é fundamental para entendermos a riqueza do sistema linguístico e da transitividade verbal, pois o fato de um sintagma, uma construção atuar em camadas distintas fortalece a hipótese de que processos como a transitividade não se centram apenas na relação verbo-argumento, mas interfere em todo o processo gramatical. E essa é uma das hipóteses a serem verificadas neste trabalho.

Segundo Dik (1989: 51), há forças que atuam em pontos específicos da gramática motivados por escolhas que o falante faz e que dão início à produção de determinados fenômenos gramaticais. Desde esse modelo, o autor já previa a co-ocorrência de *dependências*, em termos de Dik, *bottom up* e *top down* atuando na gramática e determinando a formação de predicados. É importante salientar esse ponto, pois, anos depois, Hengeveld e Mackenzie propõem a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (2008), cuja perspectiva de análise parte de estruturas maiores como o ato de fala, privilegiando um ponto de vista *top down* de organização da gramática.

O fato de Dik estabelecer uma teoria que parte da sentença como objeto de análise não significa que sua teoria não tivesse uma perspectiva discursiva, contextual da linguagem. A

¹⁰³⁶ **Estado de coisas** é um conceito que identifica a relação entre a representação que o homem faz dos objetos e eventos do mundo exterior mediante o uso da linguagem.

própria organização do sistema em camadas já ilustra como o autor percebia os fatos de linguagem e a interação dos falantes. Nesse sentido, a arquitetura da Gramática Funcional de Dik apresenta-se organizada em camadas, dispostos em níveis hierárquicos, estabelecidos por ordem de complexidade. Entretanto, segundo Dik, essa disposição em camadas, de níveis mais baixos aos mais altos, não representa necessariamente o modo como os falantes articulam a linguagem, mas trata-se de um constructo teórico adequado ao momento em que a teoria se encontrava e que melhor possibilitava descrever e analisar como as formas linguísticas são formuladas pelos falantes.

As bases da GF constituem o aporte significativo da pesquisa que ora se propõe neste espaço. Uma proposta de análise linguística que envolva as diversas camadas constituintes da gramática (fonológica, morfossintática, semântica, pragmática) deve entender que as expressões linguísticas estão submetidas a intervenção dos falantes e mediam seus propósitos comunicativos. Minha pesquisa de doutorado refere-se a uma investigação maior a respeito dos usos dos objetos implícitos no português brasileiro e, que, neste artigo, são apresentados dados referentes aos usos desses objetos no português goiano. Essa modalidade do português, até então pouco estudada, servirá de ponto de partida e comparação com as demais ocorrências do português brasileiro.

É importante ressaltar que essa pesquisa busca compreender as motivações pragmáticas que desencadeiam o uso de objetos implícitos, assim como, pretende-se, paralelamente, propor uma discussão teórico-metodológica acerca do papel da transitividade no âmbito da gramática das línguas naturais.

Compreender como as ocorrências de objetos implícitos são motivados discursivamente, assim como os graus de transitividade envolvidos no nível pragmático-discursivo, é uma questão que emoldurará a pesquisa a que me proponho, observando, assim, que processos são oriundos do sistema linguístico e quais estratégias comunicativas interferem na transitividade verbal e no sistema de objetos do Português do Brasil.

4. Objetos implícitos no português falado em Goiás

A perspectiva de enfoque deste trabalho fundamenta-se na ideia de que a transitividade, como um fenômeno geral da gramática que incide sobre diversos níveis e ocorrências gramaticais, existe como uma força motriz cuja origem é pragmática, ou seja, depende da intencionalidade dos sujeitos envolvidos para atuar nos diversos níveis gramaticais. Assim a tradicional compreensão de que a transitividade é um fenômeno puramente sintático é posta em questão.

Nesse artigo, entendemos, assim como preconizaram Hopper e Thompson (1980) que a transitividade é uma propriedade da oração e não do verbo. Pensando no fluxo comunicativo, penso que seja algo mais: uma propriedade pragmático-discursiva. Alguns estudos de gramática funcional têm apontado uma nova perspectiva de natureza pragmática como motivação das manifestações de implicação de objeto (Velasco e Portero Muñoz (2003), Hopper e Thompson (2001), entre outros). Essa abordagem diferenciada dos objetos implícitos parece estender o foco não somente sobre o locutor, como sujeito iniciador do processo comunicativo, mas também ao interlocutor, pensando nos processos de recepção e compreensão de categorias implícitas. Entretanto, essa discussão necessita de um maior espaço para discussão, o que não é possível estabelecer neste momento.

Apresentarei a seguir algumas das ocorrências percebidas no corpus de fala goiana que têm suscitado algumas reflexões sobre a implicação de objetos no português.

4.1. A fala goiana

Selecionei alguns trechos dos inquéritos do projeto fala goiana para refletir sobre como os objetos implícitos se comportam.

(1) a única coisa que ela me **perguntou** ____... ela falô assim.. “e cadê a minha tesoura”
OD (Fala Goiana - Inq. F/F/36)

No exemplo 1, observa-se que o verbo perguntar, tradicionalmente classificado como um verbo transitivo direto surge no trecho com um objeto sintaticamente omitido, se a análise ficar restrita ao nível da primeira oração. A interpretação dessa omissão de objeto poderia ser entendida como uma categoria nula que não foi mencionada naquele ambiente sintático e que pode ser interpretada pelo interlocutor como “algo que foi perguntado”, sendo, portanto, um objeto nulo de natureza indefinida. No entanto, a análise aqui proposta considera os ambientes linguísticos tanto anteriores quanto posteriores àquela ocorrência.

No início do primeiro relato, a participante da pesquisa revela que havia um interesse sobre um objeto, uma tesoura que pertencia à sua mãe, e que também era de interesse da filha. O fato é que a tesoura tinha sido pega sem conhecimento da mãe, o que desencadeou o relatado da participante.

A relação entre verbos de fala, como **perguntou** e **falou**, estabelece a sequência necessária para que um terceiro participante compreenda que objeto foi omitido do discurso. Nessa sequência narrativa, a relação entre perguntar e falar indica que o fluxo comunicativo constitui um discurso relatado e que está prestes a revelar o discurso direto da mãe: “e cadê minha tesoura?”. Pode-se depreender que na sequência de eventos, com a omissão do objeto verbal de **perguntar**, a recuperação do sentido desse objeto é possível somente porque a entrevistada utilizou a estratégia de citação direta, representada pela fala da mãe. É essa porção discursiva que permite a algum leitor do relato perceber de que objeto falavam as envolvidas na situação e relacionar todo o evento ao sumiço de uma tesoura.

Num outro trecho do fala goiana, a implicitação do objeto decorre de uma estratégia de economia linguística, uma vez que a sequência de objetos relacionada pela entrevistada não era necessária mais. Em termos de recuperação do sentido desses objetos, existe uma relação anafórica envolvida. Veja o exemplo (2):

(2) porque eu falei que queria i sem... sem a:: sacolinha... porque eu num tinha pasta... aí colocava os meu material... era um::... lápis... uma borracha e:: um:: livro e um caderno que eles dava lá na escola (situação)... i falei que ia **levá**____... na mão... (Fala Goiana - Inq. F/F/36)

O exemplo a seguir é diferente dos demais. Apresenta-se como um objeto implícito de natureza indefinida (3):

(3) fui criada assim aos redores dos () da casa da minha vó **levava**____... e passava um período num ia na igreja... outro período ia... mais assim... na verdade... fixô mesmo foi quando eu fui aos dezessete anos quando eu **conheci**____... aí quando eu **conheci o A...**
(Fala Goiana - Inq. F/F/31)

Neste exemplo, a entrevistada relata suas mudanças quando criança e seu estabelecimento, numa dada cidade goiana, quando adolescente. Observa-se que os verbos *levar* e *conhecer* revelam objetos implícitos, de natureza indefinida [3ª pessoa, singular, +indefinido], referindo-se a alguém. No caso de *levar*, depreende-se do contexto de fala que o objeto implícito refere-se à narradora do evento e no caso de *conhecer* refere-se a um indivíduo do sexo masculino. Em princípio, a interpretação de *conhecer* é dada como indefinida, mas se a

sequência dos fatos for observada, a identidade do indivíduo que foi omitida na primeira ocorrência torna-se conhecida. Portanto, a interpretação surge posteriormente, cataforicamente.

As ocorrências de objetos implícitos parecem se comportar de maneira distinta quando observados os contextos de ocorrência. Observar o apagamento de objeto e sua relação com a interpretação que os falantes fazem dessas categorias parece evidenciar que o fluxo linguístico é responsável pela oferta ou não de pistas para se conhecer/reconhecer os referentes dos elementos omitidos. Somente a partir de uma análise da língua em uso, como é o caso dos exemplos apresentados que se pode ter uma dimensão acerca da complexidade de fenômenos imbricados no processo de produção e recepção de objetos implícitos nas línguas.

A análise dos tipos de eventos verbais envolvidos, os tipos de objetos selecionados, assim como as estratégias discursivas envolvidas nos episódios de fala espontânea parece indicar caminhos para se compreender como funcionalmente se comportam os apagamentos nas línguas. Pensar que graus diferentes de transitividade podem incidir sobre diferentes níveis da gramática, talvez, explicasse por que algumas ocorrências de objetos implícitos parecem se colocar num *continuum* de formas mais concretas a mais abstratas, ilustrando essa força transitiva que atua a partir de motivações intencionais dos falantes para expressar o que desejam, interferindo na maneira como o outro colabora no processo comunicativo. Essas são algumas reflexões iniciais acerca do comportamento de objetos implícitos no português goiano, o que ainda necessita de maior investigação e tratamento em situações reais de interação, pensando que é o uso a dimensão responsável por aquilo que o falante pretende ilustrar ao narrar acontecimentos, convencer seu interlocutor, alterando a transitividade de maneira a refletir linguisticamente sobre suas experiências no mundo.

Referências Bibliográficas

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publications, 1989

DIK, Simon C. *Theory of Functional Grammar Part 2. Complex and Derived Constructions*. Ed. Kees Hengeveld. Berlin and New York: Mouton de Gruyter. 1997. 477 p.

GARCIA VELASCO, Daniel, PORTERO MUÑOZ, Carmem. Understood Objects in Functional Grammar. n. 76. **Working Papers in Functional Grammar (WPF)**: Amsterdã, 2002, 25 p.

HENGEVELD, Kees e MACKENZIE, John Lachlan (2008). *Functional Discourse Grammar – a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press. 448p.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Functional Discourse Grammar. In: Heine, Bernd & Narrog, Heiko eds, *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, Paul J. & THOMPSON, Sandra A. Transitivity in Grammar and Discourse. In: **Language**, Volume 56, number 2, 1980.

_____. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: Bybee, Joan and Paul Hopper (Eds.) (2001) *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Ed, UNESP, 2000, 1037 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006, 334 p.

USOS EVIDENCIAIS NA FALA GOIANA

Vânia Cristina CASSEB-GALVÃO (UFG/CNPq)¹⁰³⁷

Resumo: A base teórica conjuga princípios da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e da Teoria Clássica da Gramaticalização (TG). Pretende-se promover generalizações a respeito do estágio atual da língua falada em Goiás, uma região tão peculiar do Brasil, tendo como parâmetro o português brasileiro, a partir de Casseb-Galvão (2001; 2011). Por isso, apresentam-se alguns resultados do projeto PQ/CNPq 2010-2012, que envolve a descrição e a análise dos usos evidenciais mais gramaticalizados, derivados do verbo *dizer*, codificados pela forma *[diskⁱ]* e sua recorrência em dados do português contemporâneo falado em Goiás.

Palavras-Chave: Evidencialidade. Gramaticalização. Gramática Discursivo-Funcional. Fala Goiana.

1. Introdução

Apresento os resultados da descrição e da análise dos usos evidenciais mais gramaticalizados, derivados do verbo *dizer*, codificados pela forma *[diskⁱ]*, conforme descrito em Casseb-Galvão (2001; 2011). Desta feita, atenta-se para sua recorrência em dados do português contemporâneo falado em Goiás, integrantes do projeto *Fala Goiana*. Evidenciais são definidos como termos ou construções de valor semântico mais abstrato que codificam a fonte do conteúdo proposicional enunciado (Aikhenvald, 2004).

Mais especificamente, os objetivos da investigação envolvem: conhecer mais profundamente os postulados da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), promover um diálogo epistemológico com a Teoria Clássica da Gramaticalização (TG), e verificar se esses usos são recorrentes na *Fala Goiana*, a fim de promover generalizações a respeito do estágio atual da língua falada em Goiás, uma região tão peculiar do Brasil, tendo como parâmetro o português brasileiro, a partir de Casseb-Galvão (2001).

Em vista desses propósitos, apresentam-se resumidamente o aporte teórico que sustentou a análise; a metodologia e os resultados da análise. A título de considerações finais, faz-se uma leitura crítica desse diálogo e projeções investigativas.

2. Aporte teórico (resumido)

O estudo dos evidenciais codificados pela forma *[diskⁱ]* na *Fala Goiana* foi orientado por princípios da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e da Teoria Clássica da Gramaticalização (TG).

Da GDF, representada por Hengeveld; Mackenzie (2008), Hengeveld (2004); Mackenzie; Gomes-Gonzales (2005) foram acionados especialmente os princípios da

¹⁰³⁷ Universidade Federal de Goiás, Goiás, Brasil. E-mail: vcasseb2@terra.com.br

formulação e da codificação. O princípio da formulação prevê regras determinantes do constituinte que atualiza nas línguas as representações pragmáticas e semânticas subjacentes. Organiza os níveis Interpessoal (Pragmático) e Representacional (Semântico). O princípio da codificação prevê regras de conversão dessas representações pragmáticas e semânticas em representações morfológicas e fonológicas e a seleção de esquemas apropriados para o Nível Morfosintático e o Nível Fonológico; além da inserção de morfemas gramaticais livres e presos, e a aplicação de operadores que desempenham um papel no processo de articulação do *output* da gramática. Trata-se, portanto, de um Modelo de codificação de intenções pragmáticas.

Da Teoria Clássica da Gramaticalização, representada pelos trabalhos de Heine; Claudi e Hünemeyer (1991); Hopper; Traugott (1993, 2003); Gonçalves et al (2007), foram produtivos os princípios da persistência, dessemantização e decategorização.

Segundo o princípio da persistência: traços semânticos da forma forte tendem a permanecer no uso alvo, revelando uma seleção cognitivamente motivada. A dessemantização, por sua vez, se manifesta pelo espraiamento, pela diluição e diminuição de traços lexicais na medida em que o elemento é recrutado para codificar funções gramaticais, mais abstratas, e/ou de valor discursivo. A persistência e a dessemantização produzem decategorização, pois, se há perda de propriedades lexicais e da força predicativa, há, por outro lado, ganho de propriedades gramaticais e/ou discursivas.

3. Metodologia

É relevante metodologicamente apresentar o *corpus*, a comunidade de fala, o perfil social dos informantes, o tipo de inquérito, as regras de transcrição e os dados relevantes para a análise. Os dados analisados integram o *corpus* constituído para o projeto “O português contemporâneo falado em Goiás” (Fala Goiana), mais precisamente, dados coletados em Goiânia, uma das comunidades de fala integrantes do projeto. Atuaram como auxiliares de pesquisa, Lucas Alves e Lorena Machado.

Os sujeitos de pesquisa têm o seguinte perfil: homens e mulheres, de escolaridade entre zero e nove anos; adultos com menos de trinta anos (faixa etária I); de trinta a cinquenta anos (faixa etária II) e acima de cinquenta (faixa etária III). Os textos constituem inquéritos do tipo *fala monitorada, ou seja*, são entrevistas semiestruturadas. As regras de transcrição foram definidas através dos resultados verificados na oficina de transcrição, promovida pelo Grupo de Estudos Funcionalistas (GEF/FL-UFG) e o ponto de partida foram as regras da base NURC (Projeto Norma Urbana Culta).

Os dados relevantes foram os usos derivados do verbo *dizer* com função não predicativa, considerando-se seu valor semântico e a respectiva faixa etária dos sujeitos de pesquisa, única variável social controlada para esses dados.

4. Resultados

Apresentam-se os resultados segundo a faixa etária. A ideia é que essa variável revele se o uso gramaticalizado de *[diskⁱ]* está disseminado na comunidade ou é restrito a determinado grupo.

Na faixa etária I não houve incidência dos usos investigados. No entanto, foram detectadas expressões com o verbo *falar*, de mesmo valor funcional de certos tipos de *[disk^l]* operador evidencial, indicador de experiências evidenciais indiretas, de boato, especulativo; esse tipo evidencial indica que “uma asserção irreal, é asseverada como possível, provável ou incerta” (Casseb-Galvão, 2001), conforme (1), a seguir:

(1) “... família todumundu contra porque era primuné...*u povu falava* qui podia nascêalejadu...”.

O verbo *falar* também ocorreu como indicador de experiência evidencial direta, ancorando a indicação da fonte do conhecimento enunciado (2):

(2) “...*na reportagifalô*qui uns dias antis u rapaiz tinha idu lá ameçadu u

De igual modo, o verbo *falar* ocorreu em dados de fala da faixa etária II, expressando verdade geral, um conhecimento referendado por determinada comunidade sem um locutor referencialmente identificado, como em (3), um valor também codificado pelo *[disk^l]*:

(3) “... *u povu falava naquela época*... ah::... si você dé um beju você vai ficar grávida... ((risos))... minha mãe falava issu...”.

Em relação à faixa etária III, foi encontrada uma espécie de “elo perdido”: um uso não descrito por Casseb-Galvão (2001). Ele apresenta a mesma configuração sintática e forma fonológica do verbo *dizer*, mas, funcionalmente é um operador, pois não constitui centro de predicação. “Como diz” (4), é equivalente ao popular como “diz o outro”. Construção gramatical parentética, intercalada a um enunciado, e que indica uma fonte incerta e genérica do conteúdo comunicado.

(4) “... eli tem uma mulhé e um mininim i u mininim deli devi tá um anu iseis mesissetimesis mais ou menus... mais *como diz* aqueli lá eh...u futuru deli é sê igual au F. mesmu um abandonadu na vida sem pai.”

Pergunta-se: trata-se de um uso particular do dialeto goiano? Casseb-Galvão (2001) verificou usos gramaticais de *[disk^l]* restritos a variedades do português brasileiro falado no sul, no sudeste e no nordeste brasileiro, nas quais esse uso não ocorreu.

Outro dado relevante da análise foi a ocorrência de um uso derivado de *dizer* sem estar na forma fonológica *[disk^l]*, mas que aparece como um sequenciador discursivo. É uma construção de natureza lexical, que apresenta uma configuração predicativa não previsível para o verbo *dizer*, em que o sujeito deixa de ter o traço [+ agentivo], [+ humano] e passa para [-agentivo], [- humano] (*o ditado*). Esse elemento, que atua fora da sequenciação básica do enunciado, é uma espécie de adendo, forma parentética à estrutura sintática e ao conteúdo, como se vê em (5):

(5) “... eu não tinha interessí né *como diz u ditadueu* queria homem só pra.... discansá... aliviá meu corpu i prontu.”.

Como diz o ditaduê um indicador de fonte genérica, incerta e indireta da informação enunciada. Contextualmente, a informante parece também querer amenizar a força informativa da proposição.

Somente na faixa etária III observou-se uma ocorrência do [*disk*^l]operador evidencial gramatical, de boato, como exemplificado em (6):

(6) “Porquê essa rua era:: ...rua qui morava prostitutas... i ...*diz qui*:: *diz quitodas* as casas lá era di prostitutas....”

Em resumo, nas faixas etárias I e II, que correspondem a pessoas até cinquenta anos de idade, não houve a ocorrência do operador evidencial *diz que* nem de outros usos derivados de *dizer*. Na faixa etária II, foram encontradas construções do tipo *como diz, como diz o ditado*, derivadas de *dizer*. Na faixa etária III, por sua vez, verificou-se uma construção com o operador evidencial *diz que* do tipo boato.

Logo, faixa etária é um fator determinante para os usos derivados de *dizer*. Sua ocorrência apenas na faixa etária III indica um uso já implementado no sistema ou ainda, um uso que pode inclusive ser recorrente em gerações passadas e estar se tornando uma forma obsoleta, um arcaísmo. Segundo princípios da sociolinguística variacionista, a constituição do sistema evidencial derivado de *dizer* na fala dos mais velhos sugere variação estável (Paiva; Duarte, 2003; Tarallo, 1991).

Outra interpretação para esse resultado envolve a negação do postulado formalista de que são as gerações mais jovens as promotoras de mudanças nos sistemas linguísticos. Isso, se considerarmos que o paradigma está em gramaticalização incipiente.

Ou ainda, há de se repensar a metodologia de coleta de dados, pois as entrevistas são monitoradas e nos inquéritos predominaram as narrativas vividas pelos próprios informantes, e, por isso, a incidência de evidenciais indiretos, de boato, por exemplo, foi praticamente nula.

A hipótese é a de que a expressão da experiência indireta envolve a referência a fatos que o falante não presenciou, como, por exemplo, histórias contadas por seus antepassados ou por pessoas mais idosas, folclóricas, transmissão de receitas caseiras conhecidas na comunidade etc.

5. Considerações finais

O estudo dos usos evidenciais na fala goiana favoreceu a documentação e a descrição de amostras representativas dessa variedade do português brasileiro, bem como, o aprofundamento nos estudos da GDF e na discussão desse modelo como aporte teórico auxiliar na descrição de processos de gramaticalização. O reconhecimento da eficiência do modelo para a descrição tipológica de línguas, especialmente dos usos derivados de *dizer*, mas da sua limitação para categorizar os itens e as construções em gramaticalização.

Os usos derivados de *dizer* realizados na forma [*disk*^l], especialmente do tipo *tokende* narrativa (7), que não ocorreu no *corpus*, mas foi descrito por Casseb-Galvão (2001, 2011):

(7) *diz-que* um leão ia andando todo faceiro quando deu de cara com uma onça...

Esse uso em (7) é indicador de *genericidade* ocupam camadas mais altas na organização linguística, tomando-se como base o modelo da Gramática Funcional do Discurso, o que o aloca na camada semântica, representacional.

Essa constatação questiona o princípio da unidirecionalidade, dogma da Teoria Clássica da Gramaticalização, que prevê o desenvolvimento de elementos em gramaticalização dos usos mais conceituais para mais gramaticais ou mais discursivos, direcionando-se do nível semântico para o nível pragmático, Interpessoal.

Essa mesma generalização pode ser feita em relação a outros usos derivados de *dizer* de função evidencial lexical, como “Todo mundo diz que”, “Como diz o outro”, “Como diz”, observados na *Falagoiana*.

Tais constatações reforçam a necessidade de adaptação no modelo da GDF (conforme já adiantado em Casseb-Galvão, 2011), sugerindo-se a apostulação do Nível Retórico, superior ao Interpessoal.

Essa proposta foi corroborada por Lucena-Silva (2013) ao fazer um estudo exaustivo sobre usos evidenciais no século XX em contexto de gêneros textuais.

A constatação de que o dialeto goiano dispõe de inúmeras formas derivadas do verbo *dizer* para qualificar a fonte das informações veiculadas, não sendo predominantes os usos das formas do tipo *[diskⁱ]*, como se observano dialeto paraense, por exemplo, o que diferencia esse dialeto em relação a variantes localizadas mais a nordeste e a norte do país.

Mais especificamente, a descrição das funcionalidades desses usos, mostrou, com base no critério social faixa etária, um dos fatores auxiliares na aferição da implementação de mudanças nos sistemas linguísticos, a forma *[diskⁱ]* é alternativa menos acessada pelo goiano para expressar evidencialidade indireta, preferindo usos como “Pra mim” “Que eu saiba”, “Se não me falha a memória”, “O povo fala”, “Falam por aí”.

Essas conclusões sugerem um quadro macro de organização linguística, de fundamento cognitivo, *lócus* das relações de intersubjetividade, quadro esse que abriga diferentes categorias de orientação pragmática como a evidencialidade, a modalidade, a polidez etc., alvo do projeto de pesquisa individual já aprovado e implementado pelo CNPq para o triênio 2012-2015.

Referências Bibliográficas

AIKHENVALD, A. D. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004.

CASSEB-GALVÃO, V. C. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de *[diskⁱ]* no português brasileiro. *Revista Filologia e Língua Portuguesa* (13), 2. Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo: 2011, p. 331-361.

CASSEB-GALVÃO, V. C. C. Evidencialidade e gramaticalização no PB: os usos da expressão *diz que*. *Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa*. FCLAr, UNESP. Araraquara: 2001.

GONÇALVES, S. C. ET AL. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HENGEVELD, K. *Epilogue*. In. MACKENZIE, J. L.; GOMES-GONZALES, M.A. A. *New architecture for Functional Grammar*, Berlin: Mouton de Gruyter, p.365-378, 2004.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. Atypologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: Chicago University Press, 1991.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 2nd edition.
LUCENA-SILVA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará, 2013.

MACKENZIE, J. L.; GOMES-GONZALES, M. A. *Studies in Functional Discourse Grammar*. Berlin: Peter Lang, 2005.

MACKENZIE, J. L.; GOMES-GONZALES, M. A. *A New architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2004.

PAIVA, M. C; DUARTE, M. E. Mudança linguística: observação no tempo real. In: MOLLICA, M. C; BRAGA; M. L. *Introdução à sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1991.